

DISCURSOS

15

ABRIL 1998

ESTUDOS DE
LÍNGUA E
CULTURA
PORTUGUESA

Temas da lusofonia

O papel do Brasil

Migrações e diálogo
intercultural

Uma lusofonia
sócio-cultural

A África nas literaturas de
língua portuguesa

Coesão e dispersão no
universo lusófono

A história e o futuro do
Português no mundo

O papel da CPLP

LUSOFONIA:

UMA HISTÓRIA,
UM PROJECTO,
UMA QUESTÃO



*Universidade
aberta*

DISCURSOS

ESTUDOS DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA

LUSOFONIA

UMA HISTÓRIA, UM PROJECTO, UMA QUESTÃO



NÚMERO 15

ABRIL 1998

DIRECTOR*

CONSELHO DE REDACÇÃO

ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES ─ ANA NASCIMENTO PIEDADE ─ ANA RITA NAVARRO ─
CRISTINA MELLO ─ DIONÍSIO VILA MAIOR ─ GLÓRIA BASTOS ─ GRAÇA NUNES ─
ISABEL MARNOTO ─ JÚLIO TABORDA ─ MARIA DO ROSÁRIO CUNHA ─ PAULO NUNES
DA SILVA ─ PIRES LARANJEIRA ─ VIVINA DE CAMPOS FIGUEIREDO □

CONSELHO EDITORIAL

ÁNGEL MARCOS DE DIOS ─ ANÍBAL PINTO DE CASTRO ─ ANXO TARRÍO ─ ELLEN
SAPEGA ─ FERNANDO VENÂNCIO ─ FRANÇOIS MARCHESSOU ─ IVO CASTRO ─ JOÃO CAMILO
DOS SANTOS ─ JOSÉ VÍCTOR ADRAGÃO ─ LUIZ FAGUNDES DUARTE ─ MARIA APARECIDA
SANTILLI ─ MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE ─ MARIA EMÍLIA RICARDO MARQUES ─
MARIA JOSÉ FERRO TAVARES ─ MARIA LEONOR MACHADO DE SOUSA ─ MARIA DE
LOURDES BELCHIOR ─ MARIA LUIZA REMÉDIOS ─ ÓSCAR LOPES ─ TELMO VERDELHO □

DESIGN GRÁFICO

FRANCISCO TELLECHEA

SECRETARIADO

GRAÇA NUNES



A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:

- ▣ Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico;
- ▣ Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo;
- ▣ Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro;
- ▣ Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.

* Este número foi concebido e planeado quando ainda era director desta revista o Prof. Doutor Carlos Reis.

APRESENTAÇÃO

9

DISCURSOS: LUSOFONIA: UMA HISTÓRIA, UM PROJECTO, UMA QUESTÃO

- | | |
|----|---|
| 13 | TEMAS DA LUSOFONIA
ADRIANO MOREIRA |
| 25 | O PAPEL DO BRASIL NA LUSOFONIA
MARIA APARECIDA SANTILLI |
| 37 | O ESPAÇO DA LUSOFONIA: MIGRAÇÕES E DIÁLOGO INTERCULTURAL
MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE |
| 49 | ÁFRICA – ALGUMAS ACHEGAS PARA UM DEBATE SOBRE UMA LUSOFONIA SÓCIO-CULTURAL
PIRES LARANJEIRA |

MESA REDONDA

- | | |
|----|------------------|
| 57 | LÍDIA JORGE |
| 61 | MIA COUTO |
| 64 | EDUARDO LOURENÇO |
| 68 | IVO CASTRO |

DOCUMENTOS DE TRABALHO

- | | |
|----|--|
| 81 | ESTATUTOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA |
| 89 | COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DA CPLP
ESMERALDO DE AZEVEDO |
| 95 | COOPERAÇÃO, UMA FERRAMENTA COM DOIS GUMES. O CASO DO PROJECTO EAD-ANGOLA
HERMANO CARMO |

105

**OS IDEAIS FILS E A DES/INTEGRAÇÃO
EUROPEIA**

RUI SOARES

121

**A COOPERAÇÃO LUSO-MOÇAMBICANA:
UM MODELO DE PROJECTO**

MARINELA SOARES

LEITURAS

139

EM TEMPO

153



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

A parte nuclear deste número de *Discursos* compõe-se dos materiais (conferências e intervenções em mesas redondas) apresentados no Colóquio Interdisciplinar intitulado "Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão", organizado pela Universidade Aberta e realizado em Coimbra e Lisboa em Julho de 1997.

Um ano passado sobre a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi o pretexto para a Universidade Aberta e o seu Pró-Reitorado para a Promoção e Difusão da Língua e Cultura Portuguesa promoverem, na pessoa do Pró-Reitor Prof. Doutor Carlos Reis, uma reflexão sobre a história, o projecto e grandes questões ligadas à lusofonia, contribuindo ao mesmo tempo para clarificar os problemas relacionados com a consolidação da CPLP. Este duplo objectivo determinou a abordagem de temas tão diversificados como a história da língua, a sociologia das migrações, o espaço lusófono e o diálogo intercultural, a literatura, a teoria e a ciência política, a economia, etc.

Assim, durante o espaço de um colóquio, decorreu debate complexo e aberto onde se discutiram questões que a forma lexical LUSOFONIA coloca, ou colocou, a nível linguístico, cultural, político e histórico - portanto, em perspectivas sincrónica e diacrónica.

Houve também um estudo do aparecimento de tal forma e da sua ocorrência em textos emanados de orga-

nismos internacionais de vários tipos - facto que reflecte naturalmente a passagem, como disse L. S. Senghor (1988) da *História Colonial à Civilização do Universal*.

Permita-se-me ainda acentuar que a lusofonia levanta questões diferentes das da *Commonwealth* (aqui, políticas, educativas, mas, sobretudo, económicas - *wealth*) ou das da francofonia (onde a tónica é posta na cultura e em valores intelectuais e espirituais). A problemática lusófona difere também da questão, na aparência simplista, da dicotomia mestiçagem cultural *vs* mestiçagem biológica.

Aliás, a fusão de uma e de outra já se delineia talvez no proposto por G. Freire que tentou fundi-las em *Casa Grande e Sanzala* (1957). Faltar-nos-á, contudo, a institucionalização de tal conceito/expressão, não só através de governos e de parlamentos, mas através, sobretudo, da interacção dos povos que a constituem e vivem, interacção positiva que poderia ter na base o *humanismo universalista português* (M. Soares: 1993).

Todavia, para o vivermos plenamente, não bastará integrar autores brasileiros, moçambicanos, ou outros, em programas e antologias, ou abrir novas cadeiras nas universidades, ou dinamizar exposições de arte, criar a RTP1, ou até subsidiar filmes como os de Flora Gomes. Será outra a acção de que necessitamos. E essa terá de reflectir abertura a outrém, terá de mostrar a nossa disponibilidade, no início, sobretudo em momentos de FESTA COLECTIVA, de música, canto ou dança, ..., raízes populares ideais para o surto de empatias e de amizades que durem.

Maria Emília Ricardo Marques



DISCURSOS

LUSOFONIA:

UMA HISTÓRIA, UM PROJECTO, UMA QUESTÃO

ADRIANO MOREIRA

O tema da lusofonia talvez seja mais rigorosamente enunciado falando sempre da questão da língua e da cultura portuguesa. Isto porque, seguindo uma tipologia que proponho há anos, existem comunidades de língua portuguesa, comunidades descendentes de portugueses onde a língua guarda recordações, e comunidades filiadas na cultura portuguesa cuja língua matricial é outra.

À primeira espécie pertencem, aceitando um conceito formal amplo, os países que adoptam o português como língua oficial, tendo o Brasil como exemplo mais acabado; as comunidades descendentes de emigrantes que sofreram, para seu benefício, o processo da integração nos países do destino, como aconteceu na Califórnia e na Nova Inglaterra, ou que ainda estão na primeira fase da aculturação, como por regra acontece no espaço da União Europeia, tendem para dar continuidade à segunda espécie; finalmente, terras e gentes por onde passaram a soberania e a evangelização, como acontece no Oriente, deixando padrões e modelos de comportamentos, mas onde a identidade é marcadamente dependente de outras áreas culturais, obrigando a considerar a necessidade de defender e desenvolver tal herança exercitando língua diferente da portuguesa. É o que se passa no vasto Pacífico, não obstante os casos de Macau e de Timor, e tende para se passar no Índico onde Goa é ainda uma referência desafiante de transição.

A língua é o elemento quantitativa e qualitativamente mais importante desta complexa relação, mas a cultura corresponde ao denominador mais abrangente de todas as comunidades portuguesas, descendentes de portugueses, ou filiadas nos valores portugueses.

Não vamos ter aqui oportunidade de meditar sobre a relação dramática, que os emigrantes vivem no processo de aculturação, entre mudar de língua e mudar de Pátria, sem perder a memória.

Recordo a este propósito algumas páginas amargas de Jorge Semprun, exilado jovem de Espanha por razões ideológicas, destinado aos campos de concentração pela dinâmica nazi, obrigado a enfrentar o desafio a que deu expressão no livro que chamou *L'écriture ou la vie* (1994). Diz: «não tinha escolhido as minhas origens, nem a minha língua materna. Ou antes, tinha escolhido uma, a francesa. Dir-me-ão que a isso tinha sido constringido pelas circunstâncias do exílio, do desenraizamento».

1 As Comunidades de Cultura Portuguesa

Pela década de sessenta, quando a alguns pareceu evidente que era inadiável criar um novo conceito de relacionamento para todas as comunidades de cultura portuguesa, foi a pioneira Sociedade de Geografia de Lisboa que mais uma vez tomou a iniciativa, com forte apoio da sociedade civil.

Os dois Congressos que se realizaram, o primeiro em Lisboa e o segundo em Moçambique, cujas actas se encontram publicadas, produziram um acervo de meditações e propostas que hoje documentam um capítulo da crónica de tempo perdido, algumas delas eventualmente reencontradas ou reinventadas pelos que felizmente se devotaram a reconstruir, neste fim de século, uma nova forma de convívio entre todos os povos que habitam o antigo império ou peregrinam emigrados em terra alheia.

Passadas três décadas sobre aquelas realizações da Sociedade de Geografia, que viu cortadas as possibilidades de continuar, e na sequência do entretanto e louvavelmente instituído Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, fui intervir em 1996 na celebração levada a cabo em S. Vicente de Cabo Verde, aqui por iniciativa da Câmara Municipal à qual preside o Doutor Onésimo da Silveira.

Não mencionarei encontros que dizem respeito a experiências, lembranças e afectos que são pessoais, mas é necessário deixar alguma nota sobre este ritual instituído para, ao redor da terra, reanimar e fortalecer os elementos de uma cultura comum, ela sim com a vocação da eternidade, para além das contingências que afectam regularmente os Estados e a consistência dos regimes.

Não se trata em S. Vicente de administrações nostálgicas a recuperar de eventuais desgostos do trajecto político e histórico, são representantes eleitos pelo povo para governar os interesses públicos em completa identificação com o tempo e o modo do novo Estado. Neste caso, com uma longa e variada experiên-

cia internacional, nos quadros da ONU, e em ambientes tão diversos como os da Etiópia e da China. E finalmente o regresso a casa como geralmente ambicionaram os que foram levados a procurar longe melhores oportunidades de realização, de novo o envolvimento nos hábitos, nas tradições, nos projectos e nas carências, que todos fazem parte da identidade nunca abandonada, esta o laço que mantém unidos os grupos instalados nas mais variadas latitudes, todos preocupados com a terra de origem, alimentando uma teia de solidariedades que nenhuma tecnocracia será capaz de racionalizar e compreender.

Uma teia que, no caso específico das comunidades de cultura portuguesa, nem todas com expressão em Estados, transforma em referências globais, sem dependência de soberanias ou nacionalidades, alguns dos nomes significativos da história, da tradição da cultura portuguesa. Por toda a parte se encontram representados, nas sedes das associações de emigrantes, nos círculos culturais, nas instituições públicas, Luís de Camões, Vasco da Gama, Santo António, com variantes regionais, e, sobretudo no Brasil, um recém chegado que é o Almirante Gago Coutinho, o qual bem merecia ser melhor lembrado em Lisboa.

No Mindelo, nas comunicações desse ano do referido Dia de Portugal, pôde ser ouvido o velho professor Francisco Lopes da Silva falar, perante uma audiência interessada e participante, sobre a vida e obra de Luís de Camões, não apenas o poeta nacionalmente português, mas o poeta português que todos reclamam como seu à medida que as autonomias e separações políticas se consolidam. Entre mais coisas, disse o seguinte:

[...] por isso mesmo, por ser autêntica, permanece e há-de permanecer sempre esta ligação afectiva entre os nossos dois povos, [...] ligação que é parte natural dessa convivência, miscigenação e história comum de cinco séculos, cimentada por uma língua também comum, [...] Vem a talho de foice, recordar que o próprio Amílcar Cabral, ao referir-se, numa das suas obras, à língua portuguesa, deixou escrito sabiamente que ela foi uma das maiores heranças que os portugueses nos deixaram.

Em Angola, o facto de a língua ser a do apostolado ajuda a que, com a intervenção activa da Igreja Católica, sejam ambas traves fundamentais da unidade do Estado, não obstante a longa guerra.

Em Moçambique, rodeado o Estado de povos de língua oficial inglesa, e dependentes do sistema económico e de serviços da região, a língua é um amparo da diferença e da identidade específica.

2 Francofonia

O esforço e a prática na área da francofonia, esta tendo muitas semelhanças com a área da língua portuguesa, são certamente susceptíveis de fornecer exemplos mais úteis do que a prática alemã baseada no Instituto Goethe, condicionada por diferentes história e programas, e poderão aquelas apoiar a compreensão das dificuldades que necessariamente vai enfrentar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com o devido desconto, como aconselhava o caçador de Domingos Monteiro, ao admitir que não dispunha de uma arma bem calibrada, mas asseverando que tinha aprendido a usá-la.

Não é aconselhável acompanhar a inspiração de tradição gaulista que levou recentemente a fazer apelo a uma francofonia “subversiva e imaginativa” que influencie os acontecimentos internacionais, mas parece indicado aproveitar deste incitamento a clara indicação de que, sem decisão e credibilidade do aparelho do poder acompanhado pela adesão das entidades privadas, os projectos deste tipo correm o risco de terem apenas um futuro burocrático.

É evidente que a França, para além da francofonia, e sobretudo no que respeita à África negra, guardou funções que tem conseguido desempenhar sem qualquer censura internacional, designadamente a de gendarme de uma certa ordem pouco reconduzível a modelos académicos. Teve mais de uma vez intervenção militar na regularização da legitimidade do poder político em Estados que foram colónias do Império colonial francês, sem que a temática difícil da jurisdição interna tivesse produzido qualquer embaraço digno de menção, parecendo-lhe reconhecida uma como que autoridade natural.

A capacidade financeira e tecnológica que lhe permitem uma intervenção específica e independente para além da intervenção institucionalizada nas convenções de Lomé, dentro da política global da União Europeia, atrai para a sua área Estados como S. Tomé, Guiné-Bissau e Cabo Verde, atentos às realidades da geografia e da política, e tendo aprendido duramente que com os factos não se discute. Que estes factos amparam decisivamente o projecto cultural e político da francofonia parece indiscutível, e por isso não pode esperar-se que os resultados sejam equiparáveis aos de estruturas semelhantes, mas onde essa capacidade directora não existe, embora no modelo da lusofonia se inscrevam Estados com extraordinárias potencialidades. Daqui a necessidade do devido desconto, mas que deixa larga margem para reconhecer que será nos valores culturais que encontramos a trave mestra de todo o conceito estratégico adoptado.

Na Cimeira Francófona, que se realizou em Paris em 1991, instituíram o Conselho Permanente da Francofonia (CPF), um organismo destinado a coor-

denar as actividades da comunidade de Estados, no intervalo das conferências de Chefes de Estado e de Governo envolvidos, e que partilham o francês. Estados como o Egipto, a Tunísia e a Mauritânia consideram importante não estar ausentes e, finalmente, a Conferência de 1995 em Cotonou, no Benin, decidiu que em 1997, na reunião que terá lugar em Hanoi, no Vietname, será criado o cargo de Secretário Geral.

O anúncio é o de que este órgão falará em nome de 49 países membros da francofonia, com o objectivo confessado de ter «uma face, uma voz, uma autoridade que o faça ouvir no concerto das Nações». A estratégia é clara, foi desenvolvida com persistência, e sem ignorar as dificuldades de monta que podem frequentemente, e até definitivamente, afectar a marcha futura: partir das afinidades culturais que até agora foram valorizadas como um cimento institucional, para avançar audaciosamente, passados estes poucos anos de experiência, no sentido de estar na vanguarda internacional da inovação política, económica e social do nosso tempo.

O Presidente Chirac, que mostra, de vez em quando, ter uma concepção da política comum europeia, como adjuvante da política independente francesa, fala do «novo ideal político afirmativo de uma identidade política», não hesita em garantir a alimentação orçamental, declara-se adverso do “monoculturismo mundial”, e faz da língua uma bandeira dos tempos modernos, convocando e exigindo aos servidores do Estado que defendam o estatuto internacional do francês, de facto ordenando-lhes que contrariem o predomínio crescente do inglês nas organizações internacionais, e nas missões multinacionais incluindo as de prevenção dos conflitos, restauração e manutenção da paz.

O realismo aconselha a medir as capacidades disponíveis em áreas como as da língua portuguesa, para que os projectos tenham a dimensão do exequível, mas é igual a necessidade de o mesmo realismo admitir que tornar internamente coerentes os interesses, as sensibilidades, e as urgências dos Estados envolvidos, não é tarefa fácil, mas que também nada tem de desanimadora. Com a devida prudência, o primeiro capital é a decisão e a credibilidade, e a convicção fundada e assumida de que os grandes espaços culturais tendem para amenizar as dependências que sobretudo afectam as pequenas potências, obrigadas a acompanhar as exigências internacionais nas áreas da segurança ou da economia em que os directórios têm larga oportunidade de exercício.

A decisão e credibilidade que apenas se afirmam no caso de não haver esquecimentos, que por vezes parecem bem lembrados, das condições reais da teia de interesses nacionais e internacionais.

3 Os esquecimentos bem lembrados

O desaparecimento de Darcy Ribeiro, que mereceu discreta menção nos noticiários que se ocupam da solidariedade entre Portugal e o Brasil, poderia ser uma oportunidade de meditar serenamente sobre a evolução e perspectiva da longamente desejada relação privilegiada. Foi um conceito que a Inglaterra usou frequentemente para avaliar a sua posição em face dos EUA, e do qual parece afastar-se progressivamente, ou silenciar a referência, à medida que as exigências do processo europeu ganham precedência.

Na década de quarenta, quando da celebração do nosso duplo centenário da Fundação e da Restauração, e sem qualquer atenção ao desastre europeu então em curso, o conceito da relação privilegiada foi dominante. Formalmente assim aconteceria ainda na década de sessenta, quando os tratados da Comunidade entre os dois países foram lidos excessivamente pela opinião pública como tendo instituído uma dupla nacionalidade, mas então não era já explicável ignorar que os conceitos estratégicos de ambos os países entraram em colisão, especialmente por causa da questão colonial e do alinhamento terceiomundista, um tópico rudemente esclarecido junto do governo português pelo breve Jânio de Quadros.

De então em diante, com alguma semelhança ao que se passou na relação anglo-americana, a questão dos interesses do Estado brasileiro e dos seus projectos na cena internacional alargou naturalmente a distância da questão do património histórico e cultural comum, permitindo secundarizar este último quando os primeiros o exigem. Algum desconforto apareceu reflectido nos comentários suscitados por declarações do Presidente do Brasil, logo após a assinatura do Tratado que instituiu a Comunidade dos Estados de Língua Portuguesa, a qual foi omitida na enumeração dos objectivos de política externa do seu governo.

Mais recentemente, as declarações do seu Ministro das Relações Exteriores, que identificaram a Itália como parceira preferencial nas relações com a União Europeia, podem, por frágil diplomacia, ser atribuídas a simples descuido ou imperfeição do discurso, mas talvez seja realista meditar sobre a hipótese do descuido bem cuidado.

Por isso é de lembrar Darcy Ribeiro que, numa linha retomada pelo dispensado embaixador José Aparecido, percebeu cedo a urgência de dar tratamento autónomo e aprofundado às relações culturais, para assegurar uma revisão saudável na área dos interesses que progressivamente ligam os dois países a grandes espaços institucionalizados, mas diferentes.

Quando, por incumbência de Jucelino K. de Oliveira, dentro do grandioso projecto destinado a arrastar o Brasil da Costa para o Planalto, organizou a Universidade de Brasília, já Darcy Ribeiro era um crítico escutado da colonização portuguesa e do colonialismo europeu, inspirador da nova linha que procede à revisão do património comum, e da sua relação com os futuros possíveis dos povos de língua portuguesa. Tinha a seu lado Agostinho da Silva, o último pregador do Quinto Império, ao qual confiou a organização e direcção do Centro de Estudos Portugueses, instalado numa das provisórias construções que abrigaram a promissora nova instituição. Para esse Centro, a solicitação empenhada e participante de Almerindo Lessa, pude organizar e enviar uma valiosíssima biblioteca, hoje integrada, com identidade perdida, na Biblioteca Geral.

Agostinho conseguiu que atribuissem um dos terrenos do plano urbanístico do Campus à construção de uma sede definitiva do Centro, necessariamente encargo do orçamento português. Sabedor das costumadas delongas e descuidos, e para assim garantir a posse, instalou-se o Mestre numa barraca que lá mandou construir com materiais de fortuna para habitação sua, e em cuja porta uma inscrição advertia que tinha capacidade para mil quilos ou dez pessoas.

Ali, ao ar livre, recebia os amigos, nas noites incomparáveis do Planalto, quando entendia honrar alguma visita, ou discorrer sobre qualquer problema. Talvez a incapacidade de compreender a distinção entre o cuidado com o património comum, e a livre discordância com os projectos políticos, tenha contribuído para dar tempo perdido à chegada da Revolução de 64, à partida de Darcy para outros combates, à retirada de Agostinho, ao desaparecimento do Centro, e ao esquecimento dos cuidados. Cuidados com o património comum dos Estados de língua portuguesa, que reanimaram com a iniciativa principalmente devida a José Aparício, mas que algumas vezes parecem de novo vítimas dos esquecimentos bem lembrados.

Neste esquecimento se inclui a falta de meditação e teorização do facto de que a cultura portuguesa, incluindo a língua, é para o Brasil, e para os outros Estados da lusofonia, apenas uma componente, embora qualitativamente importante, do seu património cultural nacional que inclui herança ameríndia, africana, italiana, alemã, japonesa, pelo que a relação privilegiada da década de quarenta sofre os desafios das novas estruturas políticas irrecusáveis: o Brasil não poderá deixar de pertencer ao Mercosul; a Guiné Bissau, Cabo Verde e S. Tomé, ao espaço da francofonia em que entraram; Moçambique à Comunidade Britânica; Goa à integração na União Indiana; Macau à integração na China; Timor com o destino que for possível salvaguardar.

4 A língua e as armas

A questão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa que a precedeu em data de instituição e acompanha na necessidade de desenvolvimento, abrangem, no seu conceito, a maior parte dos problemas que o tema suscita, mas não os esgotam. Por exemplo, parece necessário encarar o desafio em que se traduz a defesa da cultura portuguesa em regiões onde não será em português que as intervenções úteis serão mais necessárias como certamente acontecerá no Oriente, com maior evidência a partir do arriar da bandeira em Macau, porque se tornará mais premente a temática das comunidades filiadas na cultura portuguesa, mas sem definição que imponha o uso da língua.

Por razões diferentes, e sem qualquer semelhança da conjuntura, o português enfrentará obstáculos sistemáticos à importância da sua função nas estruturas atlânticas e europeias, políticas e de segurança, NATO, UE, UEO, à medida que se acentuar o alargamento da área de responsabilidades, a quantidade de povos envolvidos, e o número de estruturas criadas para sustentar as intervenções que forem necessárias. Vejamos um exemplo. O general britânico Michael Walker, que em 1994 foi nomeado Comandante Chefe do Corpo de Reacção Rápida da NATO, dizia, ao pronunciar-se sobre as principais dificuldades para trabalhar com uma unidade multinacional:

[...] a um nível básico, mas fundamental, a questão da língua é a capacidade de interpretar o que se pretende significar. Esta é uma dificuldade chave se, por exemplo, se emite uma ordem através do Estado Maior multinacional na Bósnia ao Quartel General francês para ser transmitida ao comando da Brigada espanhola Medjugorje. Neste caso, algumas vezes, a transmissão das intenções pode ser equivocada. De modo que necessitamos clareza e tratar as coisas mais lentamente. Creio que esta é a área de maiores dificuldades. As outras dificuldades são as tradicionais questões militares, que superamos sem nenhum problema real.

A recente criação da EUROFOR, com certidão oficial de nascimento lavrada na Praça da Senhoria de Florença em 9 de Novembro último, mais uma vez levanta a questão do destino europeu da língua portuguesa, um problema que tem de ser encarado com realismo e frieza. Fôra em Lisboa, em 15 de Maio de 1995, que os ministros de defesa da Espanha, França, Itália e Portugal, estando reunido o Conselho Ministerial da UEO, fizeram conceitualmente nascer as Euromarfor (forças marítimas) e a Eurofor (forças terrestres), forças multinacionais para essencialmente se ocuparem das intervenções humanitárias e de manutenção da paz.

A experiência começou usando o espanhol, o francês e o italiano como línguas de trabalho, acrescentando o que chamaram franciñolo, uma mistura programada. O português não foi considerado. É preocupante que os avisos do general não tenham aqui validade, e não é fácil organizar um responsável corpo de tradutores que ajudem a entender os riscos e os deveres da nova condição militar. Se for irreversível a exclusão do português.

5 Os trópicos no século XXI

É porém nos trópicos que o desafio da preservação, desenvolvimento, e mobilização do património de origem portuguesa é mais agudo e instantâneo.

Depois da assinatura do tratado que instituiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi do Brasil que vieram escassas notícias de uma iniciada meditação sobre os futuros possíveis a viver em comum pelos signatários, e mais raras são por enquanto as instituições portuguesas que tenham assumido a investigação e os debates sistemáticos e metódicos sobre o novo compromisso.

Por isso merecem atenção as jornadas que as fundações Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre do Recife, em conjunto com as Fundações Oriente e Universidade Internacional de Lisboa, recentemente levaram a cabo no Convento da Arrábida e que tiveram por tema a prospectiva da situação dos trópicos no século XXI.

Várias razões se conjugam para que a iniciativa tenha aparecido no Recife, designadamente a herança gilbertiana que aquelas fundações brasileiras receberam e preservam, embora demonstrando que assumiram a renovação da problemática, dos termos de referência e dos objectivos, uma clara exigência das mudanças que entretanto se verificaram na área geográfica que Josué de Castro chamou da geografia da fome.

Embora seja pressuposto que as instituições agora envolvidas na avaliação da área não podem assumir a participação em qualquer projecto político, mesmo enquadrado por um tratado, é exigível que os condicionamentos políticos sejam incluídos entre as variáveis a tomar em conta, porque prioritários em mais de um dos Estados e regiões referenciados. Os valores culturais, as heranças históricas participadas pelos antigos colonizadores ocidentais, os sincretismos e as miscigenações, tudo aparece marcado no tecido social que se desenvolveu, matizado pelas diferenças, em séculos de enquadramento imperial, ao qual é referido um passivo de dependência económica, de eventual discriminação étnica, de minorização cultural.

Foi dominante, e ainda se manifesta com vigor em análises correntes, a perspectiva que se traduz em atribuir a esse passivo dos regimes coloniais a exclusiva responsabilidade causal pelas gravíssimas desordens políticas, econó-

micas e sociais que alastram pelos trópicos, onde não faltam também as guerras por procuração no interesse das grandes potências.

Não vale a pena tentar excluir aquela causalidade do exame, mas também parece irrealista pretender que os actuais confrontos, com dramático pingo na situação do Zaire, não se filiam directamente nas decisões e vontade das forças locais envolvidas, que lutam pelo poder sem contemplações e com referência exclusiva aos seus interesses e modelos culturais.

A longa teoria de conflitos armados que, desde as independências outorgadas em execução da carta da ONU, se desenvolveu ininterruptamente até aos genocídios agora executados na área dos Grandes Lagos, foi uma das questões que suscitou a atenção geral dos participantes.

Uma tarefa exigente, mas salvo conseguindo eficácia suficiente nessa vertente do conceito ali adoptado de desenvolvimento integral, político, económico, e social, tudo o mais parece destinado a fracos resultados.

Porque dela depende a possibilidade de avançar com o programa do governo pelo consentimento, a fórmula que parece mais abrangente do objectivo também internacional da democratização dos regimes nas áreas tropicais. Um objectivo que se considerou tributário das culturas regionais, e não devendo orientar-se pelo objectivo de impor modelos experimentados, embora com êxito, pelos ocidentais. O seminário orientou-se finalmente para a necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento com equidade, que afaste as queixas e também os factos das dependências injustas. A convergência dos intervenientes no seminário da Arrábida foi no sentido de que existem três exigências prioritárias para organizar uma nova ordem nas áreas tropicais, e que são o desarmamento e a paz, a implantação de governos pelo consentimento, e o desenvolvimento com equidade, tudo vertentes em que a cooperação do Norte afluente é necessária, mas a decisão local é essencial.

6 Uma avaliação da conjuntura

Tentando fazer uma avaliação da conjuntura, talvez tenha alguma utilidade destacar os seguintes pontos:

- a) A preservação e o fortalecimento do património cultural português espalhado pelo mundo não tem sempre associada a defesa e uso da língua. Muito especialmente no Oriente, nas comunidades filiadas na cultura portuguesa, esse objectivo vai exigir a utilização estratégica de outras línguas;
- b) Nos grandes espaços de integração política de Portugal vai crescer a tendência de o português não ser considerado língua de trabalho, desi-

gnadamente nas áreas da Aliança Atlântica e da União Europeia. Uma política do tipo das que inspiram o Instituto Goethe, e a Alliance Française, a introdução do português nos esquemas pedagógicos europeus das três línguas obrigatórias, a criação de uma apetência editorial estrangeira pela contribuição literária e científica dos criadores portugueses, oferecem referências de meditação;

- c) Para as comunidades descendentes de portugueses, cujo destino feliz é a completa integração nos povos de destino, como acontece com os EUA ou o Canadá, a preservação da memória das raízes parece uma exigência da defesa do património cultural, mesmo que a manutenção de um espaço da língua portuguesa tenha obstáculos evidentemente muito superiores ao da hispanidade, incluindo o uso do castelhano, em crescente expressão nos EUA;
- d) Finalmente, e no que respeita aos trópicos, devem salientar-se estas circunstâncias da conjuntura: 1) no que toca ao Brasil, admitir que a antiga relação privilegiada está em redefinição, que a língua portuguesa é parte qualitativamente importante de um património que inclui assumidas e importantes heranças de origem ameríndia, africana, alemã, japonesa, italiana, que influem a definição do conceito estratégico nacional brasileiro, e exigem uma maior criatividade, agressividade, e eficácia portuguesas; 2) reconhecer que, nos territórios da descolonização deste século, a questão prioritária é a do reconhecimento de que a queda de um sistema político imperial não faz desaparecer a área cultural dentro das suas antigas fronteiras, e que a cooperação deve aparecer como valor fundamental, superando a memória dos conflitos; 3) a urgência de analisar a experiência da adesão a grandes espaços diferenciados, por vezes contraditórios, dos vários novos Estados e também de Portugal, acrescendo o novo tipo de competição internacional que se desenvolve nesses territórios; 4) esta competição exige, como na UE, avaliar as oportunidades e capacidades de ter presença qualitativa nas intervenções institucionais, e salvaguardar um espaço de acção individualizada na vertente da política externa comum de cooperação. Sobretudo não ignorar que os países de maiores capacidades tendem para inverter o sistema, fazendo da chamada política comum um instrumento dos seus interesses privativos; 5) finalmente recuperar a autoridade da presença pela cooperação em todas as missões de restabelecimento e manutenção da paz, designadamente usando as forças armadas; 6) recuperar a política da atracção das elites aos centros

universitários portugueses, porque cada graduado é um multiplicador; 7) criar instituições difusoras da língua portuguesa nos grandes centros, de onde parta o apoio para as instituições privadas que aparecem nos territórios; 8) difundir o livro, a imprensa, e a intervenção das redes de televisão; 9) demonstrar pela acção que, não obstante a inevitável pertença a grandes espaços diferenciados, o grupo linguístico destes Estados ganha significado e peso em todos os organismos internacionais em que o modelo de assembleia tem de funcionar: são os casos da ONU, das organizações especializadas como a UNESCO, a OMS, a FAO, o BIT, porque é ali que os pequenos Estados demonstram que o número tem algum significado nos mecanismos democráticos de decisão, e que a participação na mesma língua soma, ao número dos Estados, a autoridade dos valores em que inevitavelmente participam.

Adriano Moreira é Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. É Professor reformado do ISCSP da Universidade Técnica. É Professor da Universidade Católica e do Instituto Superior Naval de Guerra.

MARIA APARECIDA SANTILLI

Quando me tem cabido falar sobre luso-afro-brasileiros, acaba-me por ser uma constante o fascínio pelo poder relacional dos números. Trata-se de 7 povos que se podem ver articulados, por 3 questões que lhes são pertinentes, sobre um pano de fundo a todos comum.

Vem a propósito retornar a algumas reflexões com referência a pontos que sob essa motivação já tenho feito, para abordar o tema ora em foco – «O papel do Brasil na Lusofonia».

Vale dizer que me rendo, novamente, à sedução de princípio, a do jogo dos números, embora aqui como cartas para este outro jogar.

A questão de número 1 é concernente à memória.

Se os povos, como os indivíduos, têm a capacidade de fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou acontecimentos passados, no caso destes 7 de que aqui se trata, a memória será o melhor ponto de partida para computar registros que remetem ao nó de seu vínculo. Como a fixação e a retenção seriam atos comuns a qualquer processo cognoscitivo é desde aí que convém rever o processo de ligação dos luso-afro-brasileiros numa frutificadora evocação e reconhecimento através dos quais também a imaginação possa desempenhar-se para que, desde a retomada objetiva do processo histórico geral, resulte a necessária isenção no debate onde a questão da língua venha a ser melhor considerada e futurizada.

Será, pois, produtivo considerar outra vez, mais uma vez, e como 1.^a questão, compassos históricos registrados em descompassos cronológicos e que os 6 povos – de

Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, participantes do que se denominou a «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» – viveram, com o 7.º étimo do bloco, Portugal, a partir de 1822.

Quanto a brasileiros e portugueses tivemos nosso ritmo próprio para experimentar as lições de vida da pós-independência. Começamos, ainda, pela medida do tempo dos caminhos de ferro e dos barcos transatlânticos do século XIX, com relações internacionais que os outros 5 povos vieram a ensaiar, em trajetórias correspondentes, já no embalo acelerado da velocidade dos vãos, pelas alturas de pico do século XX.

Para a memória humana, super-condicionada pelos limites estreitos de duração de cada geração, poderia, mesmo, ressoar como grande esse descompasso entre a emancipação brasileira e a dos outros 5.

Conviria, entretanto, enfatizar que, pelo ritmo cada vez mais compulsivo, na história das relações humanas, portanto também inter-nacionais, acabaria por abreviar-se a marcha em direcção à sincronia alcançada no estado atual da relação dos 7 povos que, agora, entre si, reposicionam-se nos dias pós-coloniais.

Como aconteceu no Brasil do século passado, os outros 5 povos compassaram-se, desde os meados do século XX, com os brasileiros, no patamar que estes galgaram pelos idos de 1822. E, assim, todos atingiram o momento de substituir imagens pretéritas, por outras, diversas daquelas transferidas aos novos mundos, no decurso do ciclo colonial.

Desta travessia pelo que se poderia até chamar, nos nossos descobertos mundos, de apocalipse da tradição europeia, na pauta de revisão dos próprios povos emancipados levanta-se uma questão de fundo: a do enraizamento cultural ou do lastro da cultura europeia comum e das forças que o alimentam ou o preservarão entre os povos politicamente descolonizados. Digo apocalípticos a esses tempos, superlativizando, porque vividos nos estremecimentos em que se instaura uma visão, ou uma utopia do novo, entre tais povos.

No itinerário complexo da emancipação dos 6 povos, o compasso – que ficou não menos relevante – não obstante o descompasso cronológico do processo brasileiro – terá sido aquele vivido ao final, com maior ou menor intensidade por todos: o de questionamento da tradição europeia/portuguesa enquanto modelo que então se abalava, no patrimônio de uma herança comum.

Para os brasileiros, esse apocalipse tomou corpo com o Modernismo, reciclando-se em variantes que irromperam, desde os anos 20, até sobretudo os meados do século ora por terminar.

A propósito, num livro que fala sobre a «Era de Vargas», Antônio Arnóni Prado, quanto ao problema de «Revolução e acomodação» na literatura do período, refletiu sobre a aventura libertária do Modernismo e sobre a posterior

encampação do ideário modernista que acabaria por desaguar, na seqüência, em uma acomodação ideológica das elites brasileiras.

Arnôni registrou, então, na cultura brasileira do decênio de 30, a presença de intelectuais que fizeram a crítica do movimento modernista. Trata-se daqueles que vieram a passar por modernistas radicais, remetendo ao horizonte da década seguinte o que Arnôni tomou como «visão disciplinadora do primitivismo ancestral, o revanchismo nativista da América e o ufanismo do redescobrimto, agora sob a ótica da força e da ordem» (Prado, 1991: 263).

A verdade é que essa nova onda, reguladora, inflétia sobre a política literária do Modernismo, a política implosiva, de quebrar as auras da tradição, construída sobre as importações, e que assim, se metabolizaria pela consciência brasileira, transformando, a do outro, no próprio nacional.

Oswald de Andrade representou bem essa marca – até nada sutil – distintiva do Modernismo e Xenofobismo, no Brasil.

A imagem da Antropofagia prestava-se a significar o re-entendimento da ingestão de cultura(s) forasteira(s), ingestão tão humana quanto fora sua procedência. Mas, uma ingestão que, portanto, se reconhecia e do que se pretendia digerir. Ou como substância, no processo *ad hoc* de metamorfoses culturais.

Não se há de esquecer que, nesta primeira questão, se trata de relembranças, de falar do talvez já muito visto, mas a que não será de mais retornar, quando se trata da conveniência de colar identidade e memória. E será, mesmo, adequado sublinhar que os modernistas brasileiros passam, em 1922, pelas celebrações do centenário de independência do Brasil.

Como bem referiu Paulo de Medeiros, na «Introdução» ao número 13 da revista *Discursos* (Medeiros, 1996: 19) sobre o que John R. Gills escreveu em *Commemorations: The Politics of National Identity*, isto é, da identidade e da memória como «conceitos sociais e políticos interrelacionados através da história» e de «como se torna necessário analisar os processos através dos quais as nações constroem a sua identidade através daquilo que decidem comemorar».

Comemorar, em 1922, também se traduzia por transgredir, desenhando a outridade que se queria patentear.

Da mesma forma iria suceder nos países africanos, ao reeditarem também a celebrada emancipação política que fizera o Brasil um século antes. Este é o pano-de-fundo, o da diferença, que caracteriza o conjunto: visão dos atributos especiais ou específicos, pessoais ou coletivos, através dos quais a inteligência, no Brasil e depois em cada um dos outros 5 países, quis reconhecer-se inconfundivelmente, definir seu próprio perfil.

A literatura, a propósito efetivamente da emancipação cultural e que se conformou como literatura da identidade entre os seis povos emancipados,

incidiu sobre uma dedução do tempo: o do que cada povo veio a ser. Por um lado, pelo que **foi**, juntando traços de coesão dispersos ao longo de interferências estrangeiras, e, por outro lado, pelo que **poderá vir a ser**, ou será, enquanto se assume como agente também, na mudança para que se concebe vocacionado.

Estas re-lembranças poderiam arrematar-se com a evocação do pensamento de Alfredo Bosi, de *Literatura e situação*: a «colônia é, de início, o objeto de uma cultura, o *outro* em relação à metrópole», a «colônia só deixa de o ser quando passa a sujeito de sua história» (Bosi, 1980: 13).

Acompanhar aqui «o processo de aculturação do português e do negro à terra e às raças nativas» – pensa ele – «na esfera de nossa consciência histórica, é pontilhar o direito e o avesso do fenômeno nativista, complemento necessário de todo complexo colonial.»

No caso das literaturas compreendidas como “Literaturas Africanas de Língua Portuguesa” cumpre entendê-las quando dinamizam sua predisposição à rebeldia literária (ideológica e lingüística). Ou seja, apanhá-las no momento de correspondência com a postura dos modernistas brasileiros, a partir de fissuras em que pretenderam instaurar o “novo”, até pela prática de devoração do alheio do qual poderiam fazer o seu próprio.

Cabe observar, através de suas respectivas poéticas, essa questão prioritária, que lhes foi, de rastrear sua identidade e delinear vetores nacionais.

Pires Laranjeira registra o percurso dos 5 países africanos na busca dessa identificação (Laranjeira, 1995: 502-3), através dos textos literários, onde se visibiliza, por via da presença pontual das manifestações musicais e pictóricas, dos instrumentos para a música e a dança, das práticas rituais, enfim de quanto «fornece o material sobre que se alicerça a mitologia da continentalidade e da raça».

Laranjeira refere, ainda, como a representação do homem africano evolui, desde “esquemática” e “lacunar” «em que o poder, a palavra e a racionalidade pertencem exclusivamente ao branco». E infere que, se o homem africano «não surge no texto como figura principal, desenhada em caracteres redondos, com um pensamento, desejos e uma construção cultural, é porque sua ausência indica não ser ele o responsável pela enunciação e, portanto, não poder falar por si e pelos seus».

O passo adiante na escalada de uma definição é, para Pires Laranjeira, quando “toma a palavra” o homem africano e abre o processo do seu reconhecimento enquanto ser alienado, condição que só uma busca de identidade, uma pesquisa das origens e uma prospecção do desejo, permitem ultrapassar, até a conquista do poder de afirmação de uma nova vontade cultural.

Trata-se, na verdade, do re-conhecimento do africano que transita do generalizante para o específico – no caso de cada um dos países africanos de língua

portuguesa -, sob o ponto de vista de distinguir seu **ser diverso**, do modelo de referência estrangeira; conforme se consumara, décadas antes, no Brasil.

De generalização à especificidade, esse re-conhecimento fez escala, no tempo marcado pelos movimentos de negritude que, na progressão dialética, iriam ser ultrapassados.

Chegaria a hora de deduzir-se que a negritude, -movimento essencialmente de exílio ou da criouliização-, -não podia responder às exigências de combates mais decisivos contra a dominação colonial-.

Como enfatizou Amílcar Cabral, o -estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais-, concretizadas -por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado, como um ato de negação da cultura- do outro a que se refere como opressor.

Em suma, comunidade/diferenças é, pois, hoje, correlação impossível de desconsiderar, na re-junção dos 7 povos.

É sobre esse eixo, comunidade/diferenças que me parece conveniente chegar à questão de número 2: da língua, princípio fundante de um bloco transnacional.

Quanto à língua portuguesa no Brasil, nesta circunstância não cabe apresentar senão dados sumários que encaminhem para a questão de que aqui se deve tratar.

No primeiro volume, recentemente publicado, da colecção *História da Vida Privada no Brasil*, dirigida pelo historiador Fernando A. Novais e no volume organizado por Laura de Mello e Souza, dedica-se um capítulo a -Vida Privada e Colonização: o Lugar da Língua, da Instrução e dos Livros-.

O autor deste capítulo, Luis Villalta, começa por voltar-se a um dos primeiros cronistas da colonização portuguesa: Pero de Magalhães Gândavo e por reportar-se à célebre afirmação de Gândavo, de que os índios do litoral brasileiro não tinham letras -F, nem L, nem R-, não possuindo -nem Fé, nem Lei, nem Rei-.

Essa suposição de uma ausência lingüística e de **ordem**, para Villalta, -revela um tanto *avant la lettre*, o ideal de colonização trazido pelas autoridades civis e eclesiásticas portuguesas: superar a **desordem**, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei-.

Do ponto de vista da língua portuguesa, como se consumou este projeto?

Villalta resume: no Brasil, somaram-se algumas línguas européias às diversas línguas indígenas e africanas. Predominou o Português. Durante a União Ibérica, e no Sul, o Português foi seguido pelo Espanhol.

E relata: «Após a indianização inicial, espanhóis e portugueses curvaram-se, em geografia e tempos diversos, às línguas gerais de origem Tupi. Ao mesmo tempo, os lusitanos embargaram o uso das línguas africanas».

A partir do século XVIII, cumpriu-se «uma política de difusão do português e de ataque às línguas gerais, substituídas, por diferentes fatores, pela língua portuguesa na maior parte do país, embora, até ao final do século XVIII», o latim fosse usado «como a principal língua culta» e, a partir daí aparecesse «a concorrência do francês, veículo de idéias sediciosas que punham em perigo F, L e R (Villalta, 1997: 332-83).

Depois disso, todos nós sabemos: a partir do século XVIII o domínio da língua portuguesa foi se estendendo. Foi geral.

Para a devida avaliação, é importante contextualizar estes dados no quadro maior da história geral de ocupação do território nacional:

1. A ocupação humana do território que depois se tornaria Brasil, segundo cálculo dos especialistas atuais, começou entre 12 e 30 mil anos atrás;
2. A variedade de povos que aqui viviam é grande. Até hoje foram catalogadas 170 línguas faladas pelos índios brasileiros. O emprego de “índios” para designar esse grande conjunto de habitantes é indicativo de um conceito equivocado de homogeneidade cultural;
3. O contato de índios com brancos implicou nos seguintes resultados:
 - Por volta de 1500, a população era de 8 milhões e meio;
 - Em 1822 (na Independência), a população brasileira não passava de 3 milhões, hoje são cerca de 300 mil índios sobreviventes;
 - Na segunda metade do século XIX, a população atinge os índices do século XVI.

A partir, portanto, desse crescimento populacional tão vertiginoso, pode-se avaliar, devidamente, o que foi o crescimento do número de falantes do português, no Brasil (Caldeira, s/d: 8-9).

Considerada a explosão demográfica brasileira e os decorrentes milhões de falantes do Português, hoje somos os maiores legatários da língua portuguesa, no tempo.

É sobre a projecção desse futuro lingüístico comum, que nos cabe, com Portugal, sentar à mesa das conversações com todos os demais países de língua oficial portuguesa, para rever, propor ou dinamizar convênios e acordos de cooperação e dar conta, assim, dessa tarefa que não é fácil de cumprir.

Posso informar que, da parte do Brasil, através do seu Ministério da Educação, tal preocupação está se convertendo em medidas de ordem prática, nessa direção.

Parecem-me saudáveis algumas considerações prévias, na abordagem dessa forma articulada de procedimentos, entre os países de língua oficial portuguesa, procedimentos que aqui se põem como eminentes e iminentes.

Essa consideração tem a ver com o resultado dos fatos marcantes que pontuaram a evolução geo-política através da qual se deu o avanço em direcção do sistema-mundo, que veio peculiarizar a história das relações internacionais, nos últimos tempos.

As relações entre nossos países, ora em questão, instauram-se nos corolários de profundas mudanças de que esta geração é sujeita ou testemunha, na escalada do poderio mundial exercido em concentração geográfica de poderes.

O processo descolonizador não foi obra do acaso. A descolonização acelerou-se também porque o controle de vastas extensões territoriais passou a quase não intervir no sistema de poderio internacional. Olivier Dolfus, em *Geopolítica do Sistema Mundo* (Dolfus, 1993: 35), considerou, a propósito «a obsolescência dos impérios difíceis de gerir, de manejo dispendioso e fontes de conflitos externos.»

Assim, quando o processo de emancipação política das ex-colônias portuguesas chegou ao término, já se dava a progressiva imersão mundial em outro sistema, também implacável, de estratégias dos oligopólios, em que novas parcerias vão se realizando em decorrência do atual sistema que o capitalismo gerou.

A disputa pelos territórios das colônias foi, então, se substituindo por mercados e áreas de influência, em relação ao dito arquipélago metropolitano onde se situa a concentração geográfica dos poderes mundiais.

É, portanto, neste quadro de mundialização que os países de língua oficial portuguesa têm de rever-se e procurar sentidos atualizados para suas inter-relações; quando sobre as luzes de nosso comum passado geopolítico, projetam-se as de outra ribalta de *performances* internacionais.

Cogitar de “império lingüístico-cultural”, ou de “egoísmo superior” parecem-me motivações sem efeito prático, se não, mesmo, anacrônicas, em relação ao quadro mundial.

Talvez nos fosse mais conseqüente encarar o cuidado da língua no bojo do desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, com o qual se alavanque a própria ocupação de espaço de nossa língua, junto ao elenco lingüístico de suporte das tratativas e ações internacionais.

Quando se fala, hoje, dos chamados “7 povos”, bloqueia-se pelo viável recorte étnico, calcado sobre o denominador da língua. Vale dizer que a língua é *pièce de resistance* de um conjunto cultural agora, mais do que nunca, sujeito às infl-

xões, por um lado, do eventual desenvolvimento próprio de cada povo e, por outro lado, da força irreversivelmente pressionadora que se exerce, sobre todos os povos, no sentido da mundialização.

Mas a hipótese do “recorte étnico” para definir estados – parecendo que não – pode encontrar notórios incentivos práticos de sustentação, no próprio mapa recente da geografia política internacional.

A sutura de um Estado com base em ligadura étnica mostrou sua importância, tendo em vista a desagregação de povos que, sem ela, sem a ligadura étnica, chegariam, inexoravelmente, à separação.

No mundo contemporâneo em que o descentramento logrou passar de tendência a extremização, desarticularam-se estados politicamente desenhados nos gabinetes das conferências e acordos de cúpula que a *praxis* provisoriamente cimentou.

Trincaram-se e chegaram a cacos, conjuntos aparentemente consolidados mas profundamente minados pelas frestas entre povos assim jungidos: as frestas dos contrastes culturais que talvez se julgasse possível minimizar com a penada das decisões dos foros de poder das políticas internacionais.

Os exemplos atuais, como sejam da Bélgica, da Espanha, da Suíça onde se estampa a arbitrariedade dos limites da geografia política, assim como os exemplos bem recentes de fragmentação do bloco leste europeu, vieram dar prestígio à cultura, como fator, articulante ou desarticulante, decisivo, quer com relação ao *déjà vue*, quer com relação a outros eventuais conjuntos de povos, que venham a formar-se.

Neste caso da Comunidade dos 7 povos que ora está por cimentar, reforça-se o entendimento de língua, como **função no processo histórico** que a modela. Mas sem desconsiderar a língua como **forma**, pois há de levar-se em conta a probabilidade já salientada por Sapir, de que «o grau de estabilidade que acompanha a cultura se deve em grande parte à apreciação habitual dos lineamentos formais e às complexidades formais da experiência» (Sapir, 1969: 33).

Não é sem razão que foi sobre a questão da forma que se alimentaram os debates da língua, dessa língua sobre a qual, então, tencionava-se sediar um *status* cultural para assentar-se o dito conjunto dos 7 povos. Será, talvez, a questão da alegada **plenitude formal** que um dos povos poderia arrogar-se a si mesmo como privilégio, em relação aos outros, o reduto de atrito a ultrapassar.

Entre os últimos ecos do ciclo colonial, o empecilho a outra e nova reunião dos 7 povos poderia ainda residir em desconfianças e reticências entre ex-colonizador e ex-colonizados que convergiram para o ponto da língua, o ponto que, afinal, subsiste como núcleo de cultura, desde onde, então, re-definir ou sustentar uma comunidade, agora trans-nacional.

Passado o passado, parece que, na questão da língua, o mais difícil de atingir, de um modo geral, é o senso comum, o meio-de-campo a que se poderia chegar com sugestões tiradas do mesmo Sapir, ainda que ao lingüista possam caber outras objeções.

Sapir pondera que, «onde a vida é de tentativas e improvisação, onde as idéias e os sentimentos estão constantemente metendo as mãos de ferro no acervo de esgarçados e rígidos padrões», se tal acervo não é dobrado «com maleabilidade para seu uso», a forma da língua «passa necessariamente a ser sentida como uma carga e uma tirania».

Para a forma da língua constituir-se no que Sapir chama de «doce enlace que devia ser», só o meio campo, o senso comum, dado por uma re-visão de pretensões sobre a restritiva «plenitude formal», a fim de fazer da língua a pedra angular viável, de povos que a elejam como princípio para se associar.

A primeira e a segunda questões aqui postas vetorizam para a questão de número 3 em direção à qual, neste momento, voltam-se muitos dos olhares que se têm detido nas relações culturais luso-afro-brasileiras: a de uma comunidade da Lusofonia, onde os sete povos re-encontrar-se-iam por decisão livre e unânime, intencionalmente projetada para o **novo**, que o futuro ao conjunto poderá dar.

A propósito, cabe analisar, entre pronunciamentos sobre as citadas relações, aqueles de um artigo que se rotulou de «Uma empresa de sete povos» (Oliveira, 1994: 1-3).

O que desde logo chama a atenção para esse texto está no próprio título, na «empresa», de onde transbordam os significados de associação, de companhia, de organização, de sociedade, que remetem a outras redes de significados implícitos, isto é, de acordo, de concordância de sentimentos e de idéias, de harmonização, de consonância, de combinação, de ajuste, de pacto que pressupõem uma vontade de, por parte dos diferentes sujeitos da realização, vetorizados pelo objetivo cultural, como seja o de produzir e/ou oferecer bens e serviços culturais.

Contextualizando a proposta no ciclo de um novo tempo de relações internacionais brasileiras, fundadas na política externa independente do Brasil e resgatando fatos com os quais estabelece uma determinada sincronia de eventos, relativos a relações culturais luso-brasileiras, o texto chama a atenção também para um silêncio de entrelinhas, para um presumível ruído que se deixou no espaço de bastidores de sua elaboração, e que o pano de palco da escrita teria velado: o ruído de incidentes de obstrução ou derrogação.

Assim, por um lado projecta-se a «empresa» cultural para o campo político que, do lado de cá, passa à aprovação do Instituto Internacional de Língua

Portuguesa, e à consumação do Acordo Ortográfico que, da parte brasileira, teve aprovação do Congresso Nacional.

O projeto da Comunidade dos 7 Povos ainda faz virem à tona da memória, pesos, pesos de que fomos procurando nos livrar e que têm persistido até já às portas da virada para o século XXI, à espera de uma comum e mais plena e genérica metabolização político-cultural.

Quem sabe, o melhor ponto para, afinal, hoje nos posicionarmos na tarefa de agentes culturais, seja insistir nas aliciantes *Seis propostas para o próximo milênio* que, encantadoramente, Ítalo Calvino foi capaz de imaginar.

Ao procurar uma definição para o conjunto de seu trabalho – relembremos, para rematar, Ítalo Calvino optou por oferecer esta:

[...] a minha operação foi na maioria das vezes uma subtração de peso; tentei tirar peso ora às figuras humanas, ora aos corpos celestes, ora às cidades; sobre tudo tentei tirar peso à estrutura do conto e à linguagem (Calvino, s/d: 17)

O texto que acabámos de considerar, sinalizou para pesos, pesos numa empresa que já demora a cabalmente se concretizar.

O estímulo dos que também carregamos pesos análogos, do lado de cá e de lá, bem pode encontrar guarida nos alicerces de uma vontade política que alavanque o despejo dos pesos, como na história do balde vazio do conto de Kafka, por onde acabam as palavras sobre a leveza, que Ítalo Calvino escreveu e que insistimos em retomar.

Por quê?

Calvino passa-nos, da história de Kafka, a idéia do balde vazio enquanto «nos eleva acima do nível onde se encontra o auxílio e também o egoísmo, o balde vazio sinal de privação, desejo e procura» e que, se não socorre o **querer** de urgência de nossas demandas de evolução, abre, por outro lado e enquanto se espera um desfecho, para mais um horizonte: não o do fim das reflexões, mas o das reflexões sem fim, incessantemente fecundas para a longevidade de qualquer união.

Maria Aparecida Santilli é Professora Titular da Universidade de São Paulo, onde dirigiu, durante alguns anos, o Centro de Estudos Portugueses da U.S.P. Tem ensinado e investigado nas áreas da Literatura Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa. É autora de livros sobre Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Bocage. Publicou ainda, entre outros, *Arte e Representação da realidade no romance português contemporâneo*(1979) e *Estórias africanas. História de Antologia*(1985).

Referências Bibliográficas

BOSI, Alfredo (1980) - *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3.^a ed., São Paulo, Cultrix.

CALDEIRA, J. (s/d) - *Viagem pela História do Brasil*, São Paulo, Cia das Letras.

CALVINO, Ítalo (s/d) - *Seis propostas para o próximo milênio*, Lisboa, Teorema.

DOLFUS, O. (1993) - *O Novo Mapa do Mundo - Fim do Século e Globalização*, São Paulo, Hucitec, Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Rural.

LARANJEIRA, J. L. Pires (1995) - *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Afrontamento.

MEDEIROS, Paulo de (1996) - "Introdução: "Em Nome de Portugal". *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa* 13 (Out. 1996), Coimbra, Universidade Aberta.

OLIVEIRA, J. A. (1994) - "Uma empresa de sete povos". *Folha de São Paulo*, 27/7/94, pp. 1-3.

PRADO, Antônio Arnôni (1991) - *Era de Vargas*, São Paulo, Hucitec.

SAPIR, E. (1969) - "O gramático e a língua". *Linguística como Ciência*, V, I, Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, p. 33.

VILLALTA, Luis C. (1997) - "O que se fala e o que se lê: Língua, Instrução e Leitura", in Laura de Mello e Souza (org.) e Fernando A. Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1997.

O ESPAÇO DA LUSOFONIA: MIGRAÇÕES E DIÁLOGO INTERCULTURAL

MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE

1 Soberania, Nações e Culturas

No fluir da História, o poder da iniciativa ou a força militar dos Estados determinou, em muitos casos, um alargamento da sua soberania para lá do núcleo original de nações relativamente homogêneas em termos culturais, passando a integrar outros povos e outras culturas.

Quando o alargamento de fronteiras se processou em condições de contiguidade geográfica e se efectivou em ambiente de relativa paridade de estatutos das nações assim integradas, verificou-se terem estes re-arranjos políticos um carácter de alguma estabilidade temporal, de que é prova o facto de ainda hoje subsistirem muitos Estados de características plurinacionais e pluriculturais.

Se, pelo contrário, à dispersão geográfica se associara uma clara assimetria dos deveres e dos direitos das populações das várias parcelas de um Estado, com nítida discrepância de estatutos entre a população dominante e as populações por ela dominadas¹ (como tipicamente acontecia nos designados Impérios Coloniais e não apenas), verificou-se a prazo a sua fragmentação, com o acesso dessas várias nações à sua autonomização política, como novos Estados independentes².

¹O Acto Colonial, assinado em 1930 por Salazar, continha alguns dos princípios da sua concepção política como «essência orgânica da nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos e de civilizar populações indígenas nele compreendidas». Esta orientação veio a assumir a natureza de Lei Constitucional em 1933.

²Lembre-se que apesar da desarticulação do Colonialismo Europeu ter sido um processo longo e complexo, constituindo o ano de 1945 (proclamação da independência da Indonésia) a marca cronológica do seu início, o Estado português só depois da Revolução de Abril, em 1974, pôs fim à política até então vigente. As negociações estabelecidas a partir dessa data conferiram progressivamente a independência aos novos países, consi-

Entendemos apropriado estabelecer hoje (ao contrário do que acontecia no passado) uma relação forte entre Cultura e Nação, mais do que entre esta e o Estado. Os indicadores distintivos da Cultura estão suportados nas manifestações exteriores das sociabilidades que se articulam no interior de uma dada comunidade humana: a história do “vivido”, a memória colectiva, a língua, a compreensão do património material, o sentido afectivo, o mesmo entendimento das referências, o modo de hierarquizar valores e o de estabelecer normas, o conhecimento dos usos e das práticas do quotidiano e, sobretudo, a consciência de uma pertença partilhada e de um destino comum para a sociedade que os integra. A Nação aparece, nesta aproximação, como o corpo social detentor de uma identidade cultural específica, com objectivos próprios dos elementos que a constituem e *a priori* distinta de todas as outras.

Em aproximação contrária, procurou associar-se no passado o conceito de Estado com o de Nação, chegando mesmo a confundi-los, aparecendo então o Estado-Nação como uma forma paradigmática das realidades políticas que a si próprias se consideravam como mais evoluídas e aperfeiçoadas, a despeito de todas as evidências em contrário. No caso português, definiu-se o Estado Pluri-continental como a Nação Portuguesa, una e indivisível, procurando a regência política da época minimizar todas as especificidades de povos e de culturas que, embora integrados numa mesma soberania, hoje se definiriam inevitavelmente como correspondendo a diferentes nacionalidades.

A teoria evolucionista justificou, no início do século, as desigualdades sociais existentes entre Estados dominantes e povos dominados, por via da constatação de um desfasamento entre saberes tecnológicos e diferentes formas de viver, os quais poderiam vir a ser progressivamente ultrapassados pelos ensinamentos paternalistas que a ideologia colonial doutrinava, levando todo o conjunto a uma desejada situação de paridade civilizacional. Mais tarde, os funcionalistas encontraram fundamento para explicar as diferenças, também por eles reconhecidas como existentes, reabilitando estas por considerá-las como ajustadas no interior dos contextos circunscritos em que se verificavam.

Uma vez que a articulação interna dos elementos integradores de formas de viver bem individualizadas se encontrava assim justificada, perdia-se a valoração negativa das diferenças e do sentido da injustiça social e política que continham.

derados até essa data como parcelas integrantes de Portugal. Enumeram-se, por ordem cronológica, as datas em que ocorreram: a) Guiné-Bissau, 24 de Setembro de 1974; b) Moçambique, 25 de Junho de 1975; c) Cabo-Verde, 5 de Julho de 1975; d) São Tomé e Príncipe, 12 de Julho e Angola, 11 de Novembro.

O processo fora iniciado em 1961 com a invasão, pela Índia, dos Territórios de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli, então sob a administração portuguesa, após um longo período de luta política desgastante que marcou a primeira quebra no poder colonial português contemporâneo.

Os poderes políticos da época fizeram uso deste tipo de pensamentos teóricos para a manutenção do *status quo*, valorizando as próprias diferenças de estatuto em termos de um pretenso respeito por culturas “exóticas” e procurando mesmo dá-las a conhecer em grandes iniciativas de abrangência temática nacional e projecção internacional³.

Em resultado de um reconhecimento muito tardio das verdadeiras realidades, Portugal encontra-se hoje constituído como um Estado relativamente homogéneo do ponto de vista cultural, vizinho do conceito limite de Estado-Nação, muito embora a relativa permeabilidade das fronteiras característica dos tempos actuais permita que aqui se tenham vindo a radicar indivíduos, grupos e comunidades minoritárias de outras proveniências geográficas e vivências culturais.

2 Língua e Poder

Como primeiro meio de comunicação no seio dos grupos humanos, a língua é, necessariamente, o principal veículo de exercício do poder, seja este imposto pela força, aceite como legítimo ou recomendado por interesses fundamentais ou colaterais.

Quando as soberanias se exerciam pela força, sem o respeito pelas línguas e culturas maternas dos povos que dominavam, como aconteceu frequentemente em situações coloniais, o domínio da língua da potência colonizadora aparecia como condição necessária para o acesso ao simples reconhecimento de alguns direitos individuais ou colectivos. Por outro lado, o estudo de línguas africanas ou asiáticas, que esteve em voga nos espaços de leccionação das chamadas Escolas Coloniais das metrópoles europeias, visava mais o objectivo pragmático de habilitar os administradores desses territórios longínquos com a capacidade de comunicação na língua local, do que conferir a esta um estatuto paritário com a língua do poder⁴.

³A Exposição do Mundo Português de 1940 é um exemplo: das façanhas dos Descobrimentos às façanhas do Estado Novo existe a mesma intencionalidade épica, sacralizadora do País – do poder do País. [...] Será o canto de cisne do Colonialismo, do imperialismo portugueses. Quis restituir-lhes a grandeza do passado (uma Pátria una e indivisível, do Minho a Timor) [...]. (Dacosta, 1997: 18).

Para se avaliar a dimensão, empenho e recursos postos naquela iniciativa, o Catálogo – Mário Novais - Exposição do Mundo Português, 1940- da mostra de imagens sobre o tema, realizada na Antiga Fábrica de Rações do Beato (Convento do Beato) a partir de Fevereiro de 1998, fornece abundante documentação.

⁴O Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1961), integrado na Universidade Técnica de Lisboa, que se seguiu ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954) e este à Escola Superior Colonial (1927), conferia, por excelência, uma formação na área da administração colonial e da política ultramarina.

Ao Instituto de Línguas Africanas e Orientais que lhe estava associado pertenciam os professores que leccionavam, entre outras, algumas Línguas das então designadas Províncias Ultramarinas: o *Quimbundo* de

Ultrapassadas historicamente as situações de tipo colonial e considerando agora o que respeita a Estados independentes de características plurilinguísticas, com um número muito significativo de diferentes línguas maternas e sem que nenhuma delas se afirme como largamente maioritária, a necessidade que o Estado tem de comunicar com os seus cidadãos para exercer a soberania impõe-lhe a escolha de uma (ou mais) línguas oficiais: para que as leis sejam conhecidas e compreendidas, para que a administração pública seja eficaz, para que as propostas e opções políticas se possam manifestar, para que as populações se possam entender entre si.

Numa perspectiva estratégica mais alargada, verificando-se actualmente os mais variados aspectos de globalização das actividades humanas digam eles respeito à mundialização das transacções, das comunicações pessoais, empresariais ou institucionais, à mobilidade das pessoas, bens e serviços ou à crescente tendência para a criação de grandes blocos económicos e políticos - reconhece-se a significativa vantagem de diversificar a nossa competência de comunicação em línguas estrangeiras. Isto é: o poder que no passado se considerava residir na obrigação, a outros imposta, de connosco comunicarem na nossa própria língua, exerce-se hoje pela capacidade de falar a língua do Outro, dando-nos a vantagem de melhor compreender os seus interesses, motivações ou fraquezas, dados essenciais para melhor se conseguir atingir o sucesso em qualquer tipo de relação ou de negociação.

Sendo o conhecimento de um outro idioma um veículo essencial para a compreensão da correspondente cultura, ainda há quem receie que tal signifique uma forma de alienação ou de descaracterização da nossa própria identidade cultural. Temos opinião contrária: muita vezes é a quase completa ignorância da uma outra realidade que nos desperta a curiosidade (quicá a atracção e admiração) em relação a ela; uma vez satisfeita essa motivação por via de um melhor conhecimento, relativizam-se as diferenças, reconhecem-se inconvenientes por contrapartida de vantagens, trivializa-se a novidade, dissipa-se o fascínio.

3 Mesma Língua, Nações Diferentes

A descoberta e a conquista, a colonização e as grandes migrações de massas têm determinado, ao longo da História da humanidade, a constituição de nações, por vezes geograficamente afastadas, portadoras de uma língua a elas comum e,

Angola, o *Ronga* de Moçambique, o *Concanim* falado nos Territórios do Estado da Índia Portuguesa; o *Tétum* de Timor; para além de outras como o Árabe ou o Sânscrito.

necessariamente, com alguma afinidade de traços culturais em resultado de uma prolongada convivência anterior.

Com o decorrer dos tempos, germinando em terrenos diversos, conhecendo cada uma um distinto percurso histórico, em contacto com diferentes culturas vizinhas, estas novas entidades nacionais, em muitos casos constituídas como Estados autónomos, auto-determinaram-se em termos de identidade cultural individualizada e inconfundível.

Mostra a experiência de muitos deles, no entanto, que subsiste entre as nações que se identificam por terem uma língua comum, um forte sentimento de pertença afim que as leva a definir-se como Países-Irmãos, a despeito dos conflitos que no passado os possam ter separado.

E não é apenas ao nível das relações políticas entre Estados que tal estatuto de relação preferencial se verifica (traduzido por organizações transnacionais como a *Commonwealth*, a *Communauté Francophone* e, agora, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP) mas também ao nível dos próprios cidadãos⁵.

Assim, os fluxos migratórios tendem a estabelecer-se predominantemente entre países da mesma língua, tendo sido o Brasil, durante séculos, o primeiro país de destino dos Portugueses e Portugal, hoje, o principal país receptor de migrantes dos demais países lusófonos. O quadro seguinte ilustra a dimensão quantitativa deste último fenómeno.

Populações estrangeiras residentes em Portugal (CPLP) - 1996

Originários dos Países de Língua Portuguesa	Total	Homens	Mulheres
Cabo Verde	39.546	23 908	15 638
Brasil	20.082	10 884	9 198
Angola	16.282	9 815	6 467
Guiné-Bissau	12.639	9 336	3 303
Moçambique	4.413	2 466	1 947
São Tomé e Príncipe	4.234	2 170	2 064
Total	97.196	58 579	38.617

⁵Sobre os espaços de cooperação cultural organizada atente-se a que a área de influência linguística e cultural britânica é simultaneamente a mais vasta e aquela que apresenta um potencial de mais rápido desenvolvimento sócio-económico e tecnológico.

O estilo de projecção cultural da França em relação aos Estados e Territórios que sofrem a sua influência é menos formalizado do que ocorre no caso da *Commonwealth*, onde as motivações de aglutinação são mais abertamente de base política e económica.

França trava no momento presente uma empenhada luta de conquista de influência e, até em alguns casos, de sobrevivência linguística (Léger, 1987; Tornelli, 1988).

4 Comunidades de Diáspora

Quando os fluxos migratórios atingem dimensão significativa, tanto em termos numéricos como de continuidade temporal, haverá condições para que os grupos de migrantes de uma mesma proveniência nacional se constituam como comunidade, na qual estão representadas todas as classes etárias e se reconstituem, num outro espaço, as relações e o tecido social de origem, com base na consciência de um certo sentimento de coesão identitária. Considera-se que nos encontramos perante uma situação de diáspora quando a permanência do fluxo se estende por um período muito prolongado, o volume total de migrantes representa parcela significativa da população nacional e, mais ainda, quando é reconhecida a intenção de identificar e preservar os traços distintivos da cultura do país de origem. Nos termos deste conceito, a emigração portuguesa, estruturalmente presente durante séculos, constitui um caso paradigmático de diáspora (Cf. Chaliaud, 1991; Rocha-Trindade, 1995: 141-5).

Se exceptuarmos o caso da emigração para o Brasil, as comunidades de Portugueses imigrados, muito embora reforçadas pela multiplicação das gerações, encontram-se em geral em situação claramente minoritária no seio das correspondentes sociedades de acolhimento. A língua de origem, ciosamente conservada pelas primeiras gerações, raramente permanece como de utilização corrente nas gerações subseqüentes, sendo substituída pela da sociedade receptora, devido ao peso esmagador da sua influência no quotidiano. E, no nosso entender, não é inconveniente que assim aconteça: uma comunidade que desconheça ou rejeite a língua do país de inserção está a auto-excluir-se do convívio desta e a votar-se a si própria ao ostracismo, comprometendo irremediavelmente as perspectivas de integração e de promoção social para os seus descendentes.

Perder o idioma não significa alienar ou esquecer a cultura de origem. O apelido que se continua a usar, os acontecimentos e as datas que se lembram, as comemorações que se celebram e as festas que se frequentam, as comidas que se apreciam, as devoções a que se é fiel, os amigos com quem se mantém o contacto, as memórias ou as histórias que se contam, as notícias recebidas da família ou de amigos de outro continente ou a esporádica visita que aí um dia se fará, são sintomas da consciência de uma pertença ancestral que se intenta não deixar perder.

Muito mais do que a língua, são outras referências culturais mais difíceis de esquecer, como o têm provado alguns exemplos de revoluções culturais, que poucos resultados conseguiram em tentativas de apagamento da memória das gerações.

5 Lusofonia

Lusofonia é um conceito de contornos deliberadamente pouco precisos, com uma abrangência que se pretende considerar *latissimu sensu*, tanto nos parâmetros enquadráveis como na transversalidade espacial.

Compreende os falantes da língua, seja ela materna, oficial ou estrangeira; os espaços onde se situam e, por extensão, os eventualmente não lusófonos que os habitem; os países soberanos onde essa língua é predominante e, bem assim, as comunidades minoritárias que se reclamam do Português, ou da correspondente cultura, ou de uma ancestralidade, conhecida ou simplesmente provável, que com Portugal esteja relacionada (Vd. Fig.1 na página seguinte).

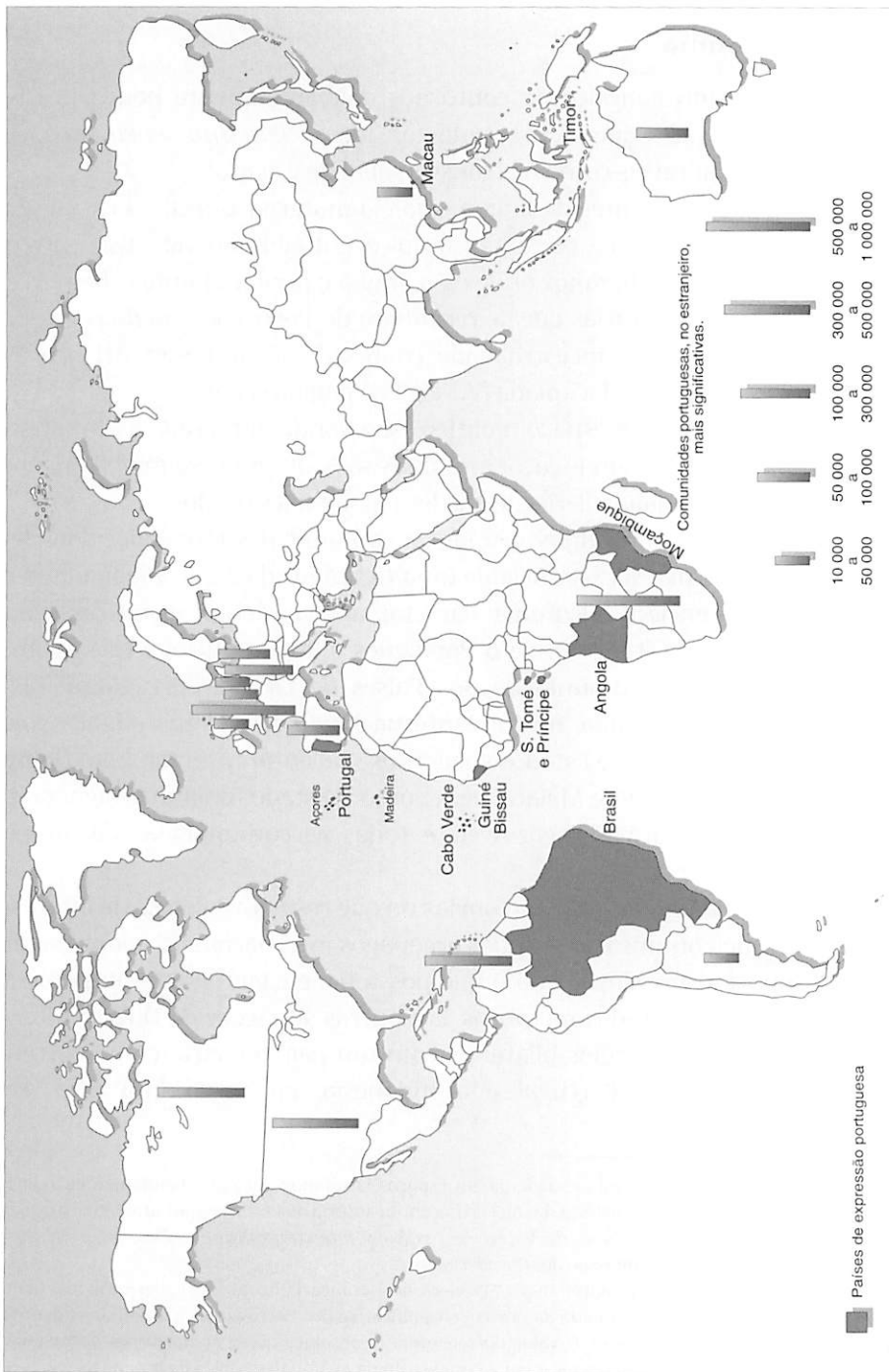
Neste alargadíssimo espaço político, são ainda integrados, simultaneamente, todos os que podem invocar, ora o *jus solis*, ora o *jus sanguinis*, independentemente de nacionalidades legais ou dos passaportes usados.

Nem todos esses indivíduos, grupos ou comunidades têm capacidade legal para poderem postular a existência de uma figura jurídica que adequadamente represente e evidencie a Lusofonia. Para tal, apenas detêm plena capacidade jurídica colectiva os Estados onde o Português é língua oficial e que assim se constituíram como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apresentada e representada, no foro internacional, como uma aliança voluntariamente assumida entre Estados soberanos⁶. No entanto, aí também figuram de forma implícita Macau e Malaca, bem como o Estado Indiano designado por Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli; e todas as comunidades de diáspora espalhadas pelo mundo⁷.

As potencialidades da CPLP são óbvias no que respeita à defesa de interesses assumidos como comuns nos grandes areópagos internacionais: adopta-se uma lógica de suportar em bloco tudo o que possa beneficiar, directa ou potencialmente, um ou mais Estados-membros. Em outras situações de Direito internacional em que surjam litígios bilaterais com um país terceiro (como correntemente acontece entre Portugal e a Indonésia, na nossa luta pela auto-

⁶Refira-se o texto -Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos: A CPLP - Fundamentação Politico-Cultural e os Três Anos e Meio da História de sua Formação- da autoria do Embaixador Dário Mreira de Castro Alves, apresentado em 1996 no Curso de Verão da Arrábida: *Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos* (em publicação, pela Comissão dos Descobrimentos).

⁷A leitura do artigo do presente autor (1988), -Espaços de Herança Cultural Portuguesa: Factos, Gentes e Políticas-, permite uma percepção rápida da presença significativa dos Portugueses e Luso-Descendentes que residem actualmente no estrangeiro. O valor do seu número absoluto quase se aproxima da metade dos Portugueses que residem no território nacional: a conjugação da análise diacrónica de itinerários percorridos com o levantamento sincrónico de indicadores que revelam a intensidade dos laços emocionais que ainda se mantém com a 'origem', são reveladores da dimensão e importância desta realidade.



-determinação e pelo respeito pelos direitos humanos em Timor-Leste) a força conjunta e a unidade dos Sete é um factor inestimável de sucesso.

À aliança política podem associar-se convergências económicas e benefícios sociais conjuntos, para todos os cidadãos dos Estados envolvidos, podendo chegar-se no futuro a situações mais aperfeiçoadas de cidadania partilhada.

Todas as rosas têm espinhos e a beleza da ideia subjacente à criação da CPLP não é excepção. Pertencendo os países membros a áreas geográficas e político-estratégicas diferentes, não será de estranhar o aparecimento de conflitos de interesses impostos por outras vizinhanças e outras pertenças. Tais dificuldades (como a que tem ocorrido por via de oposição entre direitos especiais de circulação existentes no espaço Portugal/Brasil e as restrições a que o nosso país está obrigado como fronteira externa da União Europeia) carecem de um tratamento muito paciente e delicado, para que possíveis incompatibilidades sejam geridas com abertura e compreensão recíprocas.

Não é esta uma situação resolúvel por fria e cortês negociação diplomática mas antes baseada, por um lado, na confiança pessoal entre líderes e decisores políticos; por outro, no esclarecimento mútuo das populações dos vários Estados, em termos de um empenhado diálogo intercultural, envolvendo empresas e cooperantes, imigrantes e funcionários, estruturas da administração e organizações da sociedade civil; e, mais do que tudo, os sistemas educativos e de formação, vectores privilegiados para a difusão e consolidação dos ideais do respeito cultural e da solidariedade alargada.

6 Irmãos, Filhos e Amigos

Um país de História multi-secular como é o nosso, portador de uma cultura das mais homogéneas de toda a Europa (sem prejuízo das diversidades entre Minho e Algarve, Continente e Arquipélagos, montanha e planície, litoral e interior) tem a incrível sorte de contar com Países Irmãos com quem partilha a mesma língua, nacional ou oficial, e em relação aos quais são muito mais os laços de compreensão e de amizade, do que as feridas de injustiças do passado. Somos-lhes devedores pela cordialidade e nobreza do acolhimento quando os visitamos ou quando trabalhamos em conjunto; pelo empenhamento com que se dedicam a causas que são também as nossas; pela defesa que fazem do património comum. O mínimo que se lhes pode oferecer é a mesma lealdade e amizade que deles também se espera; a mesma compreensão e justiça, para os seus imigrantes em Portugal, que nos sentimos no direito de exigir para os nossos próprios imigrantes em outros países do mundo.

Quanto a estes, filhos, netos ou remotos descendentes deste País e desta cultura, procuremos tratá-los como tal, não permitindo que se instale a utopia de que já não somos um país de emigrantes, porque pertencemos à União Europeia, rica e desenvolvida, oásis demandado pelos que a ela não pertencem e que importa manter do lado de fora da nossa prosperidade.

É, sem dúvida, prioritário dedicar esforços, recursos e medidas que melhorem as condições de vida e de dignidade dos imigrantes que trabalham e residem em Portugal; mas isto não é incompatível com o respeito, o empenhamento e o carinho que nos devem continuar a merecer as Comunidades Portuguesas no estrangeiro, cuja designação tem como vector principal o seu desejo, muitas vezes reafirmado, de continuarem a ser consideradas como tal.

Em âmbito da política nacional no seio da CPLP, têm de imperar os princípios da absoluta paridade de estatutos entre os Estados-membros, irrespectiva de antecedentes históricos ou de dimensão; bem como o do primado dos interesses de cada um, assim considerados por todos, em relação a quaisquer países terceiros.

Nestes termos, mais do que razão de fundo e de semântica rigorosa, a Lusofonia é o pretexto congregador de uma aliança cultural, espacialmente alargada e que se deseja, sobretudo, considerar como intemporal.

Maria Beatriz Rocha Trindade é actualmente Professora Catedrática da Universidade Aberta, onde organizou (1990) e actualmente dirige o Mestrado em Relações Interculturais e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Dentre a sua variada obra merece particular destaque o bloco multimédia "Sociologia das Migrações", composto por um manual, dez videogramas e seis audiogramas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Dário Castro (1996) - «A CPLP - Fundamentação Politico-Cultural e os Três Anos e Meio da História de sua Formação», Arrábida, Comissão dos Descobrimentos (Comunicação apresentada no Curso de Verão da Arrábida: *Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos*), (no prelo).

CHALIAUD, Gérard; RAGEAU, J. Pierre (1991) - *Atlas des Diasporas*, Paris, ed. Odile Jacob, 183 pp.

DACOSTA, Fernando (1997) - *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, 263 pp.

FERRONHA, António Luís (coord.) (1992) - *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, União Latina, 134 pp.

LÉGER, Jean Marc (1987) - *La Francophonie: Grand Desein, Grande Ambigüité*, Canada, HURTUBISE, HMH, 242 pp.

«Mário Novais. Exposição do Mundo Português, 1940», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, 91 + 42 pp. (Catálogo).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1988) - «Espaços de Herança Cultural Portuguesa. Factos, Gentes e Políticas». *Análise Social*, Vol. XXIV (100) pp. 313-351.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1989) - *A Sime-trização das Relações Interculturais em Espaços de Presença Portuguesa Programa de Investigação*, Lisboa, s.n., 91f. (policopiado).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) - *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, 410 pp.

TORRELI, Maurice (dir.) (1988) - *L'Après Québec: Quelle Stratégie pour la Francophonie?* Nice, P.U.F., 72 pp. (Travaux et Recherches de l'Institut du Droit de la Paix et du Développement de l'Université de Nice)

ÁFRICA – ALGUMAS ACHEGAS PARA UM DEBATE SOBRE UMA LUSOFONIA SÓCIO-CULTURAL*

PIRES LARANJEIRA

Haverá duas espécies de lusofonia: a) a dos usuários da língua portuguesa, empírica e objectivamente definível; b) a da institucionalização de órgãos e entidades oficiais, oficiosas e outras, que, por intermédio de projectos, procuram alargar e fortalecer o alcance da língua portuguesa no mundo e, em simultâneo, propor vias de instauração de uma comunidade de interesses políticos, económicos e culturais. Pensemos numa terceira: uma lusofonia sócio-cultural.

A língua portuguesa, nos diversos usos literários, apresenta uma diversidade, uma riqueza e uma eloquência que não necessitam de ratificação por qualquer legislação canónica proveniente de algum dos centros mundiais de poder cultural, nomeadamente dos *States* (veja-se o “cânone ocidental”, literário, de Harold Bloom, rasurador de povos, países, línguas e escritores). Todavia, e já que referimos a questão do cânone literário, convém ressaltar que, mesmo no Brasil, onde aparentemente esse cânone estaria dado como estável e sem grande contestação de fundo, surgiu, em 1997, o livro sobre o “cânone colonial”, de Flávio R. Kothe, no qual o autor contesta radicalmente o primado da literatura portuguesa (desde a Carta de Caminha) para a construção do cânone literário brasileiro, o que recalaria a verdadeira assunção da diversidade literária, cultural e linguística que está na formação da

* Texto escrito propositadamente para a revista, muito diferente da intervenção oral no colóquio sobre a lusofonia promovido pela Universidade Aberta.

nação brasileira (visto que autores, por exemplo, como Jean de Léry ou Hans Staden merecem nos manuais somente brevíssimas notas, por vezes de rodapé). Todavia, estes referidos autores, tal como Caminha, Anchieta, Gândavo ou Francisco Soares, representam uma escrita exógena, luso-brasileira (mais lusa do que brasilica), de descrição de aspectos do Brasil e não propriamente uma literatura genuína e legitimadora de um cânone autonómico, bem pelo contrário, um enfeudamento estético-literário, em graus variados, aos poderes (e seu cortejo de dominações e desmandos) que comandaram a vida cultural de matriz lusiada.

Os escritores das literaturas angolana, cabo-verdiana, moçambicana, são-tomense e guineense, escritas em português, têm procurado libertar-se do "cânone colonial" (assente primordialmente na literatura portuguesa da expansão e do descobrimento do outro e, já no século XX, na literatura propriamente colonial) e também dos modelos portugueses e ocidentais que, de algum modo, lhes fizessem lembrar os diversos tipos de dominação, incluindo a cultural.

É evidente, por outro lado, que essa denodada tentativa de fuga às influências eurocéntricas das instituições literárias estava limitada, à partida, pelo facto de se efectuar na própria língua do colonizador. Ainda que os escritores, sobretudo os vincadamente nacionalistas, e, destes, os reivindicadamente revolucionários (no sentido marxista-leninista), optassem pelo aproveitamento de fundos e fórmulas da oralidade, da cultura ancestral africana, da história endógena dos seus povos, das teologias anti-imperialistas e anti-coloniais e das temáticas castiças ou anti-ocidentais, denegando temáticas e formas europeizantes, é certo que o domínio da língua portuguesa, a aprendizagem escolar e as leituras continuadas em português lhes forneceram um manancial de (in)formação que acabou por reflectir nos processos de escrita, aqui e ali, um derrame, mesmo que, por vezes, involuntário, do imaginário português e europeu, se bem que, podemos acrescentar, naquilo que possui de *universalizante*.

Numa leitura atenta da obra de dois poetas angolanos dos mais representativos de uma opção anti-colonial e culturalmente de angolanidade popular (Agostinho Neto e Jofre Rocha, negros, altos dignitários do Estado angolano e edificadores da Nação em processo), encontramos persistentes marcas bíblicas (em Neto, destacadas por um Xosé Lois Garcia, no volume de estudos colectivo que lhe foi dedicado) e um soneto, este em quem menos se esperaria (Neto) e encontramos também, subrepticamente, as prosódias renascentista, barroca e neo-clássica, em quem se suporia eventualmente livre dela (em Jofre Rocha, sendo Leonel Cosme a chamar-nos a atenção para tal ocorrência). A poesia

concederia assim inteira razão à legitimidade de um espaço lusófono, que institucionalmente os próprios Estados desejam reiterar, finalmente livres de constrangimentos da guerra e de outros? Mais ainda: estaria também inequivocamente provada a existência de uma zona culturalmente “crioula” em Angola, zona de passagem, ou fenda, ou zona de cruzamento, entre, por um lado, a portugalidade, a brasilidade, a crioulidez, etc., e, por outro lado, a africanidade castiça, como quererão alguns?

Existe, isso sim, uma zona de conflitualidade de grupos, interesses, valores, poderes e hegemonias, longe da mirífica sociedade da “convivência crioula”, que parece ser a retomada idílica do mito da coexistência pacífica numa sociedade *snoob* erguendo-se sobre as indignações populares dos *descamisados*. A sociedade crioula é uma mistificação para acalantar consciências desesperadas, banidas de um processo que as não reconhece. Esse processo, violento (não necessariamente bélico), usa a lusofonia, como outros expedientes, para não deixar fugir oportunidades pragmáticas, mas nele reside uma consciência profunda de alteridade (histórica, ideológica, económica, cultural, sentimental, organizacional, imaginária, etc.) que não se compadece com ideias de lusofonia saídas de Brasília ou de Lisboa.

Teimosamente, por vezes raivosamente, contra as visões decorrentes dos diversos tipos de discurso, desde o da literatura da expansão ao das viagens, da etnografia, da epistolografia, dos relatórios, da literatura colonial, do exótico, da ultramarinidade, do lusotropicalismo, etc., as literaturas africanas foram erguendo discursos próprios, em língua portuguesa, a par das oraturas em línguas antiquíssimas. As populações dos novos países, por isso, não podem ser vistas como meros objectos da lusofonia. Antes de mais, em grande percentagem, são sujeitos da bantuofonia e de outras fonias. Urge apropriadamente pôr à disposição dos sujeitos os meios de lusofonia para os que os queiram usar, em democracia, em diálogo.

Já sabemos que, nesta civilização planetária (pesem os desniveis, as dominações e os interesses vários), pensa e actua melhor quem domina línguas e conceitos, meios e modos. Será a lusofonia um bom modo, um bom meio? Serve a lusofonia para dar a imagem aproximada dos africanos e seus problemas? Tiveram as literaturas africanas capacidade de exercer a crítica social sem auto-censuras, a crítica política com denodo, a reavaliação histórica sem preconceitos?

Podemos supor que as literaturas africanas são o verdadeiro repositório das imagens sobre África: uma África emersa em contradições, carências, poderes

vários, guerras, dominações e violências, mas também sequiosa e patenteadora de belezas, alegrias, esperanças, humores e divertimentos. Não se pode, finalmente, ter saudades do passado. Não se pode, decisivamente, dourar o paraíso ou a terra prometida. Resta-nos o muito trabalho, a solidariedade, a crítica sistemática, a razão esclarecida, as novas utopias, as reivindicações, o direito aos discursos, ou seja, o direito à palavra vária, à felicidade, ao sonho e ao exercício das opções.

Não têm os brasileiros, segundo Kothe, de seguir o cânone lusista da literatura brasileira, respeitando uma certa concepção de lusofonia. Não temos de ter qualquer complexo por relegar Tomaz Vieira da Cruz, contra os seus defensores angolanos (políticos, críticos ou poetas), para o plano secundário que merece, como poeta da terra, dos colonos e das mulatas, e defensor do franquismo. Não temos de admitir que o cânone angolano, mesmo contra a pena de pretensos defensores da integralidade da escrita angolana, deixe de passar pela lúcida, heróica e fundadora poesia de Agostinho Neto, pelos longos romances fundadores de Henrique Abranches e de Pepetela, pelos cómicos, ácidos e oralizantes escritos de Uanhenga Xitu. Do mesmo modo, admitamos que a recuperação herói-cômica da figura do moçambicano Ngungunhanhe por Ungulani Ba Ka Khosa, com recorrentes desrespeitos por tão heroicizada figura, é legítima, porque é sintoma de descomplexado advir de uma literatura que se permite gozar com os mitos nacionais.

Mas, para além disso, que lugar de representação têm os discursos em línguas que não se pronunciam e não se projectam fora das suas regiões? Como podemos falar em oralidade que penetra os textos de Mia Couto e de Luandino Vieira, quando nem sequer sabemos como falam os angolanos e os moçambicanos urbanos e muito menos como falam os outros? Deixemos os linguistas trabalhar. Precisamos de modéstia e de avaliar o que os diversos poderes políticos preparam nas caras e nas costas dos povos, sob pena de o nosso discurso se tornar uma benção para esses poderes, ao legitimar que os escritores "falam a linguagem do povo", quando, bem pelo contrário, nem, por vezes, os intelectuais (africanos ou de outras paragens) dedicados a estas problemáticas falam sequer uma linguagem para os jovens escritores africanos, além de outros, para os dessa comunidade intelectual ilusoriamente homogénea quando vista à distância, com sectores incapazes de entenderem questões delicadas e cruciais como a do cânone, agindo com ligeireza, para não dizer leviandade.

A lusofonia - e as imagens que fabricamos de África - poderão ser um meio de perpetuar, de reiterar poderes estabelecidos e outros que buscam estabele-

cimento. Propomos, por isso, que se leia um livro imprescindível para desfazer muitas ilusões, falsidades e estereótipos criados ao longo de séculos quanto à literatura brasileira, com implacável aplicação aos países africanos. Esse livro é: *O cânone colonial*, de Flávio R. Khote, publicado em Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997. Apliquemo-lo, por transposição, ao estudo avisado das literaturas africanas, com as devidas cautelas e analogias, com a consciência dos seus exageros e despropósitos, com a certeza de que poderemos, assim, desfazer alguns equívocos passadistas, colonialistas, neo-colonialistas, chauvinistas, e lusotropicalistas.

Devem, alguns, deixar de querer emprestar grandiosidade a poetas/homens que, pura e simplesmente, representaram ou pactuaram com a face mais hedionda do sistema colonial português: cooperaram, obtiveram prebendas, bateram-se contra a autonomia e a independência, calaram, fizeram contorcionismo para serem aceites como lusiadas. Esses contributos para a lusofonia não caberão nos cânones literários dos novos países ou, se couberem, teremos, mais tarde, um Flávio Khote angolano, moçambicano ou cabo-verdiano a verberar o sistema de falsificações histórico-literárias e estéticas. E, claro, é normal e compreensível que muitos escritores, hoje endeusados (em Portugal, Cabo Verde, Brasil ou na Galiza), amanhã constem apenas dos rodapés, tal como muitos políticos. Este tempo passará, mas todos os momentos são acertados para combater os fantasmas: os nossos e os dos outros. A história deverá fazer justiça, embora, às vezes, leve o seu tempo, demasiado.

Lusofonia, sim e não, sobretudo com especiais cautelas quanto a África (de que continuamos a pensar que, com dois livros publicados ou três estadias numa capital, percebemos do assunto, como se se tratasse de um *assunto*), sobretudo se pudermos pensar contra dominações, poderes novos e velhos, legitimação de genocídios culturais (ou outros), expansionismos, oportunismos, palavras de hipocrisia, ausência de valores éticos - que sabemos? Lusofonia, sim, mas com profunda e irrevogável consciência cívica em todos os domínios. Exige-se aos poderes políticos que, sendo soberanos e democráticos no seu exercício, exercitem a lusofonia cultural e afectiva que os cidadãos desejam. Mas, para a desejarem, precisam estes de estar conscientes dos meios que devem ter ao seu dispor: escolaridade razoável (obrigatória e efectiva), em português e noutras línguas, promoção cultural diversificada e generalizada, circulação ampla e generosa dos bens culturais, específicos e comuns, e, claro, elevação constante do nível do saber, da consciência, do sentido de comunidade lusófona, da solidariedade social e sócio-profissional e, finalmente, da solidariedade com os marginalizados.

Em suma: pensemos numa lusofonia cultural e político-institucional, mas igualmente social, ou seja, uma lusofonia sócio-cultural.

Pires Laranjeira é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde rege, desde 1981, as cadeiras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Colabora com a Universidade Aberta, onde, entre outras actividades, leccionou no Mestrado de Relações Interculturais e tem prestado assistência à cadeira de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Os últimos livros publicados foram: *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995) e *A negritude africana de língua portuguesa* (1995).



MESA REDONDA

MESA REDONDA



Os depoimentos que se seguem, da autoria de Lídia Jorge e Mia Couto correspondem às suas intervenções numa "Mesa redonda" subordinada ao tema "Imagens de África nas literaturas de língua portuguesa", em que os escritores partilharam com a assistência o modo pessoal como África entra nos seus imaginários e nas suas escritas. O texto da autoria de Eduardo Lourenço corresponde à sua alocução intitulada "À margem da lusofonia". Ivo de Castro fala da história e do futuro da língua portuguesa no mundo. Os quatro textos têm em comum a particularidade de terem sido transcritos a partir de gravações dos discursos proferidos em registo oral, sem apoio de texto escrito. Essa a razão pela qual se alerta o leitor para a eventualidade de encontrar nestes textos algumas marcas de oralidade.

Lídia Jorge

Por tudo aquilo que foi dito, eu estou aqui tangencialmente. Tangencialmente, porque, de facto, tenho apenas um livro que fala de África. No entanto, isso é para o exterior. Do ponto de vista interior e do meu envolvimento com África, não é tão tangencial a minha relação com esse continente e com esse imaginário. De facto, *A Costa dos Marmúrios* é um livro cuja acção remonta à guerra colonial e o espaço é precisamente Moçambique no final dos anos 60. Devo dizer que, para além do que é narrado e da imagem que perpassa por esse livro, a África, e concretamente Moçambique, é realmente muito importante na minha vida. Posso dizer que África foi um elemento mítico

na minha infância. Houve um outro elemento de confronto, vivo e feroz com a realidade, mas África subsiste na minha vida como nostalgia de um projecto.

Para explicar qual a imagem de África que perpassa nesse livro, eu tenho dificuldade em ser objectiva. O que posso fazer é ir a montante, reportando-me àquilo que me levou a escrever esse livro. Aí sim, eu posso mover-me à vontade e dizer como é que factores concretos fizeram com que viesse a escrever este livro. E aí fico um pouco à vontade quando me lembro que, por exemplo, Carlos Fuentes em *Geografía de la Novela* explica e considera que a literatura – designadamente o romance – é uma estrela de três pontas: uma ponta mergulha na história, é uma ponta objectiva; as outras duas são subjectivas: uma mergulha numa espécie de espírito colectivo que pertence a uma nação, a um tempo, a um mundo em que nós vivemos e, a outra é a nossa história pessoal. Pois bem, destas três pontas, aquela de que me é mais fácil falar é a primeira, isto é, aquela que é objectiva, a histórica. E aí posso dizer que eu – neste momento tenho 50 anos – vivi e sou representativa de todo um período próprio da nossa sociedade. E quero lembrar que durante os anos 50, Portugal viveu a grande utopia de África. Aqui em Portugal pensava-se, particularmente depois da II Guerra Mundial, que África podia ser o continente, o sítio que nos podia dar a fartura, o conforto e a liberdade de acção para ganhar a vida, que outros sítios não ofereciam. E na minha família há todo um envolvimento com este projecto.

Em 1950, o meu pai, com 20 anos e o meu avô, com quarenta e muitos anos, partem e vão para África como imigrantes, pensando que iam ter um espaço para trabalhar e a troco do esforço iriam ficar ricos, abastados. Quer dizer, eles tinham o sonho de qualquer português na sua época. Só que estes homens que partiam como imigrantes para África não eram simples imigrantes; eram de facto colonos, eram, portanto, colonizadores. Penso que começa aqui a relação especial que o imigrante que parte para África tinha, que é diferente da daquele que parte para outro sítio qualquer. Eu passei, portanto, a minha infância, entre os 5 e os 13 anos envolvida com um continente que era o mundo dos meus sonhos. Não era só o sítio onde uma criança tinha o pai e o avô, mas era a imagem que chegava do percurso que se fazia através de determinadas estradas, da fauna e da flora, vistas através das fotografias, que davam a imagem de um continente perfeitamente acarinhador do projecto deles. Isto é, eu tive a ideia de que se fosse para lá iria ao encontro de um grande paraíso e passei a infância a pensar nisso.

No entanto, o que sucede é que há dois projectos diferentes: enquanto que o meu avô quer voltar, o meu pai quer ficar e nesse vaivém de dois projectos não é assim que eu conheço África. Não conheço a África no progresso colonial, vou conhecer África no final dos anos 60 quando África quer emancipar-se. O que eu,

jovem universitária, vou encontrar em África é precisamente o contrário, o oposto, é o mundo da desordem - não uma desordem institucional nem material, porque havia um progresso à vista, mas era uma desordem de almas, e aí, de facto, o que sucedeu foi um encontro com um mundo que se decompunha do ponto de vista da sua estrutura interna.

E por razões que não vale a pena explicar, acontece que vim a ficar movida por dois lados: quer do lado dos que estavam de cá, isto é, os que queriam manter uma situação que era já contra qualquer vento da história - e portanto percebi tudo o que acontecia do lado de cá - como também acabei por perceber tudo o que se passava do lado de lá. Quer dizer, andei a cavaleiro entre duas visões, duas situações e percebi aí que nesse confronto com a desordem também nada era simples, tudo era complexo e posso dizer que foi aí que, do ponto de vista cívico, eu me fiz adulta, porque percebi isso exactamente: que nada era claro, nada era preto, branco; tudo era matizado e mais complexo que poderia parecer. E então mergulhei em situações concretas como esta: do lado de cá, não eram as motivações oficiais aquelas que moviam os jovens oficiais entre os quais eu vivia. Pelo contrário, lembro-me de situações cínicas e quase carnavalescas, se não fossem perfeitamente dramáticas, que era o facto de haver oficiais que tinham sobre a sua cabeça a imagem de Che Guevara. Quer dizer, para mim, era o grande ponto de exclamação. Como é que eles viviam sob posters em que se dizia «Eles são demasiados velhos para fazerem a guerra, por isso criam-na». Isto é, havia deste lado de cá uma incapacidade da parte de quem fazia as acções para ler o próprio sentido daquilo que se fazia. Assim, do outro lado, apercebia-me da complexidade antropológica e mesmo, digamos, de traição larvar que uns grupos faziam aos outros. Quer dizer, apercebia-me de uma catástrofe que ia acontecer àquele espaço. Não tenho culpa de ter percebido isso, mas posso dizer que foi a percepção dessa catástrofe - uma catástrofe branca, que tinha um aspecto suave num primeiro momento, mas que profundamente minava uma situação -; foi essa catástrofe que, de algum modo, eu incorporei.

Também sucede que esse que foi o grande momento da minha vida, acabou por ser um fenómeno de identificação que acabei por trazer ao longo de toda a minha existência até hoje. Ora bem, é talvez essa imagem de paraíso violado que eu acabei por dar no único livro que escrevi com o espaço de África - *A Costa dos Murmúrios* - um livro que eu sei que é difícil de classificar. Há pessoas que escrevem artigos sobre a guerra colonial e não referem lá o meu livro, porque não é propriamente sobre a guerra colonial. Também não aparece referido quando o tema é África, porque também não é propriamente sobre o tema de África. É muito mais África como projecto interior; África misturada com uma relação

mitica de falência. É, pois, essa imagem que eu dou n'*A Costa dos Murmúrios* e, portanto, é difícil colocar esse livro no plantel global.

Resisti muito tempo a escrever este livro e só o escrevi porque senti que era preciso não esquecer a multiplicidade dos factores. Era preciso ajudar a manter uma memória que ficasse e era bom que a minha também ficasse e foi por isso que escrevi. Naturalmente que é um livro dividido, um livro em que a beleza do espaço é o meu grande momento de atracção – não se escreve só sobre o horrível, o horrível tem que ter algo de belo para nos envolver – e, de facto, eu envolvi-me com essa noção a partir do limite. Tive a noção de que estávamos a viver um momento de corte, que éramos o último país europeu que, em termos coloniais, desta forma, estava a abandonar África.

Portanto, é um livro escrito sobre os limites a partir do alto, vendo as nuvens de gafanhotos verdes que invadem aquele espaço durante determinadas noites. Digamos que é essa imagem dos gafanhotos verdes que me fez atravessar esse livro de ponta a ponta e que é, de facto, África magnificamente selvagem, primitiva, desafiadora, que eu vivi não só directamente mas, antes, na imaginação. E depois, o outro lado é um lado em que eu acuso particularmente os do lado de cá. E daí que já me tenham dito que é um livro que remete para a culpa. Eu quero dizer que não me importo nada que seja um livro que remeta para a culpa. Eu não cuspo na culpa. É verdade que ultimamente a palavra culpa aparece posta de lado como um anátema. Por mim, penso que a culpa tem duas componentes: a componente sagrada, do pecado e a componente laica, profana, e este é o nosso campo. Penso que para os escritores contemporâneos que escrevem sobre África, de que temos aqui o exemplo perfeito na nossa mesa, é muito difícil falar sobre África sem ser com uma noção de que alguma coisa está morta. Isso não significa que não se saiba que da morte renasce alguma coisa. Mas penso que é importante perceber que o denominador comum que perpassa é o da nostalgia de um projecto. Pois bem, eu acho que – e porque estamos no domínio amplo da Lusofonia – talvez fosse bom sublinhar as palavras do Prof. Carlos Reis há pouco. De facto, os escritores, à margem das instituições e do voluntarismo delas em relação à língua, fazem alguma coisa distintiva e que é trabalhar a língua, mesmo que as instituições atrasem, protelem, não avancem nos domínios da institucionalização dos acordos que podem mover as unidades. Os escritores estão perante aquilo que é o confronto – a literatura é um confronto, não é uma unidade – mas têm uma unidade por base, desde que escolham a língua portuguesa. O que eu penso é que nós cruzamos de facto as imagens. Há uma espécie de quiasmo entre nós, quer dizer uma visão em cruz, de nós em relação aos outros. Aliás, não me hei-de esquecer que em 69 cruzamos, Luandino Vieira e eu, quando foi da publicação de um livro dele em francês e

também d'*A Costa dos Murmúrios* em francês. Sucedeu que fomos entrevistados pelo mesmo jornalista do *Liberation*. Talvez por comodidade, juntou-nos aos dois e cruzou os dois romances e a expressão do título é "Les larmes mêlées d'Angola"... acho que fez bem. Percebo que ele tenha entendido que são duas visões que se cruzam, se penetram e que dão de uma realidade a mesma perspectiva que é, acima de tudo, a dos homens mais do que qualquer outra.

Mia Couto

A minha perspectiva é outra; eu não vou falar como escritor, mas como alguém cuja actividade central não é a escrita. Eu sou biólogo, esse é o núcleo principal da minha identidade profissional. E esta minha actividade de biólogo, eu vou reportá-la aqui como qualquer coisa que me dá o pretexto, a possibilidade de encontrar situações que vou exemplificar aqui e que mostram que esta grande bandeira da lusofonia – que nós não sabemos exactamente o que é – talvez exista muito pouco no terreno do concreto, do real. Moçambique é um país em que as zonas de troca entre culturas diferentes são todas muito circunstanciadas, efémeras e onde, ocasionalmente, essa troca se revelou fecunda. E eu devo revelar que nestas andanças pelo mato, pelo campo, encontro de vez em quando casos de portugueses – e vou referir aqui portugueses explicitamente – esses que são os verdadeiros agentes de cultura, de troca, de intercâmbio, mas são casos tão isolados e eventualmente eles vão morrer, por isso esse trabalho silencioso de intercâmbio morrerá também.

Uma vez aconteceu um episódio no sul do país. O jeep onde eu seguia atolou-se num riacho e ficámos ali parados à espera que alguma coisa acontecesse – que, aliás, é a nossa condição histórica, desde sempre. E veio um camponês e disse: «Vocês agora só podem ser salvos pelo Senhor Antoninho». Antoninho é um nome pouco específico, não sabíamos exactamente quem era. E perguntámos: «quem é esse Sr. Antoninho?» Como lá no campo – penso que em Portugal também – é sempre ali, nós fomos andando, andando e após várias horas a andar no mato, começaram a sair daquelas palhotas vários meninos e meninas, mulatos, meio loiros, com olhos verdes e eu suspeitei, então, que o Antoninho fosse realmente alguém branco. E fui descobri-lo debaixo de um camião que reparava há vários anos. Este senhor falava um português com sotaque, com

pronúncia, com um tipo de construção típico daquela região. E ficámos ali à sombra, a conversar: o Sr. Antoninho, branco e um preto que, a certa altura disse: «O nosso problema, o problema da nossa raça é a inveja, porque amanhã quando isto acabar vão dizer que esteve aqui um branco, que só foi visitar o Antoninho, mas não foi visitar nenhum dos outros». E o branco disse logo: «Eh pá, é mesmo, o problema da nossa raça é a inveja...»

Casos como este do Antoninho, que já não sabem bem de que raça é que são, existem vários. Vou-vos reportar só mais um caso. Devem ter ouvido falar do caso dos naparamas. Em Moçambique, durante a guerra, apareceu entre as duas forças que combatiam, a FRELIMO e a RENAMO, uma coisa que era uma espécie de emanção das forças tradicionais, um exército de zagaias e flechas, muito primitivo e cujos guerreiros eram imunes às balas, não morriam. O vice-chefe desta organização era um madeirense que eu encontrei. E isto, que parece uma coisa simples, era uma coisa muito complicada, porque pertencer a um exército destes significa que este indivíduo está em comunhão, em identidade com forças telúricas, de tal forma que ele próprio se identificava como um "blindado" – eles chamavam-se blindados porque as balas não lhes faziam mal. Um dia, em conversa, perguntei-lhe: «Então, você é um naparama? Como é que você se aliou a estas forças?» E ele respondeu: «Não, eu não me aliei a estas forças, isto aconteceu assim». «Então você não é português?» perguntei. E ele disse «Parece, porque uma vez fui lá buscar o bilhete de identidade à cidade e disseram que eu era português». Ora, o homem estava um bocado revoltado com aquilo, porque ele não tinha lugar em lado nenhum. Para ser português faltava-lhe ter um documento qualquer e também não podia ter um documento moçambicano, então, a única identidade que podia ter, era a que o régulo daquela zona lhe proporcionava.

Eu tenho um certo receio de contar estas histórias, porque a primeira conclusão que se pode tirar é esta: isto é a celebração deste espírito português, que é muito bonito. O português desde que sai da sua terra, já não sabe bem para onde é que vai nem onde está.

Isto é bonito, mas também é preciso dizer que este encontro a níveis tão profundos da cultura se realiza em dois sentidos, quer dizer, tem que ter outro sujeito e este outro sujeito é esta capacidade, que é muito moçambicana, nas zonas rurais, de aceitar os outros, a estes níveis, desde que seja possível compatibilizar depois sistemas de pensamento e de sensibilidade.

Como referi no princípio, penso que, no que diz respeito a este encontro que nós tanto celebramos, desde a grande missão dos Descobrimentos, está ainda muito por acontecer, por aquilo que é mais importante e que será determinante

e decisivo, está ainda muito por ser feito. Eu imagino que há muito mais desencontro que encontro, e penso que este desencontro nasce pelo facto de que a visão que Portugal ou a maior parte dos portugueses têm de África, e que os próprios africanos têm de África, que os próprios regimes criam de si próprios em África, é uma visão muito mistificada. Nós não sabemos entender África aos níveis mais profundos como, por exemplo, a religião. Nós falamos de África sem entendermos como se estrutura o pensamento religioso, como um sistema de relação com o mundo. Chamamos àquelas religiões coisas vagas como animistas, etc., mas elas funcionam como funciona a religião em qualquer parte do mundo, estruturando o comportamento, toda a atitude.

A representação do mundo que os africanos têm - e agora falo só sobre os moçambicanos -, por exemplo, é diferente. É espantoso como é que nas línguas locais moçambicanas, que são várias, não têm palavras para conceitos que nós acreditamos serem universais. Eu trabalho no meio ambiente e sempre que quero explicar de que se trata, não há palavra para dizer isto. O Presidente da República foi apresentar o seu governo na região de Nampula e ao apresentar a sua Delegação, quando chegou ao Ministro da Cultura, o intérprete começou a derrapar, porque esta palavra "Cultura" não existe, e ele optou por resolver a situação dizendo "Este é o Ministro das brincadeiras".

Vou fechar com uma pequena vivência que tive há pouco. Vocês sabem que nós somos agora um país bem comportado, um bom aluno e vamos ter eleições para as autárquicas no fim do ano. Estando a discutir esta questão num meio rural, um dos velhos dizia: "Mas por que é que temos de ter mais eleições, já tivemos umas, para quê outras?" E explicaram-lhe que tinha que ser e ele disse: "Eu acho que um dia destes somos como os morcegos". "Porquê morcegos?" disse eu. E ele explica: "O morcego voava, acreditando ser um pássaro e entretanto aconteceu-lhe um precalço e ele caiu entre dois caminhos. Chegaram os ratos e viram aquele animal caído e resolveram salvá-lo, levando-o para o reino deles. O morcego foi levado e então, o rei dos ratos disse: "Não, este não é um dos nossos", e o morcego foi devolvido ao mesmo lugar. Apareceram os pássaros e pensaram ser um dos seus e levaram-no para o reino dos pássaros. O rei dos pássaros disse: "Não, este não é um dos nossos" e o morcego foi devolvido". E o velho prosseguiu: "Amanhã, quando nós tivermos caído neste caminho, ninguém nos vai ajudar, nem os de dentro nem os de fora, seremos como os morcegos".

Acabámos de ouvir o que de essencial se pode dizer acerca da lusofonia. A intervenção da Prof.^a Maria Beatriz Rocha-Trindade pode considerar-se quase como o paradigma do discurso coerente e multifacetado sobre a lusofonia. Praticamente concordo com as linhas gerais dessa visão da lusofonia, daquilo que ela significa, das implicações que tem, dos projectos que em volta dela se podem realmente realizar, mas mantenho um certo cepticismo.

Recentemente, numa reunião do Ministério da Cultura, um dos temas centrais da discussão era exactamente o da lusofonia. Essa questão da lusofonia foi debatida por diversas pessoas. Houve duas intervenções muito interessantes: uma, do Prof. Aguiar e Silva e a última do desmancha-prazeres que é o nosso sociólogo Prof. Boaventura de Sousa Santos. O Prof. Aguiar e Silva começou por dizer que não gostava da expressão "lusofonia" e explicou como a expressão "lusofonia" em vez de reforçar, como já foi dito pela Madame Solange Parvaux, aquilo que se quer defender através do discurso da lusofonia, do projecto da lusofonia, pode contribuir para criar na raiz do projecto lusófono uma perplexidade, um incómodo e mesmo uma recusa latente ou visível. Remetendo-nos imediatamente para qualquer coisa que para nós é evidente (depois de Camões nos ter passado o bilhete de identidade de lusitanos, que já tínhamos sido com grande nobreza de resistentes ao Império Romano e lusitanos continuamos), nós, efectivamente, vemo-nos – e com agrado – nessa imagem camonianiana de nós próprios. Mas é duvidoso que noutros pontos da esfera lusófona –, ou que nós pensamos que são da esfera lusófona – concebida com um grau de utopismo e de optimismo que a realidade não justifica, essa palavra "lusofonia" seja algo em função do qual nós possamos, tranquilamente, arquitectar projectos realmente comuns. O espaço da lusofonia talvez não seja exactamente o de "Alice no País das Maravilhas".

E de facto não é. A ideia de lusofonia, de algum modo, faz-nos atravessar o espelho depressa demais. Caímos logo do outro lado e do outro lado não está lá ninguém a pensar aquilo que nós podemos pensar sobre a temática da lusofonia e aquilo que ela implica. As reacções serão diversas e até inesperadas. Por vezes teremos acolhimento mais favorável provavelmente em sítios que nem esperávamos e onde se esperava que a temática da lusofonia – e com ela a vontade de construir essa famosa Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa

- passasse, como dizem os franceses, como uma carta no correio, não passa, não chega mesmo a entrar na caixa do correio.

Estou a pensar naturalmente no imenso Brasil. Da esfera lusófona faz parte um continente que é hoje uma das grandes potências mundiais e que vai sê-lo mais no futuro, como é seu direito, e dever, provavelmente. Ai, a lusofonia não é uma palavra, um projecto que lhe saia do coração, tem de ser explicado, tem de haver uma diplomacia para que nós nos entendamos em função dela. Como disse o Prof. Carlos Reis esta manhã, nós já estamos embarcados na lusofonia, se entendermos essa realidade complexa, pleonástica, como o simples facto de um certo povo falar uma língua chamada português, que outros povos que estiveram em contacto com este povo, ou foram historicamente filhos dele, também falam. Mas a verdade é que isso é óbvio sem ser óbvio porque quando se instituiu inicialmente a famosa CPLP com a presença dos sete presidentes dos respectivos países de expressão oficial portuguesa não estavam lá Macau, Timor, a Galiza - o berço da língua. Não estavam porque não podiam estar por razões de ordem política. Macau e a Galiza não são países e em Timor existe aquela situação que todos conhecemos e com a qual sofremos. No caso de Macau, que não foi colónia e um dia desaparecerá, esperamos que fique lá o português como ficou em diversos pontos do mundo onde não houve processo de colonização mas houve emigração.

Do nosso ponto de vista, qualquer sujeito histórico que esteja falando português como língua comum ou como veículo de comunicação privilegiado é lusofonia. Mas isso não corresponde a nenhuma definição precisa, quer de ordem geopolítica quer de ordem etnográfica. É, por assim dizer, uma manta, antigamente imperial, brilhante, mas furada. Os pontos luminosos são aqueles onde se fala português. Isto quer dizer que, mesmo em termos de pura descrição, unicamente em base linguística, já é muito difícil atribuir qualquer universalidade, de carácter operativo, à ideia, ao conceito de lusofonia, salvo para nós, mas para nós é evidente. Se nós queremos uma defesa da língua, uma projecção da língua para que ela seja cada vez mais falada nos espaços onde ela ainda existe, etc., temos de ter em conta as realidades.

A melhor maneira de salvaguardar o ideal e a ideia mesma de lusofonia não é a de imaginar que há uma harmonia pré-estabelecida no espaço "lusófono". É uma coisa a criar, mas a criar em função de uma consciência muito forte da multipolaridade do espaço lusófono e da lusofonia.

Só há lusofonias, e, digamos, situações intermédias entre a expressão em língua portuguesa - mais correcta ou menos correcta, pouco importa, mais dialéctica ou menos dialéctica - e outras que criouzaram essa relação. Embora o crioulo esteja efectivamente vinculado à matriz comum da língua, na ordem

da comunicação, as coisas passam-se de outra maneira. Em Cabo Verde não estamos na esfera lusófona tal como o português a vive habitualmente. Não podemos viver com excesso de utopismo o projecto lusófono, pensando que esse projecto não encontra resistências importantes. E a mais extraordinária de todas nem se situa propriamente no plano da língua, mas no da cultura de raiz lusófona. Não há uma possível osmose perfeita entre o uso da língua propriamente dito, linguístico, comunicativo, etc. e a cultura que ela veicula. E aí é que está o problema. E é por isso que, como já se esperava, o presidente do Brasil disse na inauguração da CPLP: «Não é porque falamos a mesma língua que temos a mesma cultura». Nós até pensávamos que tínhamos, mas!... De facto o presidente sociólogo disse muito bem: atenção, nós não estamos todos na mesma situação em relação a esta ideia de construir uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, em função unicamente da língua e em função do conceito da lusofonia. Não só porque, como disse o Prof. Pires Laranjeira, mesmo na nação mais coerente do ponto de vista linguístico e cultural há uma multiplicidade de culturas, mas porque essa multiplicidade é óbvia quando ao fim de tantos séculos, o facto de a língua e a cultura portuguesa ter entrado em contacto com outras determinou processos culturais que vivem sob outros códigos que não são efectivamente aqueles que nós estamos habituados a considerar como sendo os realmente nossos.

O Brasil é efectivamente um caso extraordinário; o Brasil é um país que se "outrou", como diria Pessoa. Como se sabe, à data da independência, o Brasil tinha três milhões de habitantes e Portugal tinha três milhões. Havia uma paridade, mesmo se um milhão e meio de habitantes do Brasil eram escravos. Hoje é diferente: somos dez milhões e os brasileiros cento e cinquenta milhões pelo menos. Eu gostaria que fosse verdade que a esfera lusófona fosse constituída pelos tais duzentos milhões de falantes ou mais. Mas as coisas não são assim. Esses duzentos milhões, quer ao nível linguístico quer ao nível cultural, constituem uma manta real, mas bem diversificada. Pensemos em Macau, por exemplo: o que se passa é que apenas uma minoria fala o português, mas apesar dessa carência da presença lusófona, no sentido primeiro, deixámos efectivamente outros vestígios, os históricos que já sabemos, e deixámos efectivamente um relacionamento e os outros também deixaram marcas em nós que nos transformaram. Em última análise, é disto que se trata. Nós temos de conceber o discurso da "lusofonia" de diversos pontos de vista – são eles igualmente centros da lusofonia – para que essa esfera tenha realmente um conteúdo que não seja só aquele que nos serve de alibi para nos compensar da perda de um certo número de referências, e mesmo de influência, no mundo, que tínhamos ou pensávamos ter quando éramos império e agora queríamos compensar desta

maneira um pouco oblíqua através da promoção ideológica da lusofonia. Quer dizer, em termos que, quando analisados, são fundamentalmente os da mitologia nacional. Esse é o problema. Nós não podemos abdicar dessa mitologia enquanto portugueses porque ela é o nosso fundamento, mesmo se ela é mitificada, alienada ou se nos servimos mal dela. Mas não há dúvida nenhuma que um caboverdiano não tem um discurso da sua cultura como o nosso discurso. Cabo Verde constitui uma expressão particular da lusofonia, provavelmente Angola é outra expressão da lusofonia, Moçambique outra, Guiné outra, etc.

O que eu pretendia trazer aqui é esta simples constatação: do nosso ponto de vista português não podemos fazer o discurso dos outros porque não estamos no lugar dos outros. Nós temos que saber qual é o discurso dos outros, qual é a imagem que eles têm de si mesmos e saber dialogar com essa imagem para no futuro reforçar os famosos laços que existem efectivamente. Paradoxalmente, em quase todos os casos, esses laços passam mais pelo "cultural" que pelo linguístico. Mesmo hoje, após vinte e cinco anos de independência das antigas colónias. Em 1961, quando começou a rebelião africana, a presença lusófona em termos linguísticos era fraquíssima: em Angola só 80% dos catorze milhões é que falavam o português, se é que falavam. Na verdade, a osmose efectuara-se através do conhecimento do outro, da acção missionária da evangelização com todas as conotações imperialistas, etc., mas era assim a lei do tempo e também por uma certa afectividade. A verdade é que apesar dessa lacuna, dessa carência linguística, apesar da pluralidade, apesar de, como já disse Mia Couto, se falarem várias línguas em Moçambique - isso é ótimo, ninguém é dono da língua - apesar disso, sentimos que a "lusofonia", tem uma força, uma consistência, uma coerência muito forte no nosso relacionamento com os povos que estão na África, quaisquer que eles sejam.

Na verdade, o grande problema da lusofonia, depois da CPLP, é o problema que temos com o Brasil. Problema agravado pela maneira como nós pomos as coisas e os brasileiros as não põem. Nem o Brasil nem Portugal começaram por dar muita importância à Comunidade. Quando a CPLP tiver a mobilização e o empenho que nós pomos na presença, no reforço das línguas que saíram da nossa, então, nessa altura, ela terá pés para andar. Mas julgo que nos cabe a nós, portugueses, dar a impressão de que precisamos - não doentivamente - de nos agarrar à barca mágica da lusofonia. Nós temos uma existência, uma autonomia cultural velha de séculos e por ser assim também a tivemos em outros sítios. A rica e poderosa Europa não nos vai devorar agora. Embora sem meios, sem programas, salvo o da evangelização, somos qualquer coisa que tem analogias com aquilo que para a Europa e para nós ocidentais foram Roma e Grécia. E não

importa que Portugal não seja um país com meios sofisticados para defender ou impor a sua língua nos diversos espaços que afectivamente nos são caros e querem ter relações connosco. Isso não importa nada desde que Portugal apareça aos olhos dos povos lusófonos como, no Renascimento, Roma e Grécia nos apareceram a nós: espaço mítico outrora exterior e hoje partilhado sem o qual nem a ideia nem a efectiva existência de um mundo de expressão lusófona teriam ou têm sentido.

IVO CASTRO

Começarei pela conclusão a que pretendo chegar: a designação "lusofonia", aplicada à existente comunidade dos países de língua oficial portuguesa, parece-me ser por vezes usada em sentido um pouco enganador. O engano está em considerar que "lusofonia" descreve um grande espaço geográfico que é homogeneizado pelo uso da língua portuguesa e pode ser mantido unido através dessa língua. Como se esse fosse um espaço, um edifício cujo cimento é a língua portuguesa.

Preferível seria que o termo "lusofonia" fosse sempre usado para denotar um espaço histórico – justificado historicamente, motivado no plano económico, geopolítico, cultural, familiar, etc. – onde a comunicação linguística entre os habitantes desse espaço – nas sociedades muito diferentes de cada país – funcionasse porque têm interesses comuns e porque as variedades da língua não são tão profundas assim. Quer dizer, um espaço chamado lusófono parece-me fazer sentido no futuro se puder ser justificado por considerações da esfera do cultural, do económico, etc., mas não do meramente linguístico.

Não se peça à língua que seja o garante e o motor da lusofonia porque, contrariamente ao que nos é frequentemente sugerido, a língua no espaço lusófono não é homogénea, nunca o foi e é natural que cada vez o seja menos.

Por isso, quando me é pedido – como aqui acontece – que fale sobre a história da língua e o futuro da língua no contexto da lusofonia, sinto que devo começar por esta profissão de cepticismo na homogeneidade linguística que se acha implícita na designação "espaço lusófono". Mas contrapondo-lhe logo um optimismo claro em relação às virtudes da diversidade, à variedade desse espaço. Não é mau as pessoas serem diferentes umas das outras; é melhor serem diferentes e conhecerem que o são do que fingirem que estão de acordo, quando todos os problemas e todas as diferenças são varridos provisoriamente para debaixo do tapete.

A história da língua portuguesa ajuda-nos a compreender porque é que o espaço lusófono não é homogéneo, não o pode ser, até nem convém que o seja.

A história da língua portuguesa pode ser resumida numa frase: falamos uma língua que nasceu fora do nosso território (de nós, portugueses) e cujo futuro será em larga medida decidido fora das nossas mãos. A língua portuguesa, numa visão temporal ampla, acha-se de passagem por Portugal. Nós utilizamo-la, mas com um título que talvez não seja de proprietários e apenas de usufrutuários. A língua a que chamamos portuguesa nasceu num norte que se chamava Galiza, derramou-se por um território a que viemos a chamar Portugal, antes de se espalhar por todo o mundo. O seu futuro pertence a quem maioritariamente a usa, ou seja, está nas mãos dos brasileiros, e é natural que seja assim. Ou então, para ser mais exacto, o futuro da língua portuguesa do Brasil está nas mãos dos brasileiros e o futuro da língua portuguesa de Portugal, esse, sim, está nas nossas mãos. Quem aceitar esta formulação não pode aceitar o conceito usual de lusofonia.

Na história da língua portuguesa parece-me poder ser estabelecida, desde os inícios até hoje, uma divisão em dois grandes ciclos: o ciclo da *formação da língua* e o ciclo do *império*. O primeiro ciclo de formação da língua começa bastante antes de ter começado a formar-se a nação portuguesa. E começa precisamente na Galiza. Na Galiza actual e também naquele pedaço meridional que depois se veio a chamar Entre Douro e Minho e que podemos prolongar para sul do vale do Douro até ao paralelo de Aveiro. Daqui, do vale do Vouga até à Corunha, temos o território onde uma língua românica se desenvolve desde o século VI, a partir do latim vulgar falado nessa região: uma língua que é diferente das línguas faladas a sul, na Lusitânia, e que é também diferente da língua falada a leste, nos territórios que viriam a ser conhecidos por Astúrias e Leão. Essa língua, devido à política, deslizou da Galiza para um novo território que foi sendo construído a pouco e pouco, no decurso da Reconquista, que ganhou o nome de Portugal e que foi crescendo até ao Algarve.

Na maior parte do nosso território, essa língua, a que seria melhor chamar galego-português, é, assim, uma língua de importação. Aqui em Coimbra, cidade moçárabe, é uma língua que veio do exterior. E então de Lisboa nem se fala. Chegou até ao Algarve, foi preenchendo o território nacional para o interior e depois foi evoluindo e foi amadurecendo internamente até que no século XVI estava convertida na língua de uma nação. Este processo a que chamo ciclo da formação terá demorado entre 900 a 1000 anos (entre o século VI e o século XVI).

O ciclo do império começa com os Descobrimentos. Há um momento em que os dois ciclos se sobrepõem: ainda estamos em processo de formação nacional da língua e já o império está a fazer-se, na segunda metade do século XV.

E o ciclo do império leva a língua portuguesa a desenhar um novo movimento. Como os anteriores, trata-se de um movimento de Norte para Sul. Não sei por que lei, a língua portuguesa nunca cresce para Norte (a não ser que incluamos os movimentos migratórios dos últimos 40 anos para o Norte da Europa, mas esses não são movimentos de populações).

A língua portuguesa cresce, então, de Norte para Sul, em direcção aos trópicos, o que, desde muito cedo, veio caracterizar o espaço da lusofonia como sendo um espaço terceiro-mundista. Se virmos no mapa, toda a zona onde se fala português, ou derivados do português, fica colocada *grosso modo* entre os trópicos, nesse espaço a que, em terminologia que está a cair em desuso, se chamava Terceiro Mundo. As populações que falam português – 170 ou 180 milhões – são fundamentalmente cidadãos desse Mundo, o que justifica uma comparação preocupada com, por exemplo, a área da língua inglesa.

Voltando ao ciclo do império: o primeiro gramático castelhano, António de Nebrija, enunciou uma fórmula muito conhecida: “A língua é a companheira do império”. O império faz-se pelas armas, mas leva como companheira a língua. E a língua é indispensável para consolidar o império e as conquistas territoriais. Ora bem, esta fórmula, que é citadíssima, faz decerto sentido, quando vemos que pelo menos 70% do território que alguma vez foi ocupado pelos portugueses ainda tem uma coloração linguística portuguesa hoje em dia. O antigo império português foi perdido, mas a língua encontra-se mais ou menos na mesma geografia e com uma área um pouco inferior à desse espaço.

Há vários modelos de impérios coloniais e linguísticos e há um, que me ocorre, em que a língua não acompanhou a ocupação territorial, que é o império holandês. Os holandeses tiveram, durante 300 anos, uma boa presença nos mares do Sul – no Atlântico Sul e no Índico – e nunca levaram a sua língua para essas regiões. Só um pouco na antiga Batávia, hoje parte da Indonésia, e também na colónia que instalaram na África do Sul (onde se originou um crioulo, o africaios). Para explicar este fenómeno, costuma dizer-se que os holandeses não exportaram a sua língua porque preferiam contactar com as populações em português. Não falavam exactamente em português. No litoral africano e no litoral do Índico, os holandeses, além das línguas locais num ponto ou noutro, utilizavam basicamente um produto derivado do português, que está muito bem estudado e documentado por David Lopes no livro *A Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*, e que é uma língua franca, em que o elemento europeu era o português levado no século XVI para o Oriente, misturado com o léxico local dos vários pontos da costa.

Talvez pudéssemos muito rapidamente recordar o que se entende por língua franca, pidgin e crioulo. Trata-se de uma sequência de conceitos. Língua

franca é um termo que nasce no Mediterrâneo na Idade Média, a partir dos primeiros movimentos que ligaram as novas nações europeias às nações do Levante mediterrânico por altura das Cruzadas. E os mediterrânicos, que falavam grego, árabe, etc., necessitavam, juntamente com os cruzados, de ter pelo menos um vocabulário mínimo acerca das coisas de que tratavam, e uma sintaxe reduzidíssima para ligar aquele vocabulário. E chamavam a isto língua franca, isto é, a língua dos Francos. Aos olhos dos orientais, Francos eram todos os europeus. Nós, por exemplo, quando chegámos à Índia, fomos assim tratados. Essa designação foi aproveitada pela linguística moderna, para a qual língua franca é uma língua usada entre adultos que se encontram ocasionalmente em contacto, que não conhecem a língua do outro e que precisam de ter uma língua intermédia para se entenderem – como o inglês nos restaurantes algarvios, que nem os fregueses nem os criados dominam muito bem, mas que dá para chegar ao fim da refeição...

Quando o contacto entre os elementos falantes das duas línguas se intensifica e se torna mais duradouro, ou seja, quando fica uma pequena colónia de europeus num porto de mar, num entreposto, e por lá fica mais tempo, falando todos os dias, é claro que o universo referencial aumenta. É preciso falar de mais coisas, de sentimentos até, e, portanto, a língua franca transforma-se em produto mais elaborado, com vocabulário mais rico, com uma sintaxe simplificada, mas que já dá para dois adultos manterem a conversa do dia-a-dia. Isso já não é uma língua franca; é um pidgin. O termo pidgin tem muitas etimologias propostas. Uma das mais engraçadas seria uma derivação feita por nativos não se sabe de onde, a partir da palavra "pequenino", como sendo a língua dos pequeninos. Curiosamente, os pequeninos são os únicos que nunca numa colónia falariam pidgin porque, quando a comunicação em pidgin se processa dia após dia numa situação colonial entre um europeu e uma nativa (asiática, africana, sul-americana...), o pidgin costuma ajudar à produção de meninos, meninos mestiços que nascem de um casal que comunica em pidgin e que, ao contrário dos pais, não dispõem de línguas alternativas, línguas de recuo. O pai fala também o português (ou outra língua europeia), a mãe falará a sua língua nacional, étnica, mas o menino não: aquilo que aprende como língua primeira é a língua que ouve aos pais. O pidgin dos pais, transformado em língua primeira de uma criança, é o crioulo. O crioulo é, portanto, uma língua própria de uma sociedade mestiça etnicamente e linguisticamente.

Ora bem, durante o ciclo do império, a língua portuguesa – no Oriente no século XVI, a partir do século XVII no Brasil, no século XVIII e no XIX em África –, produziu uma grande quantidade de pidgins e de crioulos. Os holandeses nas suas navegações acharam que era prático utilizarem essas variedades – que

nalguns lugares eram língua franca e noutros poderiam ser já pidgin – que os portugueses deixaram ficar nos portos marítimos do Oriente. E não tiveram, portanto, no seu império, necessidade de usar a própria língua. Não fizeram o mesmo nem os portugueses, nem os espanhóis, nem os franceses, embora cada um destes impérios tivesse com a língua relações diferentes, com resultados actuais diferentes.

O caso porventura mais conservador é o do espanhol. Hoje em dia a comunidade dos países de língua espanhola tem um pólo, um modelo, um centro guiador, que é Espanha. As instituições culturais de todos os países hispanofalantes reconhecem a liderança espanhola. A Academia de Madrid dispõe de um prestígio incontestado e, de modo geral, Espanha continua a gozar da preeminência de uma metrópole. No campo da língua, isto, curiosamente, funciona muito bem. Os espanhóis não precisam de ter querelas ortográficas, fazem reformas ortográficas que são geralmente aceites e todos se entendem.

Também no caso francês observamos hoje, no fim do império, uma clara preeminência da metrópole sobre todos os outros Estados francófonos. Mas essa preeminência é obtida de uma forma menos espontânea. Houve, neste meio século, um forte empenho político e económico francês para, com o pretexto da língua, manter ligadas a França as suas antigas colónias. Esse empenho está a desvanecer-se um pouco, pelo menos na Europa; se o mesmo acontecesse no resto do mundo, especialmente em África, seria interessante observar os efeitos que teria sobre a coesão francófona esse processo de desinvestimento e de retracção.

O terceiro modelo é o do inglês. Pode dizer-se que a liderança da língua inglesa é compartilhada por dois pólos: o pólo dos Estados Unidos da América e o pólo do Commonwealth, este formado pela Inglaterra e os países da comunidade britânica que, em muitos casos, ainda têm a rainha Isabel II como chefe de estado. É um modelo ao qual vale a pena prestarmos atenção, porque é o que tem mais paralelos com o modelo português. E dizendo isto, já estou a tomar posição. Não me parece que o modelo da francofonia seja o mais interessante para a situação do português, embora a palavra “lusofonia” tenha sido obviamente decalcada da palavra “francofonia”. O modelo inglês parece ser o mais interessante porque o que vemos, olhando para a comunidade dos países de língua oficial portuguesa, é que há também uma polarização entre, por um lado, o Brasil e, por outro, Portugal e os países africanos. De um lado, os países africanos linguística e culturalmente mais próximos de Portugal e, do outro lado, o Brasil. Esta análise implica, mais uma vez, aceitarmos que a lusofonia não é uma entidade homogénea: tem divisões internas, para a exposição das quais vamos agora caminhar.

A bipolarização entre Portugal e Brasil poderia dar para toda uma tarde de conversa, com ajustes de contas, queixas, recriminações: no fundo, é uma história de amor insatisfeita. Uma história digna da nossa poesia trovadoresca, em que há sempre um dos dois que não está, ou que está a olhar para fora, ou que está a ir embora, etc. Mas, resistindo à tentação de ir por esse lado e voltando à actual situação, diria que ela se afigura como sendo composta de massas desequilibradas: de um lado, um país como o Brasil, que é um país jovem, cheio de futuro, com potencial humano e de riqueza para definir os seus modos de vida futuros, sem necessitar de constrangimentos alheios, de ficar preso a alianças, a restrições vindas de fora. É um país que, seguindo os ventos da História, está a olhar para o Pacífico, para os Estados Unidos – e é normal que seja assim. É um país que está a seguir muito os modelos americanos e que se tiver um *boom* económico que seja acompanhado de uma alteração social considerável que acabe com o afastamento entre uma elite e uma enorme massa desafortunada, se conseguir resolver isso, será uma grande potência. E nós, portugueses, só temos que nos congratular com isso. Mas já vai o tempo do "Portugal, meu avôzinho". Alguns brasileiros não sabem que Portugal existe. E porque haviam de saber? Porque é que um descendente de japoneses ou de italianos que vive numa zona onde não está em contacto com a colónia portuguesa, porque há-de saber que Portugal existe? O Brasil não tem, nem é de exigir que tenha, conhecimento perfeito, actualizado e desmitificado de Portugal. Em contrapartida, Portugal talvez tenha um maior conhecimento do Brasil, mas preconceituoso. Há em muitos portugueses sobrançeria em relação ao Brasil, há a velha ideia de que os brasileiros não falam como seria de desejar a nossa língua, quando, nunca é demais recordá-lo, do ponto de vista fonético, as vogais deles são as vogais de Camões. Nós é que mudámos.

Há, portanto, alguns equívocos entre o Brasil e Portugal que mereciam ser actualizados, alguns deles mereciam ser evitados. Toda a questão ortográfica deveria ter sido evitada. Não conduziu a nada, a não ser dar a muitos de nós oportunidade de dizer o que nos vem à cabeça pela primeira vez, coisas desagradáveis em relação ao Brasil. Quando, afinal de contas, havia coisas mais interessantes a fazer entre Portugal e o Brasil do que um acordo ortográfico problemático. Não se consegue criar um Instituto de Terminologia luso-brasileiro que garanta que os novos produtos, os novos conceitos técnicos e científicos recebam a mesma designação no português de Portugal e do Brasil. Ou seja, que a produção de neologismos seja feita de uma forma harmoniosa e negociada entre os dois países.

Esta questão do Brasil *versus* Portugal, que é essencial para aceitarmos ou não a existência de uma homogeneidade lusófona, esta questão seria facilmente resolvida a favor da lusofonia se toda a gente estivesse de acordo em que a língua é a mesma nos dois países. Em situações destas é costume perguntar aos peritos o que acham. Como é típico dos linguistas, ou melhor, como é típico dos peritos, não estão de acordo uns com os outros. Há uma posição moderadamente conservadora, tanto no Brasil como em Portugal, que tem a sua formulação mais feliz, porque menos apaixonada, em Celso Cunha. Encontra-se essa formulação, por exemplo, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, que escreveu com Lindley Cintra, e em muitos outros lugares (especialmente em *Política e Cultura do Idioma*, de 1979). É esta: em Portugal e Brasil há uma só língua, um sistema linguístico com forte variação dialectal interna – uma variação própria de Portugal, outra própria do Brasil –, a essa variação correspondendo, em cada um dos estados, uma variante culta nacional, uma espécie de padrão. As duas variantes cultas nacionais, a brasileira e a portuguesa, têm uma em relação à outra estatutos equivalentes, mas não se confundem. Não se manifestam apenas na oralidade, manifestam-se também na escrita. Essas variantes nacionais são, digamos assim, a forma de as classes cultas, alfabetizadas e educadas, se exprimirem nos dois países, quer em situação coloquial, quer na escrita, literária ou não. A nível nacional, elas têm, assim, um papel unificador, pois se manifestam, com maior ou menor intensidade, no discurso de qualquer falante culto do país, independentemente do dialecto em que nasceu. Por outro lado, encaixam-se ambas dentro de um único sistema linguístico português, que, esse sim, é comum aos dois países. Esta formulação do problema tem a vantagem de arredar a ideia de que uma variante nacional possa ser superior, mais culta, mais perfeita do que a outra. Concretamente, ela não apoia a suposição de que um brasileiro falará tanto melhor quanto mais se aproximar do modelo do português europeu.

Esta descrição é facilmente extensível à África, com a reserva de neste momento não ser visível em nenhum país africano uma variante nacional própria, mas é de esperar que com o tempo se desenvolva em alguns dos países, pelo menos, essa variante nacional.

Nesta ordem de pensamento, há que recordar o contributo de Lindley Cintra, que incluiu uma outra variante nacional: a galega. Para ele, a forma de compatibilizar as relações do galego moderno com o português era considerar que o sistema linguístico é o mesmo e que na Galiza se está a desenvolver uma variante nacional. É certo que tal ideia não agrada a nenhum galego, uns porque acham pouco, outros porque acham de mais. Como se sabe, na Galiza há duas correntes de opinião em relação à sua própria língua: uma é a de que o galego é

uma língua românica, autónoma em relação ao castelhano e em relação ao português. Outra corrente, muito menos numerosa mas bastante mais vocal, diz que o galego moderno, tal como o galego medieval, faz parte integrante do sistema do português e deve subordinar-se à variante culta portuguesa. Aprecie-se que esta proposta é bastante mais integrante que a de Lindley Cintra; os seus defensores são os únicos cidadãos que conheço que usam as regras do Novo Acordo Ortográfico, que mais ninguém aplica. Em minha opinião, é difícil defender a manutenção da unidade entre o galego e o português como se ela nunca tivesse deixado de existir, pois há um facto histórico que não se pode contornar: no século XV, toda a classe dirigente galega, do clero e da nobreza, foi erradicada da Galiza e substituída por hierarquias castelhanas. Quando Nebrija dizia: "a língua é a companheira do império", talvez pensasse no Novo Mundo, mas, na realidade, a fórmula aplicava-se também ao interior da Península Ibérica, onde o império castelhano se estava a firmar em Galiza e em Catalunha e impunha a sua língua como arma imperial. Ainda neste século, pouco antes do franquismo, as crianças galegas que usassem a sua língua materna nas escolas primárias eram castigadas porque "não falavam a língua do império". O caso do galego, depois dessa decapitação medieval, foi infelizmente o caso de uma língua que fica reduzida a um estatuto de minoridade, como língua apenas oral. Quem escrevia tinha de o fazer em castelhano, quem quisesse falar em registo culto tinha de falar castelhano. O galego ficou isolado e só nos últimos cento e tal anos é que tem vindo a ressurgir e a ressurgir muito bem, com uma literatura pujante, que nada tem a ver com as soluções portuguesas. Querer reaproximar galego e português neste momento, para lá das aproximações legítimas entre duas línguas extremamente semelhantes, que permitem a intercomunicação oral e que gozam de contiguidade territorial, pode ser caminhar ao reverso da História. E não é, em última análise, um problema em que os portugueses devam interferir.

Mas regressemos à questão das relações linguísticas entre Portugal e Brasil. Já vimos que a opinião dos linguistas conservadores é a de que o português constitui um sistema único, com duas variantes nacionais. Mas tanto no Brasil como em Portugal existem grupos importantes de linguistas, que praticam disciplinas modernas como a sociolinguística e a linguística teórica e que não concordam com isto. Pelo contrário, afirmam que entre Portugal e o Brasil as diferenças de estrutura linguística estão tão avançadas que já é possível falar de duas línguas com gramáticas diferentes. E a tónica é posta em "gramática", neste sentido: se as estruturas gramaticais de base são diferentes, a língua não é a mesma. Mesmo que a intercomunicação exista, para o que basta que a fonologia e o léxico não sejam muito diferentes, se as estruturas de base estiverem bas-

tante distanciadas então a língua, entendida no sentido que os linguistas lhe dão, não será a mesma. Este distanciamento vem de longe. Quando lemos certos manuais escolares do final do século XVIII, feitos no Brasil, vemos que os mestres se preocupam em corrigir erros que são nem mais nem menos do que marcas constantes do falar brasileiro de hoje. Mas, hoje em dia, para lá das evidentes diferenças que há no léxico (já aludi, por exemplo, à terminologia científico-técnica que está perfeitamente divorciada nos dois países) e das diferenças fonológicas, nos últimos anos tem sido dada muita atenção a aspectos da morfologia e da sintaxe. Aí é que bate mais fundo, porque aí é que estamos a falar realmente dos alicerces de um sistema linguístico. Dou apenas dois exemplos. Um deles, todos o conhecemos. A língua portuguesa em Portugal usa os pronomes pessoais da terceira pessoa em forma átona ("Eu conheci-o") enquanto o brasileiro usa o pronome tónico ("Eu conheci *ele*"). Questões como estas são irreversíveis. Mas há outros tipos de diferenças sintácticas, como este, estudado por Inês Duarte e Isabel Faria: um brasileiro culto aceita uma frase como "Esse carro furou o pneu", "Esse rádio estragou o ponteiro". Um português dirá "O pneu do carro furou-se", "O ponteiro do rádio estragou-se". Bom, este contraste na aceitação de frases por parte de praticantes da variante culta dos dois lados permite que a tipologia linguística classifique o português do Brasil como uma língua com preeminência do tópico – "esse rádio" ou "esse pneu" não são os sujeitos da acção, mas aquilo que é mais importante, o que se chama um tópico – enquanto o português de Portugal continua a ser uma língua com preeminência do sujeito. Isto é um tipo de diferença estrutural muito funda e é evidentemente irreversível. Não há escola que faça isto andar para trás.

Com isto aproximo-me do fim e do problema da escola. Não falarei agora do problema da escola em Portugal. Diria que o problema da escola no Brasil é um horizonte para o qual a escola portuguesa talvez caminhe se não tomar precauções. O problema – desenhado em traço grossíssimo – parece ser este: ensinar o português através de uma gramática normativa, inspirada na variante culta – variante culta que nas gramáticas brasileiras tem uma certa tendência para espelhar o português europeu culto –, ensinar essa gramática em termos normativos a uma população que tem condições de vida muito difíceis, condições de estudo muito pouco motivadoras, que, há menos de dez anos, contava com 20 milhões de analfabetos e 80 milhões de subalfabetizados, querer ensinar um português normal, correcto, polido a uma população destas, não só não dá porque não há livros como também os professores, que são formados na mesma forma, não chegam para as necessidades e para o nível que seria exigido. Querer fazer um ensino homogéneo, nivelado a todo o Brasil de um tipo de português que talvez poucos brasileiros pratiquem, é utópico e socialmente discriminatório,

porque é um tipo de ensino que estabelece tabelas de sucesso às quais só tem acesso uma pequena parte da população, ficando de fora a maior parte.

Outra é a solução que muitos linguistas defendem, entre eles a maior historiadora da língua portuguesa em actividade no Brasil, Rosa Virginia Mattos e Silva. Ela defende uma escola em que o ensino do português seja diversificado de acordo com as variedades locais. Ou seja, deve-se ensinar às crianças o dialecto que elas falam no dia-a-dia, dando-lhes meios para falarem e escreverem esse dialecto em condições de correcção, de subtileza e variedade de recursos, para usarem bem o instrumento linguístico que possuem desde o berço. Isto conduzirá, a médio prazo, a uma compartimentação e a uma dispersão das modalidades linguísticas usadas no país, com consequências sociais e políticas que não são de esquecer.

Estão aqui, portanto, duas posições quanto a um problema linguístico que, de uma perspectiva brasileira, é com certeza mais premente que o da unidade luso-brasileira. Que fazer? Ensinar a todos os brasileiros um único tipo de português, que não estará muito longe do europeu, mas que para eles é artificial? Ou ensinar a cada um a melhor forma de usar o seu dialecto, com todos os custos que isso possa ter para a frente? É claro que, seja qual for a solução para o problema, ela não conduzirá a uma aproximação da língua do Brasil à língua de Portugal. Logo, aquelas gramáticas que se acham agora diferenciadas cada vez se diferenciarão mais.

Quase não falei até agora de África porque, se em relação ao Brasil parece claro que a posição portuguesa deve ser de atento e dialogante acompanhamento, já em relação aos países africanos Portugal tem coisas a fazer, coisas que negligentemente não está a fazer. Portugal devia inundar os países africanos de livros. Devíamos ter programas de ensino de português em África adequados às condições locais. Ou queremos que em África a variante culta europeia e a língua literária portuguesa sejam o modelo a ensinar e a exigir? Será isso realista? Fará isso algum bem aos estudantes africanos que não estejam apenas a pensar em arranjar uma bolsa para vir para Portugal, aqui estudar e aqui permanecer? Fará sentido mandar de Portugal professores de português, em vez de fazer, aqui ou localmente, formação de formadores? São muitas as interrogações e não enunciei nem uma parte delas. De uma coisa estou certo, porém: não deveria ser possível um professor de português, ao ouvir de um aluno um angolanismo ou um moçambicanismo, dizer-lhe por palavras ou acções: "Isso não é português, fala a língua do império".



DOCUMENTOS DE TRABALHO

ESTATUTOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 1

Denominação

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros.

Artigo 2

Estatuto jurídico

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3

Objectivos

São objectivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Artigo 4

Sede

A sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, capital da República Portuguesa.

Artigo 5

Princípios orientadores

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados Membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Artigo 6

Membros

1. Para além dos Membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante adesão sem reservas aos presentes Estatutos.
2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita através de uma decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
3. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo definirá as formalidades para a admissão de novos Membros e para a adesão aos presentes Estatutos por novos Membros.

Artigo 7

Órgãos

1. São Órgãos da CPLP:
 - a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
 - b) O Conselho de Ministros;
 - c) O Comité de Concertação Permanente;
 - d) O Secretariado Executivo.
2. Na materialização dos seus objectivos, a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados Membros da CPLP.

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e de Governo de todos os Estados Membros e é o órgão máximo da CPLP.
2. São competências da Conferência:
 - a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
 - b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos, podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
 - c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
 - d) Eleger de entre os seus Membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
 - e) Eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.
3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos, e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados Membros.
4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados Membros.

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados Membros.
2. São competências do Conselho de Ministros:
 - a) Coordenar as actividades da CPLP;
 - b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
 - c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
 - d) Aprovar o orçamento da CPLP;
 - e) Formular recomendações à Conferência em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
 - f) Recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;

- a) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;
 - b) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.
3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus Membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano.
 4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados Membros.
 5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, a quem deverá apresentar os respectivos relatórios.
 6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 10Comité de Concertação
Permanente

1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP.
2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros.
3. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
4. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
5. As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
6. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados em a), b), c) e d) do artigo 9.º, "ad referendum" do Conselho de Ministros.

Artigo 11

Secretariado Executivo

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
 - a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;

- b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- c) Participar na organização das reuniões dos vários órgãos da CPLP;
- d) Responder pelas Finanças e pela Administração Geral da CPLP.

2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 12

Secretário Executivo

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP, eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado.
2. São principais competências do Secretariado Executivo:
 - a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento,
 - b) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - c) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados Membros e outras instituições da CPLP;
 - d) Ser guardião do património da CPLP;
 - e) Representar a CPLP nos fora pertinentes;
 - f) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros ou pelo Comité de Concertação Permanente.

Artigo 13

Secretário Executivo Adjunto

1. O Secretário Executivo Adjunto é eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
2. O Secretário Executivo Adjunto será de nacionalidade diferente da do Secretário Executivo.
3. Compete ao Secretário Executivo Adjunto coadjuvar o Secretário Executivo no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento.

Artigo 14

Quorum

O quorum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos cinco Estados Membros.

Artigo 15

Decisões

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados Membros.

Artigo 16

Regimento interno

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 17

Proveniência dos fundos

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados Membros mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
2. É criado um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas.

Artigo 18

Orçamento

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Julho de cada ano a 30 de Junho do ano seguinte.
2. A proposta orçamental para o ano seguinte é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de aprovada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à apreciação e decisão de cada Estado Membro até ao final de Março de cada ano.

Artigo 19

Património

O património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 20**Emenda**

1. O Estado ou Estados Membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretariado Executivo uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará, sem demora, ao Comitê de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 21**Entrada em vigor**

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura, e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados Membros.
2. Os presentes Estatutos serão adoptados por todos os Estados Membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 22**Depositário**

1. Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados Membros.

ESMERALDO DE AZEVEDO

I Introdução. Conceitos operacionais

- A parceria Universidade - Empresas, que vimos defendendo, deve renovar-se permanentemente, ampliando e complementando as iniciativas conjuntas, com vista ao desenvolvimento e cooperação no Espaço Lusófono, para o que os agentes culturais e económicos têm de juntar as mãos, visando dinamizar as específicas vantagens competitivas sustentadas e complementares, perante os desafios crescentes da globalização e da competição internacional.

É com grande satisfação que registo o interesse comum das Instituições em apreço, no que concerne ao incremento e criação de novas parcerias para o apoio a acções concretas de cooperação, no quadro do desenvolvimento dos Países Lusófonos, em especial os relacionados com projectos pragmáticos e sustentados, nomeadamente nas áreas de qualificação de quadros e consultoria e assessoria cultural e empresarial. Cabe referir o apoio cinérgico que conjuntamente queremos disponibilizar em prol da consolidação da CPLP - Comunidade dos Países Lusófonos e da iniciativa portuguesa de uma cimeira euro-africana para uma nova e dinâmica parceria estratégica, perene e congregadora, entre a Europa e a África.

Venho defendendo que o futuro conjunto entre o Norte e o Sul interessa sobremaneira a Portugal e aos demais Países que têm o Português como língua oficial. Efectivamente, os Sete Países Lusófonos poderão

vir a constituir um potencial importante no sistema internacional, resolvidos que forem alguns aspectos, que se consideram efémeros – a guerra e as suas consequências, o subdesenvolvimento – e que são os principais responsáveis pelos conhecidos constrangimentos, que convém dirimir com rigor e urgência.

Enfim, a convergência Lusófona é importante e de interesse para os Sete, assim seja encontrada a estratégia de inserção desse potencial geopolítico, cultural e económico, embora descontínuo, no complexo sistema internacional, em que as vantagens competitivas sustentadas e complementares têm de ser priorizadas e evidenciadas.

Nos primórdios do próximo milénio, a África Subsariana aproximar-se-á dos mil milhões de habitantes, que serão importantes para a economia mundial, tanto na condição de produtores como na de consumidores, se for encontrada a adequada pedagogia na área da formação dos dirigentes e dos quadros, tudo acompanhado pela pragmática ajuda e investimentos, nas áreas do capital humano e financeiro. A África está a passar por uma profunda mudança, política e económica, necessária ao desenvolvimento, o que carece de uma parceria eficaz. Com efeito, a comunidade de doadores poderá desempenhar um papel estratégico, mediante a assistência a prestar durante a transição tranquila para o desenvolvimento sustentado, nunca é demais sublinhado.

O papel de Portugal e do Brasil nesta área é decisivo, não só pelos meios humanos e técnicos que poderão disponibilizar, mas, sobretudo na canalização de apoios dos principais doadores e financiadores. Devemos ter presente que no Espaço Lusófono, o desenvolvimento dos Países Africanos Lusófonos será importante para os demais, que, assim, sairão mais reforçados, pois a mobilidade de quadros, ciência e tecnologia, negócios e investimentos passará a ser uma realidade rentável e recíproca.

Com efeito, de acordo com as orientações da “Global Collision for Africa”, as instituições deverão sensibilizar os Países do Norte e do Sul, no sentido de assumirem os renovados desafios e as oportunidades de Cooperação e de interesse para o desenvolvimento, que considere o homem como o fim único do processo e não apenas como um meio para o realizar.

É nesta conformidade que, para complementar a **Cimeira Euro-Africana para uma nova e dinâmica parceria estratégica entre a Europa e a África**, preconizada pelo Governo Português, reitero a minha proposta de que essa importante acção seja, ainda, complementada por

um verdadeiro e actualizado **Plano Marshall para a África**, o que impõe a implementação de um **Banco para a Cooperação e o Desenvolvimento**.

- Só compreendendo e vivendo o conceito da Lusofonia, bem como consagrando este ideal como um imperativo nobre, necessário e de interesse estratégico para o desenvolvimento dos Países de Língua Portuguesa, é que poderemos mobilizar a Sociedade Civil, nomeadamente os Quadros e os Agentes Económicos para esta causa comum.
- Cidadania Lusófona

2 Academia Militar

- Missão a Macau 1980
- Cooperação Técnica Militar 1987/1997
- Ciclos de Conferências Portugal e as Relações Internacionais

3 Missão Histórico-Cultural a Macau e Oriente (1980...)

- Missões a Macau
- Universidade de Hankuk (Seul)
- Universidade de Silpakorn (Tailândia)
- Yaatuia
- Arquebe Negere (Kuala Lumpur)
- Universidade da ONU (Tóquio)
- Indian Council, Universidade de Bombaim, Universidade de Goa

4 MEDEC – Missão de Estudos para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional

- Missões de Estudo a Angola, Moçambique e Cabo Verde
- Missão de Boa Vontade a Benguela
- Apoio a Estudantes Lusófonos
- Centro Informativo da ONU/Nova Iorque

5 Forum da Lusofonia (1986/5/13...)

- No âmbito dos seus objectivos, o Forum da Lusofonia promove iniciativas e realizações visando contribuir para o fortalecimento da Cooperação e Amizade entre os Povos Lusófonos, bem como para a defesa e promoção da Língua Portuguesa, sem prejuízo do desenvolvimento das restantes Línguas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Para o efeito pretende congrega todos aqueles que naturais de Países Lusófonos ou a eles ligados, material ou espiritualmente, queiram contribuir para o progresso cultural, económico e social dos Povos Lusófonos.
- I Congresso da Lusofonia – Lisboa 1994 “Unidos na Diversidade” (Fora: Cultural, Social e Económico).
- FELP (Forum dos Empresários Lusófonos – no âmbito do Forum da Lusofonia, o Forum dos Empresários de Língua Portuguesa promove a cooperação económica, científica, tecnológica e empresarial entre Empresários, nomeadamente entre os Empresários de Língua Portuguesa. Deverá apoiar iniciativas empresariais, organizando feiras, seminários, encontros e fornecendo serviços de consultadoria, no contexto da economia mundial) I e II Convenções “Negócios da Lusofonia” – Lisboa (1996-1997).
- II Congresso da Lusofonia – Luanda, Dezembro 1997
 - Forum Cultural
 - A sociedade civil e a construção da CPLP
 - Os meios modernos de comunicação e o desenvolvimento da Lusofonia
 - Comunicação Social, intercâmbio cultural e CPLP
 - Lusofonia, cultura e políticas editoriais
 - Forum Social
 - Os quadros africanos no exterior e o desenvolvimento de África
 - As ONG’s e o desenvolvimento da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa
 - Forum Económico
 - Associações Empresariais, Lusofonia e Cooperação
 - Lusofonia, África Austral e perspectivas económicas
 - Bolsas de contactos e projectos – Programa África Negócios/Angola
 - Bienal de Artes Plásticas
 - Moda Lusofonia/Angola 1997

- Semana do Cinema Lusófono
- Centro Cultural Lusófono
- Concerto da Amizade
- Missão às Províncias

Como resultado do **II Congresso da Lusofonia – Luanda 1997**, pretende-se ampliar e sustentar mecanismos que permitam melhorar o intercâmbio permanente entre a **Comunidade** com projecção internacional, na senda do progresso e do desenvolvimento, face aos desafios do terceiro milénio.

6 Universidade Moderna

- Centro de Estudos de Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Disponibilização do Centro de Estudos de Desenvolvimento e Cooperação Internacional – Docentes, Investidores, Materiais –, bem como da capacidade instalada da Universidade Moderna – Lisboa, Setúbal, Porto e Beja – para o incremento da cooperação tendo os Países Lusófonos por vectores)
- Centro de Estudos Lusófonos
- Centro de Estudos Luso-Africanos
- Prémios Economia Africana
- Protocolos: Universidade Agostinho Neto, Luanda
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
Instituto de Relações Internacionais de Moçambique
Apoio à criação de Ensino Superior em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe
- Bolsas: Licenciaturas
Mestrados
- Apoio em Docentes e Equipamentos
- Apoio à criação do "Instituto de Cooperação de Angola" em colaboração com o MNE/Portugal e o MIREX/Angola
- Curadores: Presidente da República da Guiné Bissau
Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe
Ministro da Educação de São Tomé e Príncipe
Ministro da Educação de Cabo Verde

- Apoio à CPLP.

De harmonia com as solicitações e orientações expressas, a Universidade Moderna está a estudar a possibilidade da criação e funcionamento de outras Pós-Graduações e Mestrados, de interesse para a cooperação com os Países Lusófonos e de harmonia com as prioridades das competentes Instituições.

Esmeraldo Azevedo é Professor Decano da Academia Militar e Vice-Reitor da Universidade Moderna. Aqui é também director do Departamento e Centro de Estudos de Ciências do Desenvolvimento e Cooperação. No âmbito das suas actividades de docência e investigação, vem contribuindo para o estudo das relações inter-culturais e internacionais entre a Europa, o Oriente e a África, nomeadamente entre Portugal e as áreas geográficas em que exerceu e/ou exerce interacção.

HERMANO CARMO

Ao reflectir sobre o amável desafio do Professor Carlos Reis para participar nesta mesa redonda sobre **Cooperação e desenvolvimento no âmbito da CPLP**, ocorreu-me que talvez fosse útil começar por partilhar convosco a avaliação de uma tentativa de cooperação com Angola que a Universidade Aberta tem tido nos dois últimos anos e, por via indutiva, extrair dessa experiência ensinamentos que possam ser úteis a uma Política de cooperação para o desenvolvimento no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Fá-lo-ei a título pessoal, o que quer dizer que as teses que defendo e as críticas que faço são da minha exclusiva responsabilidade, não tendo qualquer mandato institucional para falar em nome da Universidade Aberta.

1 Desarmadilhando os conceitos

Uma vez que o projecto que designarei por **EAD-Angola** (Ensino Aberto a Distância-Angola) se enquadra num contexto de cooperação para o desenvolvimento, gostaria de clarificar esses dois conceitos - **desenvolvimento e cooperação**.

Este cuidado justifica-se tanto **por razões de rigor teórico e metodológico** como **por necessidade prática de criar uma ferramenta de comunicação eficaz e eficiente**. Com efeito é fundamental que os diversos agentes envolvidos neste tipo de processos (políticos, gestores,

ensinantes e aprendentes) interajam com segurança, reduzindo ao máximo os filtros comunicacionais de origem ideológica que conduzem à interiorização de **atitudes estereotipadas** sobre os outros parceiros, à aprendizagem de falsos quadros de entendimento da realidade em questão (falsos saberes) e à implementação de **estratégias de intervenção inadequadas**.

1.1 O conceito de desenvolvimento

O campo semântico do termo **desenvolvimento** tem vindo a ser infestado por uma acumulação excessiva (quase cancerígena) de definições (cf. Carmo, 1997). No contexto da presente intervenção seguirei o sentido que lhe confere o PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement) (cf. Haq, 1990, 1991, 1992, 1993) e o Banco Mundial no seu relatório sobre o desenvolvimento mundial em 1992 (Steer, 1992), na esteira de Lebet, principal dinamizador da escola francesa de Economia e Humanismo (Lebet, 1961). Em qualquer das fontes referidas, a noção de desenvolvimento apresenta-se ligada a dois critérios:

- o de uma situação que concede o **acesso a recursos e serviços** que permitem, a uma população, desfrutar um melhor nível de vida;
- o de uma situação que permite **tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano** de um dado conjunto social.

Neste quadro, **uma estratégia de educação para o desenvolvimento** deverá integrar um conjunto de programas que dotem a população aprendente, de **maior capacidade de acesso a tais recursos e serviços** e, por outro lado, que a ajudem a **pôr a render o seu potencial humano**.

1.2 O conceito de cooperação

Neste contexto é consensualmente sentida a **necessidade de investir na formação de quadros locais**, nomeadamente na de professores e outros formadores, tendo em vista a **autonomização** a médio prazo de centros nacionais, regionais e locais de excelência e de desenvolvimento de recursos humanos, numa moldura estratégica de **desenvolvimento sustentado**.

Dado o **aumento de pressão social** sobre os sistemas educativos dos novos países, decorrente da conjugação do **acréscimo de necessidades** educativas com a **carência de recursos para lhes dar resposta**, a necessidade de formação de formadores assume contornos de dramática urgência e **exige esforços de cooperação** internacional sem os quais não é provável que a questão da formação de quadros locais tenha solução aceitável.

Esta necessidade de cooperação tem confrontado vigorosamente as sociedades contemporâneas com a tese mais esquecida e adiada da Revolução Francesa, a **tese da Fraternidade**. Com efeito, a Civilização Industrial girou, ao longo destes 200 anos, em torno dos princípios da *Liberdade* e da *Igualdade*, remetendo a *Fraternidade* para o terreno do acto voluntário e a sua fundamentação para o campo da opção moral.

A *Fraternidade* adiada, crismada neste final de milénio com o nome de *Solidariedade*, surge agora, já não como mero condicionamento ético mas como verdadeiro imperativo de sobrevivência (cf. Carmo, 1997 e Emmerij, 1993).

Têm disto consciência vários agentes políticos ao desenvolverem políticas nacionais de solidariedade social. Ao reduzir os riscos de problemas sociais aumentam a qualidade de vida das camadas mais desprotegidas mas também a dos estratos mais abastados pelo acréscimo de segurança que introduzem.

O mesmo raciocínio se pode fazer ao nível internacional: um esforço sério de cooperação com o objectivo de autonomizar os países mais carenciados em matéria de desenvolvimento sustentado tem evidentes vantagens tanto para os países do Norte como para os do Sul. Para os segundos, pelos resultados em termos de desenvolvimento. Para os primeiros, pelo acréscimo de paz internacional que proporciona a abertura de novos mercados e pela redução da pressão migratória no sentido Sul-Norte.

Em suma e falando para os tecnocratas, quanto mais não seja por egoísmo, vale a pena cooperar e ser solidário, uma vez que **todos ganham com isso**. Mas para que tal aconteça é indispensável, a meu ver, respeitar certos princípios básicos:

- o princípio da **reciprocidade** que determina que ambas as partes reconheçam as vantagens mútuas e combatam quaisquer desconfianças fundamentadas na sua condição de antigos colonizadores ou de antigos colonizados;
- o **princípio da adequação** que aconselha que a cooperação seja **feita de acordo com as necessidades e recursos existentes e não por imposição de interesses sectoriais**;
- o **critério da economia** que defende que, em igualdade de circunstâncias, se devem usar sempre as estratégias mais baratas, aquelas com que os agentes estejam mais familiarizados, e/ou aquelas que disponham de melhores infra-estruturas¹;

¹ Por exemplo: Porque usar a TV para programas em que se pode usar a rádio que é sete vezes mais barata? Porque usar a conferência por computador quando se pode usar o telefone para atingir os mesmos objectivos de interactividade?

- o **critério de interatividade** que chama a atenção para a necessidade de assegurar um limiar mínimo de interactividade entre cooperantes a fim de evitar a criação de filtros comunicacionais e aumentar a teia de cooperação;
- o **critério da alternativa** pelo qual, para cada objectivo de cooperação há que desenhar várias soluções e escolher a melhor de acordo com as circunstâncias; aplica-se claramente aqui, a conhecida tese do recentemente falecido Deng Xiao Ping, *quando não se tem cão caça-se com um gato*.

Em termos doutrinários pode-se afirmar sem exageros que a postura da Universidade Aberta face à cooperação tem sido a que acabei sumariamente por referir, encontrando-se claramente explicitada nos seus **Estatutos** e no **Plano Estratégico de Desenvolvimento**.

2 O projecto EAD-Angola

Foi por isso com grande interesse e entusiasmo que procurámos responder ao desafio dos bispos do Menongue (D. José Queirós Alves) e do Uíge (D. Francisco da Mata Mourisca) em montar um sistema de ensino aberto e a distância nas suas dioceses.

2.1 Do nascimento à visita exploratória

Depois de uma longa viagem por diversos departamentos² tal anseio chegou-nos às mãos a **23 de Maio de 1995**, através de um ofício do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Após estudo da situação contactámos o Instituto da Cooperação Portuguesa ao qual apresentámos uma proposta de trabalho (em reunião de 7 de Julho) com as seguintes peças:

- proposta de um programa com 27 acções integradas em sete áreas-chave³, para a operacionalização da abertura de núcleos de EAD em Luanda, Uíge e Menongue;

² O circuito foi o seguinte: Bispos do Huíge e Menongue ↔ Embaixada de Portugal em Luanda ↔ Instituto da Cooperação Portuguesa ↔ Departamento do Ensino Superior do ME ↔ Universidade Aberta.

³ As sete áreas-chave identificadas foram as seguintes: identificação dos recursos disponíveis, análise de necessidades prioritárias, definição de estratégias alternativas, montagem de sistemas de apoio local, inscrição de alunos, enquadramento lectivo, sistema de avaliação.

- estimativa de custos da operação;
- elementos para a construção de um calendário

Apesar de evidente interesse do ICP na proposta, **razões de agenda política** (nomeadamente a mudança de governo) **atrasaram o processo** que só veio a ser retomado em 1996, altura em que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) teve duas reuniões com dirigentes da UA (Janeiro e Março), nas quais se identificaram sete **linhas de rumo** para o estabelecimento de uma **política de cooperação da Universidade Aberta em Angola**:

1. **O envio de duas missões a Angola** com o objectivo de fazer um **estudo de viabilidade**, tendo em vista a organização de um sistema de educação superior e formação a distância naquele país.
 - A primeira missão teria de proceder a diversos **contactos ao mais alto nível** – membros do Governo, Reitor da Universidade, dirigentes da hierarquia religiosa e Embaixador de Portugal – com o fito de alicerçar uma estratégia de cooperação.
 - A segunda missão faria um levantamento de necessidades e recursos locais⁴, com vista à **operacionalização** da cooperação.
2. **Instalação a muito curto prazo de três Centros de Recursos EAD** (Ensino Aberto a Distância) em Luanda, Uíge e Menongue.
3. **Formação de diversos perfis de pessoal nomeadamente**
 - **de orientadores** para os futuros centros de recursos e para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola;
 - **de tutores**, para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola⁵;
 - **de tecnólogos**, para o *proto-sistema* de ensino a distância de Angola;
4. **Desejável colaboração com as Universidades, Católica de Portugal e Agostinho Neto** de Angola, em projectos conjuntos.

⁴ Para tal levantamento previa-se contactos com as seguintes instituições: Centro de Cultura, Universidade, Televisão, Radiodifusão e Dioceses de Luanda, Uíge e Menongue.

⁵ Punha-se a hipótese de uma equipa de tutoria garantida pela Universidade de Angola.

5. **Desejável colaboração com a RTP Internacional**, no sentido de virem a ser emitidos programas da Universidade Aberta no seu mapa-tipo.
6. Assunção do **Centro de Cultura Portuguesa** de Luanda como **pólo** da Universidade Aberta em Angola.
7. Concepção de algumas **cadeiras especialmente orientadas** para necessidades do sistema de ensino angolano, como
 - Didáctica do Português como 2.^a Língua
 - Pré-História de Angola
 - História de Angola
 - Geografia de Angola

2.2 Os resultados imediatos da visita

A primeira missão composta pelo Reitor, Administrador e Director do Gabinete de Planeamento de Ensino realizou-se entre 31 de Março e 5 de Abril de 1996, tendo sido integrada na comitiva do SENEC por sua iniciativa o que, a meu ver, sublinha a **vontade política do Governo no desenvolvimento do projecto**.

Em resultado da excelente receptividade havida⁶ elaborou-se um documento aprovado tanto pelo Vice-Ministro da Educação como, posteriormente pelo SENEC em que se apontam cinco tarefas para a cooperação:

1. Instalação de um **Centro de Apoio da UA no Centro Cultural Português** em Luanda, em colaboração com o Instituto Camões e com a respectiva Embaixada.
2. Criação de dois outros **Centros de Apoio** nas Dioceses de **Uíge e Menongue e outro nas instalações da UAN sediadas no Lubango**.
3. Apoio do **Instituto Superior de Ciências da Educação** da Universidade Agostinho Neto em matéria de **tutoria**.
4. **Projecto de criação de um sistema de EAD** para Angola por iniciativa do Ministério de Educação de Angola e apoio da Universidade Aberta.

⁶ Foram efectuados contactos com as seguintes entidades: Vice-ministros da Educação e dos Transportes e Telecomunicações, Cardeal D. Alexandre Nascimento, Representantes das Dioceses do Uíge e Menongue (uma vez que os respectivos bispos estavam impossibilitados nas respectivas Dioceses dado ser Semana Santa), Reitor da Universidade Agostinho Neto, Director do Instituto Superior de Ciências de Educação, Adido Cultural. À excepção do Adido Cultural que apresentou algumas dificuldades de natureza logística, todos os nossos interlocutores apoiaram fortemente o projecto, por vezes com um entusiasmo comovente.

5. Lançamento de projectos de co-produção de materiais didácticos directamente relacionados com o contexto angolano.

2.3 Evolução posterior

Como atrás referi, a receptividade das autoridades angolanas ao projecto foi a melhor. Provas disso foram a explicitação das cinco acções negociadas em Luanda, com pequenas correcções, na **Acta Final** da V reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação Portugal e Angola (pag. 5) e a recente visita à Universidade Aberta da actual Vice-Ministra da Educação – Dra. Francisca Espírito Santo – acompanhada de duas altas funcionárias do seu Ministério.

Infelizmente não se pode dizer o mesmo da colaboração das entidades portuguesas. Apesar de ter sido assinado **em 8 de Abril de 1996 um Contrato-Programa com o Instituto Camões** que definia as principais linhas de colaboração entre as duas instituições, **a Universidade Aberta viu-se impossibilitada de avançar com o projecto, em virtude da não disponibilização das necessárias verbas por parte daquela Instituição.**

Com efeito, imediatamente a seguir à assinatura do contrato-programa pelos responsáveis máximos das duas instituições, o Reitor da UA elaborou dois documentos em que propunha o investimento necessário à operacionalização do projecto EAD-Angola. Estranhamente, até hoje não obtivemos qualquer resposta.

3 Lições a tirar

Longe de querer levantar problemas que terão de ser resolvidos noutra sede que não nesta mesa redonda, penso que esta experiência é paradigmática e dela podemos tirar algumas lições importantes que alinharia telegraficamente em jeito de conclusão:

- Em primeiro lugar, **que qualquer acção de cooperação requer vontade política** dos decisores, mas que tal vontade **tem de ser operacionalizada no acompanhamento da execução das decisões** tomadas a alto nível. No caso em observação, é indiscutível o interesse dos decisores políticos sem que, no entanto, tivesse havido mecanismos de controlo pelas autoridades quer angolanas quer portuguesas no sentido de verificar se as decisões acordadas estavam a ser cumpridas.
- Em segundo lugar, para que uma acção de cooperação tenha viabilidade prática **é fundamental que os organismos executivos**, como o nome

indica, **executem**. Ora o que aqui se passou foi que o Instituto Camões não só não executou as directrizes do SENEK como não cumpriu o acordo que havia feito com a Universidade Aberta. Admitindo que haja alguma razão plausível para tão estranho comportamento, a verdade é que até hoje não foi dada qualquer explicação à Universidade Aberta.

- Em terceiro lugar, e talvez o mais grave disto tudo, é que **a inoperância revelada pelas instituições envolvidas, pode criar um efeito de vacina** junto dos agentes que estão no terreno, retirando-lhes o entusiasmo e a determinação em querer promover a educação dos quadros locais para o desenvolvimento.

No ano de 1996/97, apesar dos problemas referidos, a Universidade Aberta contou com 40 alunos inscritos nos países de expressão portuguesa sendo **26 de Angola**.

Fomos informados que, só no Menongue, havia 150 pré-inscrições para os cursos de ensino superior a distância da Universidade Aberta, fruto do trabalho entusiástico do seu Bispo e de uma forte liderança operacional da Dra. Frances Ramirez, a missionária encarregada da dinamização do futuro Centro. Oxalá os estudantes e os agentes locais não se deixem abater pela inoperância até agora revelada.

É neste quadro que, a meu ver, os órgãos da CPLP podem dar um contributo precioso através de uma **magistratura de influência**, de um **acompanhar de processos**, de uma **motivação de pessoas**.

Os rumos foram definidos. Os meios foram organizados. As pessoas ainda estão motivadas, apesar de tudo, para trabalhar na cooperação. Vale a pena tentar.

Hermano D. A. Carmo é Director do Gabinete de Planeamento de Ensino da Universidade Aberta e divide a sua actividade docente entre esta instituição e o ISCSP/UTL. É doutorado, desde 1995, em Ciências da Educação, na especialidade de Organização de Sistemas de Formação, pela Universidade Aberta. Dentre as suas obras publicadas destacam-se *Os dirigentes da administração pública em Portugal. Contribuição para o seu estudo* (1985) e *Ensino superior a distância. Contexto mundial. Modelos ibéricos*(1997).

ANDER-EGG, Ezequiel (1980) - *Metodologia y Practica del Desarrollo de la Comunidad*, 10.ª ed., Tarragona, UNIEUROPE.

CARMO, Hermano (1997) - *Ensino superior a distância. Contexto Mundial. Modelos Ibéricos*, Lisboa, Universidade Aberta, 2 vols.

EMMERIJ, Louis (1993) - *Norte-Sul. A Granada Descavilhada*, Venda Nova, Bertrand.

LEBRET, Louis (1961) - *Dynamique Concrète du Développement*, Paris, Ed. Ouvrières.

LEBRET, Louis (1964) - *Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente?*, São Paulo, Livraria Moraes [1.ª ed., 1958].

STEER, Andrew (Coord.) (1992) - *Informe Sobre el Desarrollo Mundial 1992 - Desarrollo y Medio Ambiente*, Washington, Banco Mundial/Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1990) - *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1990: Definição e medida do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD (Programme des Nations Unies pour le Développement)/Económica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1991) - *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1991: Financiamento do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Económica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1992) - *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1992: Aspectos mundiais do desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Económica.

HAQ, Mahbub ul (Coord.) (1993) - *Rapport Mondial Sur le Développement Humain 1993: Participação popular no desenvolvimento humano*, Paris, PNUD/Económica.

RUI SOARES

Libertati a maioribus tantum impensum est, ut patribus, quibus ius vitae in liberos necisque potestas permissa est, eripere libertatem non liceret.

(Arias)

Na Natureza nada se ganha, nada se perde, tudo se transforma.

(Lavoisier)

Introdução

Pretende-se neste trabalho, apresentar um modelo tridimensional para interpretar, de forma resumida, o que não foi dito a propósito da problemática que decorre de uma adesão ao espaço que constitui a CE (Comunidade Europeia).

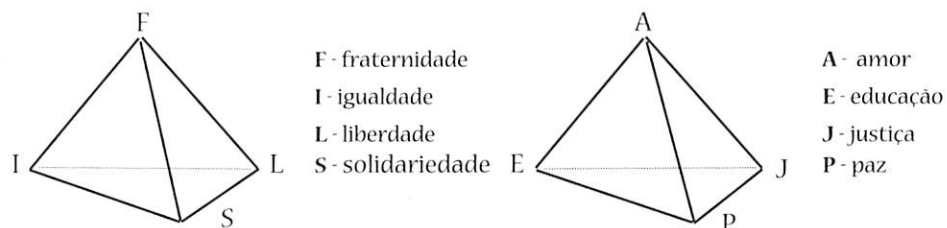
A dialéctica des/integração é assumida, face ao entendimento dos princípios e ideais que formam a estrutura da CE, numa perspectiva intercultural, e não exclusivamente do ponto de vista do Direito.

Por nos parecer relevante no contexto da des/integração, referimos a cooperação como um instrumento essencial a considerar, em qualquer política ou estratégia para a integração europeia alargada a outros espaços, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

Nos esquemas a seguir apresentados, tomámos como ponto de partida as pirâmides [FILS] e [AEJP] representantes dos ideais e dos valores, respectivamente. O desdobramento nos vários triângulos (quatro para cada uma das pirâmides) que associámos aos planos permite iden-

* Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Solidariedade.

tificar os aspectos mais importantes na formação integral do indivíduo. Finalmente, as arestas separadoras (directivas) de cada um dos planos têm que ver com o objectivo a atingir e com o sentido do percurso a empreender (por ex., de F para S ou de S para F).



Metas:	[FILS] e [AEJP]								
Planos:	[FIL]	[ILS]	[LSF]	[SFI]	e	[AEJ]	[EJP]	[JPA]	[PAE]
Directivas:	[FI]	[IF]	[IL]	[LI]	e	[AE]	[EA]	[EJ]	[JE]
	[FL]	[LF]	[IS]	[SI]	e	[AJ]	[JA]	[EP]	[PE]
	[FS]	[SF]	[LS]	[SL]	e	[AP]	[PA]	[JP]	[PJ]

1 Evolução histórica

Sensivelmente até à II Guerra Mundial, o funcionamento dos Estados assentava, quase exclusivamente, nas constituições e leis nacionais, as quais fixavam as regras fundamentais de convivência entre indivíduos e instituições. No período pós-guerra e após a desagregação da ordem política vigente na Europa, começou a reconstrução e com ela o aparecimento de condições favoráveis à inovação, por parte de pensadores ilustres. Assim, a ideia de uma nova ordem europeia é a musa inspiradora de dois homens: Jean Monnet e Robert Schuman (então Ministro dos Negócios Estrangeiros de França). O facto de mencionarmos estes dois nomes tem a ver com a declaração conjunta, de 9 de Maio de 1950, onde apresentaram um projecto para a unificação da indústria europeia do aço e do carvão. Convictos de que «A paz no mundo não será salvaguardada sem uma Europa organizada, viva e indispensável à civilização», conseguem tornar realidade o projecto, assinando-se, a 18 de Abril de 1951, em Paris, o tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA).

A constante evolução dos acontecimentos europeus determinou a instituição da Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA), e da Comunidade Económica Europeia (CEE), em Tratado firmado a 25 de Março de 1957, em Roma.

Desde há mais de três décadas que coexistem as três comunidades CECA-CEE-CEEA, assentes em cartas constitucionais próprias, cobrindo diferentes domínios, mas mostrando uma certa unidade no que respeita à prossecução do grande objectivo de construção de uma Europa organizada economicamente e assente nos princípios universais da Fraternidade, Igualdade, Liberdade e Solidariedade (FILS).

Esta unidade, visivelmente expressa nas siglas CE, e bem evidenciada na própria enumeração das atribuições da CE, mostram o carácter de complementaridade em diferentes domínios de actividade: à CECA ficam confiadas as competências inerentes à gestão comunitária no sector da indústria do aço e do carvão; à CEEA estão destinadas tarefas comuns no sector da pesquisa e utilização da energia nuclear.

A CEE cumpre a difícil missão de unir os Estados Membros (EM) numa só comunidade mercantil. A criação de um mercado comum que unifique os mercados nacionais apresenta, desde logo e à partida, alguns aspectos vitais para a sua concretização; assim, e para o espaço geográfico europeu, tem de haver liberdade de movimentos, nomeadamente: liberdade de circulação de capitais, liberdade de circulação de mercadorias, liberdade de circulação de trabalhadores. Igualmente se torna imperioso consignar a liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços, como forma de cimentar a paz entre os povos europeus, estreitar os laços de união entre indivíduos de diferentes credos, raças, religiões, etc. e garantir o bem estar individual e/ou colectivo.

Não nos parece difícil compreender que a gigantesca máquina, concebida para realizar este sonho, tenha que se adaptar continuamente às modificações geográficas, temporais, etc. que surgem a cada instante nesta sociedade em mutação (onde continua a ser válida a lei de Lavoisier), e ainda às características culturais dos povos dos diferentes EM.

Podemos, a título de exemplo, recordar os sucessivos alargamentos que se verificaram na CE: aos seis Estados fundadores (Bélgica (B), França (F), Holanda (NL), Itália (I), Luxemburgo (LU) e República Federal Alemã (RFA) vieram juntar-se: em 01/01/73, a Dinamarca (DK), a Irlanda (EI) e o Reino Unido (GB); em 01/01/81, a Grécia (GR); em 01/01/86, a Espanha (E) e Portugal (P); em 08/01/95, a Finlândia (FL), a Suécia (SW) e a Áustria (AUS).

A abertura da comunidade a outros Estados é uma ideia já velha pelo que é de esperar o aparecimento de outros alargamentos (a Leste) originando, tal como os anteriores, momentos de reflexão sobre des/equilíbrios estruturais e outros de natureza vária, com amplitude variável, e de consequências im/previsíveis.

2 A des/integração da CE

No complexo sistema de sobrevivência das comunidades, de natureza vária, assiste-se periodicamente ao aparecimento de crises perturbadoras da ordem existente. A procura de um novo equilíbrio (ainda que temporário) origina a realização de acções concertadas, viradas para o estabelecimento de uma nova ordem (local, regional, nacional e/ou mundial), geralmente acompanhadas de fenómenos migratórios, circunscritos ao plano nacional ou internacional. Esta movimentação implica o surgimento de mecanismos diversificados, mas com uma certa analogia com os que se podem observar durante o processo evolutivo do ser humano.

Assim, temos observado que a evolução verificada conduziu a reflexões em vários domínios da actividade humana e das sociedades, criando e/ou adaptando conceitos nas ciências exactas e nas ciências jurídicas; neste domínio, podemos citar a preocupação dos estudiosos em matérias tão sensíveis como, por exemplo, as que se prendem com os conceitos de identidade, nacionalidade e cidadania. Naturalmente que o falar de valores fundamentais (indicados na pirâmide [FILS], na Introdução) nos obriga a reflectir sobre os direitos fundamentais dos cidadãos. Na actual tentativa de construção da CE, os projectistas da união não podiam esquecer a protecção daqueles direitos, tanto mais que a história da Europa nos mostra como eles foram maltratados.

Sendo a CE um fenómeno do Direito, os seus arquitectos procuram revitalizar os direitos consignados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC), estabelecidos desde o século XVIII e integrados na maioria das constituições dos Estados civilizados. Deste modo, o espírito da DDHC está presente na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 4 de Novembro de 1950, elaborada pelo Conselho da Europa.

As expectativas de garantia dos direitos fundamentais do cidadão, nos Tratados de Paris e Roma são diminutas, não tanto por ignorância dos fundadores, mas talvez por considerarem o cidadão essencialmente na sua dimensão económica, e admitirem que tais direitos não seriam afectados com a criação da CE.

Foi necessário esperar até 1961 para se entender o cidadão na sua dimensão de trabalhador (essencial na reconstrução), levando a que os EM se comprometessem na realização de acções concretas que assegurassem, entre outros, os direitos à in/formação profissional, a uma remuneração equitativa, à segurança (social, no trabalho, etc.), como forma de promover uma melhoria do nível de vida de todos os povos (Carta Social Europeia).

A Carta, datada de 18 de Outubro de 1961, logo na Parte I, incluía um aspecto atractivo em relação às minorias resultantes da mobilidade internacional: «Os

trabalhadores migrantes nacionais de uma das Partes Contratantes e as suas famílias têm direito à protecção e assistência no território de qualquer outra Parte Contratante».

Há mesmo a intenção de aconselhar os EM a adoptarem medidas tendentes a favorecer o reagrupamento familiar, facilitar a partida, a viagem e o acolhimento dos migrantes (note-se que não se fala em facilidades idênticas para o regresso), permitir transferências de capitais, como forma de proporcionar condições de equilíbrio (económico, político, estratégico, etc.) que visem uma melhoria da qualidade de vida.

Esta meta, a atingir progressivamente, bem como a garantia de educação, justiça e paz (triângulo [EJP], na Introdução) apresenta, no entanto, algumas dificuldades de implementação. Qualquer programa estratégico para atingir aquela finalidade que considere fundamental o plano da Fraternidade, Igualdade, Solidariedade (triângulo [FIS], na Introdução), deverá ter como variável de controlo a Liberdade (L) e dar igual atenção a cada uma das variáveis F, I, S, essenciais ao estabelecimento do programa. Mais, as ligações entre estas variáveis (representadas simbolicamente pelos lados do triângulo) constituem referências fundamentais. Por exemplo, a camaradagem é algo que tem que estar presente, quer se enfatize a fraternidade [FS] quer se realce a solidariedade [SF].

O percurso feito desde Roma a Maastricht tem sido longo e curto; longo, por ter necessitado de trinta e cinco anos para evoluir de uma integração económica para uma integração política; a previsão de um período de transição de doze anos (repartido em três etapas de quatro anos) para entrada em vigor das suas disposições indiciava, por um lado, o reconhecimento das dificuldades de implementação e por outro lado, as etapas seriam momentos de avaliação para reorientação futura. O alongamento do período de transição por tempo não superior a quinze anos, após a entrada em vigor do Tratado, mostrava, à partida, a flexibilidade necessária a toda e qualquer cooperação entre seres humanos, portadores das liberdades de querer e de poder.

No nosso entender, o percurso é curto, por desejar modificar tão rapidamente culturas específicas regionais, correndo o risco de as eliminar, em vez de as fortalecer com o enriquecimento proveniente do conhecimento de outras. Esta submissão a padrões uniformes é uma característica de culturas imperiais que, a todo o custo, tentam esquecer o ideal de solidariedade. A título de curiosidade, referimos que o lema da 1.^a República Francesa, tornado divisa da França, e usado universalmente, é representado pelo triângulo [LIF]. Se atribuirmos importância à ordem pela qual os elementos L, I, F se apresentam, verificamos

que a prioridade dada à fraternidade é a menos elevada. Mas pior do que uma prioridade pouco elevada é a omissão da solidariedade como ideal a defender!

3 A fraternidade e a des/integração

Entendendo-se a fraternidade como uma relação entre irmãos, julgamos que a extensão do conceito a conjuntos descritos por palavras tais como: pessoas, povos, etc., vai muito para além da irmandade, termo usado não só a nível familiar mas também aplicado aos elementos de uma associação, congregação, nação.

Por certo que alguns elementos constituintes da fraternidade são, sem margem para dúvidas, a amizade, a concórdia, a harmonia e a paz. O envolvimento de todos os elementos na procura de uma união harmoniosa passa pela convivência entre todos e por uma sã camaradagem, baseadas numa intimidade (variável consoante os casos e os fins em vista), mas essencial para a interiorização dos conceitos de identidade e de cidadania. Talvez, por ser um valor que está sujeito à inexorável lei da Entropia, não apareçam referências explícitas nos textos dos Tratados. Mesmo quando o Tratado da CEEA alude, no preâmbulo, à determinação em substituir as rivalidades, logo nos damos conta que tal intenção assenta na instituição de uma comunidade económica.

No preâmbulo do Tratado da CEE faz-se referência à determinação em «estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus», o que limita, em nosso entender, o ideal de fraternidade entre os povos. Aliás, mais adiante, pode ler-se que também estão «resolvidos a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham os seus ideais [...]». Um pouco mais amplo parece ser o desejo manifestado pelos plenipotenciários que firmaram o Tratado da CEEA quando decidem «associar outros países à sua causa e de cooperar com as organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento pacífico da energia atómica».

O Tratado da União Europeia (mais conhecido por Tratado de Maastricht), confirma o seu apego aos princípios fundamentais, deseja aprofundar laços de união, recorda a necessidade de criação de bases sólidas para a construção da futura Europa, reafirma o objectivo da livre circulação (sem deixar de garantir a segurança dos seus povos), e resolve continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os seus povos. Nada de novo em matéria de fraternidade. A resolução de instituir uma cidadania comum aos nacionais dos EM e a de executar uma política de defesa comum, sem o “cimento” da fraternidade, faz-nos crer que a preocupação de uma qualquer invasão está

presente de forma implícita. Por outro lado, o abrir das fronteiras internas, quando ainda se desconhecem os limites das fronteiras externas numa Europa em construção, pode vir a aumentar desconfianças latentes.

4 A igualdade e a des/integração

Sendo a igualdade uma relação entre grandezas da mesma natureza, há que definir claramente o universo em que se situam e a medida padrão para aferir a des/igualdade. Muitas vezes, falar de des/igualdade é uma forma de exprimir o des/equilíbrio manifestado por parte dos elementos do universo, face a aspectos de natureza económica, política ou outra. Numa outra aceção, podemos usar a palavra igualdade como sinónimo de paridade. Julgamos, salvo melhor opinião, que o exemplo da criação da moeda única ECU ilustra o que acabamos de dizer, muito embora saibamos que outras razões (porventura mais fortes e menos claras) estejam na base da adopção de tal decisão. A alínea a) do artigo 119º do Tratado CEE refere-se ao estabelecimento de uma mesma unidade de medida como condição para se praticar uma política de igualdade de remuneração.

Se, porventura, a igualdade for tomada por uniformidade, temos fortes razões para defender uma posição que vise um tratamento imparcial e semelhante para todos os cidadãos (ou para todos os EM) com vista à manutenção da integridade de valores locais, regionais, nacionais, etc.

Afirmar que «A unidade só existe onde reina a igualdade» pode ser, para alguns, um cartaz para a integração. Não será, certamente, bem entendido por quem defenda princípios democráticos; de facto, o sentido da frase pode levar-nos a pensar em unicidade e na conseqüente exclusão dos “diferentes”, seja por motivos relacionados com a etnia, a nacionalidade, a religião, o sexo, etc., ou porque não são louros e de olhos azuis. Outra razão é a que se prende com a diversidade de entendimento sobre o que é a unidade, como se pode ler em Agostinho de Campos: «Está entendido que a unidade francesa é o indivíduo e a unidade alemã é a sociedade» (Campos, 1923).

Num outro plano, e com outro exemplo, mostramos como não basta legislar sobre quais as línguas a serem usadas no interior ou no exterior da CE para estar garantida a igualdade. Há que criar mecanismos que evitem qualquer tentativa (ainda que velada) de imposição de uma língua; aliás o que está no espírito dos criadores da CE é que «[...]nenhum cidadão comunitário pode ser discriminado, [...] e nenhum EM pode beneficiar de posição privilegiada [...]». A título de exemplo, e em relação ao Tratado da CEE, indicamos alguns artigos que são o corolário do ideal da igualdade, na vertente em questão: artigo 7.º (princípios); 48.º (livre circulação de trabalhadores); e 119.º (disposições sociais sobre remunerações).

5 A liberdade e a des/integração

A liberdade é a trave mestra em todos os Tratados que instituem as Comunidades Europeias, o que nos mostra a importância que este ideal tem tido ao longo dos tempos, resistindo e até mesmo reforçando conceitos modernos. Desde sempre as gerações (sem distinção de idade, ideologia, raça, religião, sexo, etc.) mostraram capacidade para gerar indivíduos que se têm batido e continuarão a bater pelo ideal da liberdade (nas suas múltiplas facetas), isto é, pelo primado da ausência de qualquer tipo de constrangimento físico, material ou moral.

Como se pode ler em João de Barros, «[...] e dizer-vos que procureis por liberdade parece-me escusado, pois tendes sabido que é cousa que as pessoas neste mundo mais estimam» (Barros, 1953). De tal forma isto é sentido que, já no Direito Romano, a liberdade ocupava um lugar de relevo (cf. epígrafe); talvez não seja alheia a este sentimento e represente algo de simbólico a escolha de Roma para lugar onde se assinaram os Tratados CEE e CEEA.

Nos sucessivos Tratados, desde Roma até Maastricht, podemos encontrar alusões à liberdade, manifestando-se uma cada vez maior explicitação do próprio termo. Como faculdade de poder exercer a sua vontade, des/actuando ou des/aprovando, o Tratado da CECA (artigo 69.º) mostra-nos uma faceta de liberdade ao «[...] eliminar qualquer restrição [...]». Como sinónimo de independência, o artigo 9.º diz que «Os membros da Comissão exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da Comunidade». A parte final deste artigo alude à solidariedade, na medida em que subordina a actuação dos membros ao interesse geral. Em termos esquemáticos, a in/dependência está figurada pelo lado [LS] ou [SL]; consoante o peso relativo da liberdade/solidariedade assim as medidas práticas resultantes das funções em causa terão maior grau de in/dependência.

Relativamente ao Tratado da CEE, a liberdade é um ideal explicitamente mencionado logo no preâmbulo; nele se diz «SUA MAJESTADE O REI [...] A RAINHA [...]. Resolvidos a consolidar, [...], a defesa da paz e da liberdade [...]». Mas não se fica por aqui: na Parte I – Os Princípios, artigo 8.º-A, define-se, em compreensão, «[...] um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais [...]». A referência ao espaço sem fronteiras internas faz pressupor a existência de uma fronteira externa (de contornos ainda imprecisos). Esta dualidade externa/interna origina, tal como outras, movimentações várias. É a nossa interpretação quanto à leitura que se pode fazer em Óscar Barata, no artigo «A Livre Circulação de Trabalhadores na CEE», (Barata, 1998: 14), quando escreve «E fora do Mercado Comum outros países que

reconheciam entre si semelhanças de cultura procuravam criar regimes de livre circulação de pessoas».

O Tratado de Cooperação, assinado em Helsínquia, em 23 de Março de 1962, entre a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia, surge como um exemplo de criação de um mercado comum por analogia de natureza intercultural como o já referido para a CEE.

Muitas mais disposições existem relacionadas com as quatro liberdades fundamentais: os artigos 48.º, 52.º, 59.º, relativos à livre circulação de trabalhadores, liberdade de estabelecimento e livre prestação de serviços, respectivamente, são alguns exemplos; também o artigo 9.º e seguintes, relativos à liberdade de circulação de mercadorias, ilustram o que se acaba de dizer. O conteúdo do artigo 10.º aponta para um tipo de liberdade que consiste na faculdade que certos povos têm em conviver com outros de culturas diferentes da sua, desde que respeitem as regras instituídas. É, no fundo, uma permissão à qual está associado um grau de tolerância, variável consoante o objecto e os objectivos.

Tal como outros ideais, a liberdade pode apresentar cambiantes diversas: liberdade de associação, liberdade civil, liberdade de ensino, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de pensamento, liberdade de voto, e liberdade do sistema para estabelecer limitações à liberdade. O exemplo pode ser colhido no n.º 4, artigo 48.º, Capítulo I, que estabelece: «O disposto no presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública».

O Tratado da CEEA, ainda que visando prioritariamente «o progresso da causa da paz», e preocupando-se com o estabelecimento de «condições de segurança», não deixa de afirmar, no Título I - Missões da Comunidade, artigo 2.º, alínea g), que, para cumprir a sua missão, a Comunidade deve «Garantir [...], pela livre circulação de capitais [...] e pela liberdade de emprego dos especialistas da Comunidade», o seu apego à causa da liberdade.

Talvez como sinónimo de iniciativa, a liberdade aparece no n.º 5, artigo 182.º, Título IV - Disposições Financeiras, onde se lê: «A Comissão pode dispor livremente das divisas de países terceiros provenientes de empréstimos que tenha contraído nesses países» ou no artigo 199.º «A Comissão assegurará, além disso, com todas as organizações internacionais, as ligações que considere mais oportunas». Estas e outras iniciativas exigem uma transparência maior pelas consequências que delas podem advir.

«Animados com a vontade de prosseguir a obra empreendida com base nos Tratados que instituem as Comunidades Europeias [...], os plenipotenciários, representantes dos doze, depois de terem trocado os seus plenos poderes, acordaram o Acto Único Europeu, assinado no Luxemburgo, em 17 de Fevereiro de 1986, e em Haia a 28 de Fevereiro de 1986. No Título II, capítulo II (relativo às

disposições que alteram o Tratado que institui a CEE), secção II – disposições relativas aos fundamentos e à Política da Comunidade, subsecção I – O mercado interno, artigo 13.º, pode ler-se um aditamento ao Tratado da CEE, a que já nos referimos anteriormente (artigo 8º-A), o que mostra o constante ajustamento do disposto em fases anteriores.

6 A solidariedade e a des/integração

Afirma-se, por vezes, que «A solidariedade é o correctivo necessário à liberdade», isto é, uma forma de resolver alguns problemas provocados pelos excessos de liberdade. Na medida em que a liberdade se encontra também ligada à igualdade e à fraternidade numa espécie de solidariedade mecanicista, é de admitir, salvo melhor opinião, que também as segundas podem ser correctivos da liberdade. Aliás, e segundo Alexandre Herculano, a solidariedade municipal (característica do regime municipalista) era definida como «certos laços de fraternidade entre os habitantes de uma mesma povoação, [...], principio de unidade jurídica e moral que devia ligá-los» (Herculano, 1978). Tais laços revelavam-se tanto na «mútua defesa» como na «responsabilidade comum». Estas duas vertentes estão bem patentes logo no preâmbulo do Tratado de Maastricht e nos objectivos expressos no artigo B. A nova redacção do artigo 2.º, Parte I, B, intitulado «Os princípios», representa um avanço relativamente ao Tratado que institui a CEE.

A proximidade dos dois conceitos manifesta-se também se entendermos a solidariedade como sentimento de piedade, simpatia ou ternura pelos desfavorecidos ou desprotegidos. A repartição da miséria e da prosperidade exigem ao ser humano o reconhecimento do ideal da solidariedade, como forma de minimizar as diferenças através de uma responsabilização mútua. O facto de existir uma diferença provoca movimentos de reposição do equilíbrio momentaneamente perdido e, consoante o ponto de vista do co-responsável, assim se definem estratégias nem sempre convergentes, que exigem um dispêndio de energia suplementar e uma capacidade de diálogo adicional para ultrapassar as diferenças. A título de exemplo, lembremo-nos da polémica gerada à volta da criação do novo fundo de coesão para os EM com produto *per capita* inferior a 90% da média comunitária.

A solidariedade como ligação mútua entre pessoas dependentes umas das outras foi objecto de explicação diferenciada por Durkheim, ao estudar a evolução das sociedades. Segundo a sua visão, a sociedade terá evoluído de um estado primitivo (onde a divisão do trabalho está pouco desenvolvida, a organização social pouco centralizada e assente no principio da semelhança), para uma

sociedade industrial (com uma divisão do trabalho feita por especialidade). No primeiro caso, a solidariedade é do tipo mecânico e a cooperação entre os indivíduos é espontânea; no segundo – solidariedade orgânica – a cooperação já não apresenta espontaneidade, mas é fruto da inter/dependência das partes em presença. De notar que em ambas não se pode prescindir da cooperação. No caso vertente da adesão à CE, parece-nos imprescindível a cooperação como forma de solidariedade e de coordenação internacional, ditada por imperativos resultantes das diferentes aptidões dos EM, que não se confinem a aspectos de natureza meramente economicista e considerem outros factores de mudança sócio-cultural, numa constelação mais ampla que a indicada na «lei de gravitação do mundo social» de Durkheim, por analogia com a lei de atracção de Newton.

Uma última interpretação possível para o conceito de solidariedade é a que tem a ver com a assistência moral e jurídica e que se manifesta pelo testemunho prestado a alguém, em quaisquer circunstâncias, e que serve como correctivo a situações de injustiça e que colocaram esse alguém em situação de desigualdade. Exemplos: apoio a refugiados, perseguidos políticos, manifestações de apreço a pessoas difamadas, convívio entre companheiros de luta, entre alunos recusados, defesa dos povos (Timor, por ex.), ou ainda o exemplo de acolhimento de vítimas inocentes (crianças da Bósnia, etc.).

7 A cooperação e a des/integração

Não gostaríamos de incluir o fundo de coesão no bloco das vantagens da nossa adesão à CE pois, apesar de desejarmos acreditar no altruísmo dos seus fundadores e dos actuais defensores, temos exemplos bem vivos de que a cooperação não se tem feito sem algum tipo de interesse. Por outro lado, também não gostaríamos que fosse entendido que um país ex-colonizador, ande à procura de outros espaços geográficos «nunca dantes explorados» para protagonizar novas formas de colonialismo. Muito menos gostaríamos de ver o nosso país ser tido como uma colónia da CE, onde se pode encontrar mão de obra barata, e onde se pode despejar os lixos que os outros não querem (qualquer que seja a modalidade). Se podemos entender que os fundos de coesão se destinam a cobrir financeiramente projectos (em domínios como: ambiente, redes viárias transeuropeias, etc.), devemos saber como tal cobertura deixa a descoberto (e de forma irreparável) o objectivo essencial de unir esforços para «a melhoria constante das condições de vida», ou a preocupação «em contribuir para a melhoria do nível de vida», para já não falar no firme propósito de implementar acções que visem uma melhoria nitida da qualidade de vida, como meio para caminhar na direcção do ideal de «vida de qualidade» a que todos os seres têm direito na sua

passagem pelo mundo cósmico. Nesse sentido, talvez Portugal não signifique apenas a porta de entrada/saída para a Europa, mas também o paraíso que ainda é, dada a sua posição periférica. Existem sempre des/vantagens.

Não desejaríamos terminar este ponto sem mencionar que, em matéria de cooperação, se registou a seguinte evolução: no Tratado da CECA não há nenhum capítulo destinado ao assunto; no Tratado da CEE há o capítulo I – A cooperação no domínio da política económica e monetária (UEM); no Tratado da CEEA manifesta-se, aqui e além, (artigos 29.º, 40.º, etc.) o desejo de cooperar com as organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento pacífico da energia atómica (preâmbulo). No Acto Único Europeu há um Título III – Disposições sobre a Cooperação Europeia em matéria de Política Estrangeira, convencidos que estão de que «[...] os resultados adquiridos nos domínios [...] da cooperação política [...]» os obrigarão a «[...] pôr em prática essa união europeia com base, [...], na cooperação europeia [...] e [...] tendo em atenção [...] medidas destinadas a pôr em prática a cooperação monetária».

No Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, desde o início do texto podem-se ler referências à cooperação. No Título I – Disposições Comuns, artigo A, diz-se: «A União funda-se nas Comunidades Europeias, completadas pelas políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado. A União tem por missão organizar de forma coerente e solidária as relações entre os Estados Membros e entre os respectivos povos». Ainda no mesmo Título, o artigo B contempla a cooperação como um dos objectivos da União, a ser alcançado «[...] de acordo com o disposto no Tratado, nas condições e segundo o calendário nele previstos, respeitando o princípio da subsidiariedade, tal como definido no artigo 3.º – B do Tratado que institui a Comunidade Europeia». Seguem-se os Títulos com disposições que alteram: o Tratado que instituiu a CEE, tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia (Título II); o que instituiu a CECA (Título III); e o que instituiu a CEEA (Título IV). Em todos eles a cooperação está bem ilustrada. O Título V insere disposições relativas à política externa e de segurança comum, onde naturalmente a cooperação entre EM é expressa, de forma explícita ou implícita. Os artigos J.1 e J.2 são exemplos da primeira situação; a segunda está patente no artigo J.3, entre outros.

De realçar as disposições relativas à cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos (Título VI); em relação ao primeiro domínio, realçamos a cooperação judiciária em matéria civil e penal; no segundo podemos inserir a cooperação aduaneira e o intercâmbio de in/formações variadas (Unidade Europeia de Polícia, etc.). No artigo K.4 é criado um Comité de Coordenação constituído por altos funcionários, o que prova a importância de uma coope-

ração eficaz entre os EM e entre estes e os países situados para além da fronteira externa (de contornos ainda não definidos).

No que respeita aos Protocolos, vários são aqueles que mencionam a cooperação; limitamo-nos a citar o artigo 11.º do Protocolo relativo aos estatutos do Instituto Monetário Europeu, com o título «Cooperação interinstitucional e obrigação de apresentar relatórios».

8 Portugal e a CE

Do ponto de vista de Portugal, a adesão tem o mérito de reforçar perspectivas de crescimento económico e de modernização, aspectos essenciais num país adormecido durante quatro décadas. Pela participação directa nas tomadas de decisão no plano comunitário, o país vê reforçada a sua capacidade para intervir em aspectos ligados à política externa e de segurança comum. Particularmente, pela sua ligação preferencial com os países africanos de língua oficial portuguesa a CE pode usufruir de uma mais fácil penetração em espaços geográficos, com interesse estratégico, vitais para o equilíbrio funcional da aldeia global. Os medos da perda de identidade nacional pura (como por vezes é concebida) deverão ser perdidos se soubermos preservar, entre outros aspectos, a Língua Portuguesa como veículo de comunicação, enriquecida no inevitável contacto que oito séculos de História nos proporcionaram. Sem complexos, deveremos exigir igual tratamento na aprendizagem da nossa língua pois, com os avanços da tecnologia, não se vislumbra razão plausível para não se efectuarem esforços de tradução simultânea. Em caso de dificuldades económicas, poder-se-á optar pelo ensino de uma língua comum em todo o espaço comunitário obviando, deste modo, problemas resultantes de tradução. A semelhança da criação da moeda única, também a unificação linguística traria estabilidade, percepção mais eficaz e transparência nos actos correntes. Outro aspecto positivo na nossa adesão à CE tem a ver com a ligação dos nossos emigrantes às comunidades locais onde se inserem.

A CE, como sociedade guiada pelo sentido da concórdia de vontades, pode levar-nos a aceitar a civilização ocidental e a unidade europeia como algo de novo; se, porventura, o sentido que a CE pretender dar ao falar de unidade for sinónimo de uniformidade, então devemos ficar perplexos por não se ter avançado significativamente e, ao mesmo tempo, engrandecidos por termos sido pioneiros na construção de uma comunidade lusiada. Recordamos, a este propósito, Gilberto Freyre: «Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesa, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura [...]» (Freyre, 1951).

9 Adesão, inserção e integração

Antes de terminar estas considerações, a um tempo longas e sumárias, sobre os ideais FILS e a des/integração europeia, e para que haja coerência na postura assumida ao longo do texto, segue-se uma diferenciação breve (mas ilustrativa) dos conceitos de Adesão, Inserção e Integração.

Uma vez que se trata de adesão aos Tratados internacionais, a interpretação que o Direito dá à palavra é a de uma declaração formal, em virtude da qual, um Estado aceita, para si, as obrigações resultantes das disposições inseridas nos Tratados celebrados pelos Estados representados no acto da assinatura. O fenómeno de adesão, tal como no mundo físico, mostra a existência de forças atractivas (ou repulsivas) que se exercem entre os povos vizinhos dos Estados signatários. Por outro lado, a adesão vem dar maior coesão e ela será tanto mais forte quanto maior for a vontade política e menor as diferenças que separam os EM.

A inserção, para além de poder significar intromissão, traduz a introdução de uma parte noutra, isto é, fazer entrar um elemento de um espaço noutro espaço, tornando-o maior (do ponto de vista numérico, geográfico, etc.) e com mais possibilidades (económicas, políticas, etc.). Também pode traduzir a capacidade de adaptação/fixação, como se pode ler em António Sérgio: «Até hoje, porém, o idealismo racional do verdadeiro europeu não se inseriu ainda no viver social, não entrou nas almas» (Sérgio, 1980).

A integração, já contida na parte final da citação anterior, fica mais bem definida quando Sérgio escreve: «Foi tarefa de Goethe [...] a de superar o romantismo dos seus jovens anos pela integração do romantismo num ideal mais amplo, que sem o destruir o absorvesse em si» (Sérgio, 1981). A diferença está tão somente na compreensão dos étimos latinos: *integrare* e *integratio*.

Se nos integrarmos nesta perspectiva, talvez possamos encontrar algumas boas estratégias para evitar fenómenos de intolerância, racismo e xenofobismo.

Nota final

Fazer um resumo e tirar uma conclusão do trabalho feito, subordinado ao tema "Os ideais FILS e a des/integração europeia", elaborado no âmbito do Seminário Políticas e Estratégias para a Integração Europeia, é difícil mas estimulante. Tal como tem acontecido noutros momentos da História, encontramos-nos numa encruzilhada e é necessário fazer uma "cruzada". Pelo facto de nos encontrarmos naquela situação somos compelidos a tomar consciência de que

devemos acompanhar o "comboio da História" para garantir e consolidar o envolvimento económico e social. Para não renegar a nossa filiação (face à mãe Europa) e conservar o ideal europeísta, entendemos que é necessário encontrar uma estratégia que sirva de pretexto para um amplo debate (nacional, europeu) como forma de tornar transparentes aspectos de natureza técnica e discutir o alcance das medidas a tomar.

Ficar somente preocupado com o propósito imediato de ratificar convenções, protocolos, tratados, etc., é muito pouco quando comparado com a afronta a que o *Diário de Notícias*, de 13 de Dezembro de 1992, alude no artigo intitulado: Braga de Macedo defende o Português - «Braga de Macedo protestou contra o facto de o Português não ter sido utilizado nas reuniões dos Ministros das Finanças».

A reunião informal utilizou como línguas de trabalho o Inglês, o Francês e o Alemão, mas havia tradutores italianos e espanhóis. «Se foi aberta uma excepção para o Italiano e o Espanhol, devia ter sido feito o mesmo para o Português, que é uma língua falada por 200 milhões de pessoas em todo o mundo», terá dito o ministro. Não menos digno de reprovação é o infeliz caso da inclusão do arquipélago da Madeira como território espanhol, num novo mapa da CE (destinado a jornalistas), o qual mereceu o seguinte desabafo de um representante da CE: «é uma vergonha».

Sobre estes episódios podemos conjecturar se alguma vez o princípio da subsidiariedade poderá ser a fórmula mágica para ultrapassar as resistências ao Tratado de Maastricht, ou se, pelo contrário, será uma questão de bom senso, ou ainda se será mais um conceito a contribuir para a des/integração. É que subsidiariedade pode ser interpretada como a qualidade daquilo que é acessório, para vir em apoio de outras coisas. De onde e que coisas? O tempo se encarregará de mostrar.

Rui Soares é Doutor em Ciências da Educação, Assistente convidado da Universidade Aberta e Director do Instituto de Comunicação Multimédia da U. A. Os seus interesses situam-se na área da formação de professores, nomeadamente na utilização das tecnologias da informação e da comunicação numa perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades.

Referências bibliográficas

BARATA, Óscar (1998) - «A livre Circulação de Trabalhadores na CEE». *Estudos Políticos e Sociais*, n.º 1, 2, p. 14.

BARROS, João de (1953) - *Clarimundo*, Lisboa, Sá da Costa.

CAMPOS, Agostinho de (1923) - *Latinos e Germanos*, Paris, Bertrand.

FREYRE, Gilberto (1951) - *O Mundo que o Português Criou*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.

HERCULANO, Alexandre (1978) - *Apud Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda., vol. XXIX, p. 575.

SÉRGIO, António (1980) - *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, vol. III.

SÉRGIO, António (1981) - *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, vol. IV.

A COOPERAÇÃO LUSO-MOÇAMBICANA: UM MODELO DE PROJECTO

MARINELA SOARES

Introdução

Para o desenvolvimento deste trabalho tomamos como ponto de partida as afirmações seguintes:

O Governo dará especial atenção à Cooperação nas áreas da Educação – nomeadamente o ensino de Português, formação universitária e formação técnico-profissional, da Ciência e da Tecnologia (Presidência do Conselho de Ministros – Programa do X Governo Constitucional, Novembro de 1985).

[...] a Agricultura constitui um dos vectores fundamentais do programa de Cooperação [...]. A Cooperação desenvolver-se-á sob a forma de formação profissional e assistência técnica, designadamente em: desenvolvimento rural, [...] (Programa-Quadro de Cooperação entre Portugal e Moçambique para o biénio 1991/92).

Podemos evidenciar a preocupação existente no que se refere ao papel da Agricultura e da formação que a ela diz respeito, no âmbito da Cooperação. Não bastará considerar, por isso, as estruturas, os meios logísticos, os processos. O princípio da interligação existirá entre o acto educativo e o meio (entenda-se também, o meio rural), não deixando de considerar a relação essencial com o Homem e a sua evolução, que tornam a Educação/Formação simultaneamente um produto e um factor primordial da sociedade em que se insere.

Contudo, sabemos que no mundo actual – marcado pela explosão demográfica, pelos imperativos do desenvol-

vimento e da **luta contra a fome**, pela multiplicação dos conhecimentos, pela evolução científica e técnica, pela extensão dos “media” -, cada País (subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento) não resolverá os problemas do seu desenvolvimento pelos seus próprios meios.

Dai que a cooperação em África e, nomeadamente com Moçambique, se pretenda de rigor em vários domínios, tais como na Educação/Formação para a Agricultura, inserida numa Educação para a Paz, num total respeito pela preservação da herança cultural de cada um dos povos constituindo um meio indispensável ao seu próprio desenvolvimento como impulsionador sócio-cultural e económico e, ainda, motivador da evolução científica e tecnológica. Consequentemente, o caminho para a cooperação e desenvolvimento na área de Educação para a Agricultura aconselha cada vez maior responsabilidade no incremento das capacidades de análise, gestão e outras, utilizando racionalmente recursos humanos, financeiros, tecnológicos. É a procura de soluções para os desafios que, generalizadamente, nos são colocados; como foi dito, num seminário, por Tavares Emídio, em 1995, a Cooperação não é “sopa dos pobres” mas é do interesse de ambas as partes.

Assim, pretender-se-á uma reflexão cuidada sobre este assunto que consideramos fundamental, pelo que programas educativos quer formais quer não formais contribuirão para uma formação permanente e possibilitarão a aquisição do saber-fazer suficiente em várias áreas e níveis de actuação consideradas prioritárias como é o caso da Educação para a Agricultura, especialmente na vertente de formação agrícola como Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR). Pretende-se com isso:

- melhorar as condições de vida da população rural em geral, favorecendo a auto-subsistência;
- elevar os níveis de educação/formação/participação das populações rurais na comunidade, na região, no país;
- aumentar a eficiência e a eficácia dos agricultores na execução das tarefas agrícolas e actividades afins.

Importa, sobretudo, concentrar esforços no sentido de ministrar um ensino capaz de formar indivíduos que possam exercer uma actividade profissional. Uma formação susceptível de permitir beneficentemente a ocorrência perante as necessidades de uma profissão ou outra actividade criadora. Assim, para Moçambique, ao qual este trabalho se encaminha, torna-se imperiosa e urgente uma formação destinada a jovens, em áreas rurais, principalmente as que se

manifestem prioritárias. Mas esforços devem ser feitos para que os jovens não se divorciem da sua herança cultural, nem tão-pouco se alheiem das necessidades de desenvolvimento do seu meio ambiente, da sua comunidade, da sua região, em suma do seu país.

Exprime-se a preocupação de encarar essa formação, não distanciada das realidades locais, e de transformar um sistema de educação herdado do colonialismo, num sistema que seja autenticamente moçambicano, isto é, realmente ajustado às respectivas necessidades: o sector rural é, sem dúvida, uma delas.

1 Enquadramento geral

A Educação para a Agricultura em Moçambique é a área temática seleccionada para este trabalho no âmbito da Cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa, por considerarmos ser a área prioritária a desenvolver neste domínio: a Convenção de Lomé IV (15 de Dezembro de 1989) aponta para a componente de formação na área de Educação para a Agricultura considerando-a a grande área de concentração de esforços em Moçambique. Assim, pensamos que a Educação para a Agricultura poderá ser abordada tendo presente o contexto histórico, ligado a fases de desenvolvimento e o contexto geográfico ligado à filosofia social dos povos. Por isso, consideramos as fases de auto-subsistência, comercialização e industrialização que são fundamentais em qualquer programa de Educação para a Agricultura.

Em traços gerais, no decurso do processo histórico, temos observado que a "sangria" dos campos, o êxodo das populações rurais são flagrantes devido à guerra que se fez, e ainda se faz sentir, anulando toda uma agricultura de subsistência. É de considerar ainda que cerca de seis milhões de pessoas estão deslocadas, isto é, encontram-se fora do seu habitat regular. Consequentemente, jovens (cansados da guerra e da miséria) podem ser informados e devem ser sensibilizados para uma formação na área da agricultura como agentes de desenvolvimento rural (ADR), suporte futuro na extensão e desenvolvimento rurais que sejam garantes da etapa de auto-subsistência familiar.

Propor um projecto experimental de formação de agentes de desenvolvimento rural como um projecto piloto na área de Educação para a Agricultura é, inequivocamente, actual, atractivo, e estimulante! A necessidade de modernização sócio-cultural e económica proporcionará o ensejo de valorizar um quadro de melhoria da qualidade de vida, produzindo e adequando mudanças que se pretendem inovadoras, sem perda da herança cultural, no que diz respeito às estruturas agrárias, à formação de técnicos como verdadeiros agentes de desenvolvimento rural e à organização do financiamento entre outros, que consti-

tuem algumas das condições prévias para o “arranque” agrícola. Se passarmos do plano das intenções à acção será premente atender-se aos contextos sócio-cultural e económico do País em situação de cooperação para que se possa manter um justo equilíbrio entre os parceiros e evitar desfasamentos ou desajustamentos na implementação do projecto.

Conforme as intenções manifestadas na Conferência de Lisboa (1989), os Ministros da Educação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa reconhecem a grande comunhão de interesses e objectivos e propõem estabelecer programas concretos para incrementar entre outras acções de cooperação no domínio da Educação, a concepção e a execução de projectos de investigação comuns, a conjugação de esforços na procura de financiamentos, a promoção do ensino técnico e superior profissionalizante, um maior empenhamento de todos os parceiros nos diferentes países cooperantes.

Na sequência da 2.^a Conferência (S. Tomé, 1990), os Ministros referiram-se à cooperação multilateral como um instrumento essencial na consolidação de uma comunidade, e afirmaram-se “[...] solidários nos propósitos universais da paz, justiça e desenvolvimento, pela educação, [...]”.

Foi ainda dada particular atenção à elaboração de programas comuns, para implementação dos princípios da declaração aprovada em Jomtien (1989), na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos.

A necessidade de educação e de formação para competências essenciais no domínio, por exemplo, da Educação para a Agricultura, é um processo participativo que envolve os diversos grupos da comunidade. E, segundo o quadro oferecido pelo Programa da Assembleia Geral para a Recuperação Económica e o Desenvolvimento em África, 1986-1990, aparece como prioritário o desenvolvimento da Agricultura nesse continente, o qual, para ser bem sucedido e duradouro, deverá ter em conta não só os aspectos económicos dos sectores visados, mas a totalidade dos factores em causa, nomeadamente, e sobretudo, factores de ordem educativa e cultural.

2 Enquadramento específico

«No nosso País, somos todos afectados pela fome, pela guerra e pela miséria. Para acabar com esta situação temos que trabalhar muito [...]. Não temos casas, escolas, hospitais e, por isso, as pessoas sofrem [...]» (criança moçambicana de 10 anos, A. V., 1990).

A urgência e a gravidade da situação são enormes. É necessário reconstruir o País: cerca de três milhões de pessoas afectadas pela escassez de alimentos, no limite da fome; aproximadamente duzentas e cinquenta mil crianças estão

orfãs, abandonadas, traumatizadas; próximo de dois milhões de pessoas estão deslocadas, fora do País; apenas 30% das crianças frequentam a escola; 13% da população tem acesso à água potável, etc. (cf. A. V., 1990).

Há que atender a esta situação para que o desenvolvimento rural comece a ser observado como o factor primordial na subsistência da população em geral. No entanto, é necessária população rural/agricultores com espírito inovador que aceitem e adequem a modernização de produção de víveres, por exemplo, a melhoria do seu nível sócio-económico, sanitário, nutritivo. Para isso, a formação de agentes de desenvolvimento rural poderá contribuir para ajudar a população rural a afirmar-se na sua relação com a natureza, isto é, a sentir-se confiante em si própria e a atingir um maior domínio sobre as condições naturais; a fazer evoluir as suas relações sociais, nomeadamente a questão de entreatajuda do trabalho colectivo, pela realização em comum dos meios úteis à sua comunidade (construção de estradas, abertura de represas para aproveitamento de água para regas, mobilização de solos, abertura de regos, sementeiras, plantações, etc.). Lembramos aqui, por nos parecer oportuno nesta exposição de ideias, que os objectivos principais apontados no III Congresso da FRELIMO, realizado no Maputo, em Fevereiro de 1977 eram: «consolidar a independência nacional, reforçar o desenvolvimento democrático no País, elevar o nível de vida, da educação e da cultura do povo, não esquecendo que a Agricultura é a base da economia e a indústria o factor dirigente e a força impulsionadora.»

Num país como a República Popular de Moçambique, essencialmente agrícola, as dificuldades fazem-se sentir em situação de emergência; a situação tornou-se mais gravosa quando, em plena época agrícola de 1984, os efeitos causados pela passagem do tufão "Domoina" provocou a perda quase total das colheitas previstas. No entanto, a guerra – uma das causas essenciais da situação de instabilidade que se faz sentir – e condições adversas criadas pelas intempéries, fazem com que as áreas rurais estejam seriamente afectadas, nomeadamente nos distritos de Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Niassa.

Claro que programas regulares de assistência e ajuda humanitária têm sido postos em marcha (tais como os Programas da UNICEF) para o auto-desenvolvimento comunitário e auto-subsistência ao nível familiar. Mas como diz o provérbio chinês «Não des o peixe, ensina-o a pescar» e o provérbio moçambicano (macua): «Onvoliwa etalá t'unása yòlya», que quer dizer: «Quem sente fome é que busca a comida», o importante é que quem está empenhado em conseguir certo bem dará os passos necessários para tal. Continuamos a considerar prioritário o envolvimento de ambos os parceiros – Moçambique e Portugal na elaboração e implementação de um projecto experimental, como projecto piloto a ser localizado na provincia de Inhambane, distrito de Vilanculos que, sendo uma zona de

carências reais acentuadas, reúne condições mínimas para que tal seja uma realidade:

- é uma zona costeira, permitindo o transporte marítimo de produtos necessários à consecução do projecto: equipamento, maquinaria e ferramentas agrícolas, sementes, etc.;
- existem na zona organizações governamentais: Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), o Centro Regional de Experimentação e Desenvolvimento (CRED);
- conta-se com ajuda de Organizações Não Governamentais (ONGs): UNICEF.

Com a independência nacional em 25 de Junho de 1975, uma das primeiras medidas tomadas pelo partido do Governo da República Popular de Moçambique foi a nacionalização da terra que leva ao surgimento de aldeias comunais. Na 8ª sessão do Comité Central da FRELIMO, realizada em 1976, concluiu-se que a aldeia comunal deve constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato moçambicano. Entretanto, a população rural começa a ocupar zonas consideradas férteis dos vales dos rios e a instalar as suas “machambas” (quer dizer, hortas) e as suas casas, de uma forma concentrada. Assim, podemos aproveitar para este projecto-piloto uma das aldeias comunais no distrito de Vilanculos, aproveitando algumas infraestruturas tais como o abastecimento de água potável e de água para regas.

Os jovens (dos 14 aos 18 anos) que aí vivem, ingressariam na formação agrícola e prestariam melhores serviços à comunidade, como agentes de desenvolvimento rural contribuindo para a extensão e desenvolvimento da agricultura. Assim, os jovens cansados da guerra e deslocados do seu habitat regular poderão ser influenciados, estimulados à frequência de cursos de formação do âmbito agrícola, de forma a fazer despertar neles capacidades cognitivas, sócio-afectivas e psicomotoras e a adquirir uma atitude experimental e criativa, comportamentos que os levem a preocuparem-se mais com o meio agrícola como factor de preservação e de produção.

Neste contexto, um projecto desta natureza pode ser entendido como um instrumento de formação geral básica em que as actividades agrícolas (práticas agrícolas) tomam um verdadeiro significado. Sob o ponto de vista técnico-pedagógico é fundamental, nesta formação, a valorização dos recursos humanos largamente apoiada na população rural, nas experiências vivenciadas pelos anciãos da respectiva comunidade em que o projecto se insere, nas unidades

cooperativas existentes nas aldeias comunais e, também, nas experiências vivenciadas pelos próprios jovens. Para além disso, esta formação de agentes de desenvolvimento rural (a categoria corresponderia a um técnico agrícola não especializado) implicará necessariamente: integração rural; funcionalidade – no quadro de concepção do projecto; e coerência – atendendo aos factores locais indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa aplicada e experimentação.

3 Apresentação do projecto

3.1 Considerações gerais

A elaboração de um Projecto Experimental de Formação de Agentes de Desenvolvimento Rural, no âmbito da cooperação com a República Popular de Moçambique, atenderá às prioridades, áreas de intervenção, objectivos de desenvolvimento e progresso nacional, no quadro referencial de uma verdadeira cooperação, espírito de solidariedade, de reciprocidade e de humanitarismo (e não uma mera assistência) pretendendo responder às preocupações nacionais do País interessado.

3.2 Objectivos

Naturalmente que um projecto desta natureza considera vários aspectos de interesse para a sua elaboração e implementação. Assim, será orientado para uma população alvo de jovens no nível etário entre os 14-18 anos com escolarização primária completa ou incompleta. Consideramos neste projecto os seguintes objectivos:

- melhorar o nível educativo, formativo, técnico, sócio-económico no que se refere à Agricultura;
- promover a auto-subsistência familiar;
- difundir os conhecimentos adquiridos e o saber-fazer no domínio da actividade agrícola;
- desenvolver a capacidade de resolução de problemas da comunidade rural;
- contribuir para a melhoria das condições de vida das populações em geral, e da comunidade em particular;
- criar condições de auto-suficiência alimentar e nutricional;

- aumentar a eficiência e a eficácia dos trabalhadores rurais na execução dos trabalhos agrícolas e actividades afins;
- melhorar as infraestruturas da zona de intervenção do projecto;
- privilegiar o desenvolvimento local, regional e nacional;
- estimular o aumento da produtividade agro-industrial, através dos agentes de desenvolvimento rural.

3.3 Localização geográfica

Localizamos este modelo de projecto no sul de Moçambique, na província de Inhambane e no distrito de Vilanculos e na proximidade de uma aldeia comunal de Vilanculos.

3.4 Densidade populacional

Dados de 1984 referem que a população é de cerca de um milhão e oitenta mil habitantes dos quais 98,8% estão afectados pela seca, na província de Inhambane.

3.5 Diagnóstico

Tomando por base a oferta de oportunidades educacionais e de orientação vocacional situamos no plano de intenções deste projecto o diagnóstico, depois de ouvidos os anciãos e outros intervenientes da comunidade local, da situação em que se encontram os jovens e a sua apetência para a frequência e obtenção de formação na área agrícola. Por outro lado, considera-se importante, dialogar com os jovens interessados no ingresso neste curso sobre as expectativas surgidas.

3.6 Culturas de interesse local/regional

Alguns exemplos são aqui considerados por nos parecer de interesse referirlos na zona de implementação do projecto:

- Gramíneas: milho, mexoeira, mapira;
- Leguminosas: amendoim, soja;
- Tubérculos: batata, mandioca, inhame;
- Oleaginosas: coqueiro;

- Culturas de fibra: algodão;
- Culturas hortícolas: tomate, beringela;
- Culturas frutícolas: citrinos, papaia.

3.7 Condições sócio-económicas

Considera-se que a superfície total do País é de cerca de oitenta milhões de hectares dos quais estima-se que, aproximadamente, 20% a 25% são de terra arável, 15% a 20% são de pastos naturais e 40% a 50% estão revestidos de florestas naturais. A economia agrária moçambicana está muito frágil e com baixos níveis de produtividade, que inclui a auto-subsistência familiar.

Os problemas do sector familiar, particularmente no abastecimento em bens de primeira necessidade e a comercialização/escoamento de produtos continuam a agravar-se. A falta de recursos humanos, minimamente qualificados, e a situação de guerra desorganizaram as estruturas produtivas, nas zonas rurais de norte a sul do País. É preciso atender à especificidade própria do país que é Moçambique e não importar modelos pré-concebidos.

É necessário, por isso, estabelecer condições para a organização e reforço da base económica na comunidade local/rural através do melhoramento gradual dos sistemas de produção agrícola no âmbito familiar e local.

A promoção de métodos apropriados de organização do trabalho e de gestão dos meios de produção agrícola, a melhoria de técnicas de cultivo, a introdução de sementes e de ferramentas agrícolas adequadas vão contribuir para a obtenção de resultados positivos (qualitativos e quantitativos) no desenvolvimento sócio-económico rural.

3.8 Outros programas de acção

Consideramos de grande importância outras acções associadas a este projecto experimental, de forma a dinamizar e desenvolver todo um conjunto de programas tais como, no domínio da educação ambiental (erosão dos solos, desflorestação/florestação), água/saneamento básico, cuidados primários de saúde, nutrição.

3.9 O papel da mulher moçambicana na comunidade local/rural

A situação das mulheres nas comunidades rurais varia de região para região, conforme as diferentes formas de organização social e, no sul de Moçambique (na região de Inhambane) as tribos são patrilineares. Sabemos ainda que a

agricultura de subsistência durante o período colonial era tarefa das mulheres, em virtude de os homens trabalharem na indústria mineira na África do Sul.

Embora o processo de formação em agricultura seja deficiente, é política do governo moçambicano dar ênfase ao sector familiar rural, relativamente ao papel que a mulher tem a nível rural. Evidencia a capacidade da mulher para promover e influenciar o desenvolvimento físico e mental das crianças, nos cuidados primários e nutricionais e nas actividades referentes à economia familiar e rural. A Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) apoia e influencia, tanto quanto possível, a integração das mulheres na melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais e na resolução dos problemas económicos. Por isso, as mulheres com formação agrícola são extremamente necessárias nos sectores familiar e económico.

O papel da mulher, no âmbito da Convenção de Lomé IV (1989), é identificado «como elemento determinante em matéria de desenvolvimento, não é uma questão de direitos, mas sim a constatação duma evolução do tipo de projectos agrícolas que, actualmente, visam o consumo interno e a auto-suficiência alimentar dos países, e onde a mulher tem um papel muitas vezes mais importante do que o homem». Por outro lado, no artigo 3 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, referida na conferência realizada em Jomtien, 1990: «Universalizar o acesso à Educação e promover a igualdade» e, que nos pontos 3 e 4 refere respectivamente: «A mais urgente das prioridades é assegurar o acesso e desenvolver a qualidade da Educação para raparigas e mulheres e suprimir qualquer obstáculo que impeça a sua activa participação» e «deve haver um empenhamento activo no sentido de eliminar as disparidades educativas».

3.10 Recursos

3.10.1 Humanos

Para a concretização dos objectivos propostos julgamos que os recursos humanos devem ser adequados às funções a desempenhar. Os técnicos de agricultura dos quadros médio e/ou superior que são seleccionados para este projecto como monitores e responsáveis pela execução das tarefas previstas deverão ser oriundos do próprio país, conhecedores do meio que o caracteriza e, por outro lado, deverão estar sensibilizados para dinamizarem e desenvolverem com gosto as actividades inseridas neste projecto de forma a concretizar com êxito o programa piloto que, noutra fase subsequente, poderá compreender a extensão a outros pontos do país.

Atender-se-á a que, nesta primeira fase, os jovens escolhidos para a formação sejam em número de quinze a vinte, o número de monitores/técnicos/docentes sejam de três a quatro.

3.10.2 Materiais

Este é um dos aspectos em que o projecto de formação ouvirá superiormente os pareceres técnico-pedagógicos das entidades competentes de ambos os países (Moçambique e Portugal) no que respeita, por um lado, ao aproveitamento/recuperação/(re)construção de instalações e outros equipamentos de natureza agrícola (ferramentas e máquinas agrícolas adequadas, hangar para a recolha das máquinas e outros instrumentos agrícolas) e, por outro, a questões de natureza didáctica (livros, papel, cadernos, lápis, canetas, fotocopiadora, etc.).

Outras instalações são necessárias tais como uma a duas habitações que possam alojar quer os jovens aprendizes quer os monitores; casas-de-banho; cozinha/refeitório; uma bomba e um gerador de energia eléctrica para a(s) habitação(ões) e, também para rega das culturas (quando necessário, em situação de seca).

3.10.3 Financeiros

Este projecto experimental na sua fase de elaboração e de implementação depende financeiramente das Organizações Internacionais, Organizações Governamentais e Não Governamentais para poder concretizar as suas intenções. A gestão das verbas deverá estar a cargo de um coordenador do projecto (também técnico agrícola), embora os monitores devam ser responsáveis pela gestão das suas próprias verbas parciais, cuja documentação de despesas e aquisições se destina ao coordenador do projecto em curso.

4 Desenvolvimento

4.1 Experiência curricular

A criação de um centro de formação para implementação deste projecto experimental de formação de agentes de desenvolvimento rural, toma em linha de conta os intervenientes (aprendentes, monitores, técnicos) e entidades responsáveis pela cooperação que são de importância capital para permitir uma planificação e uma acção adequada, bem como o recurso às fontes de financiamento de modo a implementar capazmente aquele projecto piloto.

As actividades agrícolas são propostas de forma a que se desenvolvam inseridas no plano curricular e de acordo com as épocas dos ciclos vegetativos das culturas, de modo a que os aprendentes possam acompanhar, na prática, o crescimento das culturas que são de interesse para a comunidade rural. Pretende-se assim que:

- o curso de formação de agentes de desenvolvimento rural seja de natureza essencialmente prática;
- o processo de aprendizagem/ensino/formação possa ser realizado, tanto quanto possível, num local com uma superfície agrária razoável para a realização de actividades agrícolas inerentes à formação;
- haja um encorajamento das populações rurais, incluindo a participação da mulher e de organizações locais nas tomadas de decisão;
- a duração do curso será limitada e os conteúdos aprendidos/ensinados podem ser postos de imediato, em prática, de modo a responder às necessidades da comunidade local;
- os aprendentes obterão dentro dos condicionalismos do próprio projecto, utensílios, ferramentas, máquinas agrícolas adequadas às suas práticas, e outro equipamento.

4.1.1 Para os jovens aprendentes com a escolarização primária completa, atendemos a:

- uma Formação Geral Básica que compreenderá duas áreas:
 - a) Educação Ambiental – que terá em atenção as influências do meio ambiente: condições climatéricas (temperatura, pluviosidade, humidade), o ciclo da água, a energia solar, o solo e os seus constituintes, aspectos gerais da ecologia, recursos hídricos.
 - b) Noções de Estatística — que sirvam de suporte à recolha e tratamento de informação elementar.
- uma Formação Técnica constituída por dois módulos teórico-práticos:
 - a) Agricultura Geral e Equipamentos Agrícolas – que terá em atenção a mobilização dos solos, sementeiras adequadas, rotação de culturas, selecção de sementes, estudo de ferramentas e máquinas agrícolas adequadas.

- b) Culturas agrícolas de interesse para a comunidade/região — que compreenderá o estudo dos ciclos vegetativos das plantas, nomeadamente as suas características botânicas.
- uma Formação Prática – que compreenderá os trabalhos de campo inerentes à formação técnica, de forma a que os factores envolvidos na produção possam ser bem sucedidos.

4.1.2 Para os jovens aprendentes com a escolarização primária incompleta, atendemos a:

- uma Formação Geral Básica que compreenderá para além da Educação Ambiental, um módulo de aprendizagem da Língua Portuguesa como veículo de comunicação, e um módulo de Noções Gerais de Medida e Estatística.
- uma Formação Técnica e uma Formação Prática estão de acordo com o modelo já referido anteriormente, assim como a duração prevista para este curso que será superior à do modelo já citado.

4.2 Acompanhamento da experiência

O acompanhamento deverá ser feito por um coordenador/supervisor que regularmente recolherá dados dos monitores das várias formações e os transmitirá às entidades envolvidas. Durante a recolha haverá lugar a contactos com os anciãos, outros intervenientes da comunidade local/rural e com os aprendentes, sendo feito um relatório das actividades desenvolvidas.

4.3 Avaliação do projecto

Esta fase, imprescindível para a correcção da trajectória apresentada, não poderá ser feita neste momento, pelo que oportunamente será explicitada.

É necessário, no entanto, criar um clima geral exigente e compararmos a qualidade de formação desenvolvida com os padrões de qualidade julgados pertinentes e possíveis de atingir; a formação ministrada com as exigências das metas estabelecidas; os níveis de conhecimentos e de competências adquiridos por cada aprendente com as exigências mínimas inerentes à aprendizagem.

Nota Final

Conscientes das dificuldades de transferência de qualquer projecto de cooperação, entendemos importante a implementação faseada e isto porque o levantamento das necessidades poderá introduzir novas variáveis ou exigir correcções temporárias.

Tratando-se de um projecto de cooperação em que, como anteriormente se salientou, os aspectos culturais devem ser preservados, estamos certos do aparecimento de dificuldades que originarão reformulações sucessivas antes de se chegar a uma versão final. Mas consideramos que não será obstáculo à nossa intenção de cooperar, tanto mais que concordamos com o provérbio macua «Mòno mmosá khulipale», cuja interpretação é «a união faz a força»!

No entanto, como já nos dizia Luís Bernardo Honwana, em 1992, as diferenças que vão decorrendo da diversidade cultural deixam de constituir um obstáculo na consolidação da unidade nacional quando os elementos que a investigação nos pode dar, no domínio das ciências sociais e humanas, forem sistematicamente incorporados nos currículos escolares.

Marinela C. R. Soares, engenheira agrónoma, é Assistente convidada da Universidade Aberta para a docência de Didáctica das Ciências da Natureza. É mestre em Educação pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e em Relações Interculturais pela Universidade Aberta. A sua actividade profissional tem-se desenvolvido, essencialmente na área da formação de professores, quer como orientadora pedagógica quer como docente nas Escolas Superiores de Educação de Santarém e Beja.

Referências Bibliográficas

A.V. (1978) - *A Educação do Futuro*, Lisboa, Livraria Bertrand/UNESCO.

A.V. (1981) - «Services for Children and Mothers in the People's Republic of Mozambique. A Programme of UNICEF Cooperation», Maputo, UNICEF, July 1981-Dec. 1984.

A.V. (1983) - «As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique», Lisboa, CIDAC (Texto policopiado).

A.V. (1985) - «Agricultura em Moçambique - algumas notas», Lisboa, CIDAC (Texto policopiado).

A.V. (1990) - «The Situation of Children and Women in Mozambique», Maputo, UNICEF.

GRIGG, D. (1993) - *The World Food Problem*, 2.^a ed., Oxford, Blackwell.

MALASSIS, L. (1975) - *Ruralité, éducation, développement*, Paris, Massons, Presses de l'UNESCO.

MATOS, A.V. (1982) - *Provérbios macuas*, Lisboa, IICT/JICU.

SILVA, M.; TAMEN, M.I. *et al.* (1981) - *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.



LEITURAS



- **BESSA, DANIEL et al** – *Nos 10 anos da Lei de Bases. Memórias e Projectos*, Porto, Edições ASA, 1997, 80 pp.

O presente volume reúne algumas das comunicações apresentadas no curso de Verão de 1996, realizado com o patrocínio das Edições ASA e da Fundação António de Almeida/Centro UNESCO do Porto. Deparamos, assim, com diferentes autores, perspectivando diferentes abordagens sobre a temática da educação.

O autor do primeiro texto, Daniel Bessa, focaliza a sua reflexão nas questões económicas, procurando esclarecer o(s) conceito(s) de "crise", e a sua importância contextual nos problemas da educação. É assim que as mudanças económicas concretizadas em Portugal, «modificações de grande amplitude no domínio da concorrência em matéria de factores de competitividade, com incidências dramáticas em muitos sectores de actividade, forçados a reestruturações profundas» (p. 18), têm vindo a acarretar aquilo a que o autor chama de um «refundar o papel e o lugar da educação escolar». Esse refundar implica que a escola analise e procure respostas face a um contexto de mudança. Neste sentido, será necessário, antes de mais, uma nova «atitude para com o saber» (p. 19), interferindo com todo o percurso escolar. O autor destacará a importância do ensino pré-escolar, da formação contínua, dos próprios conteúdos de ensino, perspectivando um futuro no qual a educação consistirá, face às constantes transformações sociais, numa aposta de extrema importância.

«Da construção de cidadãos participativos à crise de valores e referências estáveis» é o título do artigo assinado por João Carlos Espada. Nele, debatem-se alguns temas de grande actualidade e interesse, como sejam as formas como a sociedade moderna encara o problema e a necessidade de existirem valores que regem comportamentos fundamentais do indivíduo e as relações entre os valores e a capacidade de exercer plenamente a cidadania.

O terceiro artigo, também o mais extenso, de Eurico Lemos Pires, aborda a organização do sistema escolar português. Uma primeira observação diz respeito à própria "construção do edifício", feita mais de uma "tosca malformação" da "carpintaria" do que de um concreto e coerente desenho arquitectónico. Reflecte-se em seguida sobre as relações existentes entre as duas "terminalidades" do sistema, concretamente o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário, apontando-se ainda algumas incoerências organizativas relativamente aos restantes níveis de ensino. Em seguida, Eurico Lemos Pires vai levantar algumas questões incisivas a aspectos que têm caracterizado o "edifício" escolar, e que requerem alguma reflexão, se não mudança. Refere-se, assim, o problema da escolaridade obrigatória, o papel do corpo docente, a gestão das escolas, a que se vão juntar, num capítulo intitulado "Evolução dos modos de escolarização", a questão do ingresso no ensino superior, o funcionamento e funcionalidade do ensino secundário e o paradigma do que o autor designa por "educação de infância".

Finalmente, o professor Rodolfo Stavenhagen reflecte sobre as principais tendências da educação de hoje, destacando dois vectores essenciais que a vão, inequivocamente, influenciar: a "globalização num mundo cada vez mais independente" e "o avanço imparável da ciência e tecnologia" (p. 73). Foca alguns problemas decorrentes dessa globalização, nos planos económico, social e do meio ambiente e recursos naturais, reflectindo em seguida sobre o posicionamento dos sistemas educativos face aos novos desafios. Na segunda parte do artigo, apresenta-se o relatório da UNESCO sobre educação, intitulado "A Educação encerra um Tesouro". Referem-se, assim, os princípios fundamentais recomendados pela Comissão que elaborou esse relatório – aprender a viver em conjunto, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser – e apontam-se algumas linhas a ter em atenção no campo da educação, nomeadamente, a importância da noção de "aprendizagem durante toda a vida", a função do docente e o papel dos meios de comunicação.

Trata-se, na globalidade, de um conjunto de textos de grande interesse no contexto das actuais preocupações face à educação e aos desafios que enfrenta num mundo em mudança.

Glória Bastos

► **BRAIT, BETH** (Org.) – *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997, 385 pp.

-*Bakhtin, dialogismo e construção do sentido* é [...] um livro que reúne artigos de especialistas brasileiros e franceses diretamente envolvidos com as questões debatidas no Colóquio e que, a partir dele, elaboraram os textos aqui expostos. As partes que compõem a obra não refletem a estrutura do encontro, mas os temas que,

caracterizando as especificidades do pensamento bakhtiniano, constituem um instigante diálogo com a teoria da linguagem como um todo» (p. 12). Estas palavras, da organizadora do volume em questão (e coordenadora do *Projecto Construção do Sentido e Aquisição das Línguas*), Beth Brait, apontam, no fundo, para o valioso conjunto de estudos (que constituem o resultado do Colóquio Internacional "Dialogismo: Cem Anos de Bakhtin", realizado pelo Departamento de Linguística da FFLCH / USP) que agora nos é dado a ler, e que aparece com a chancela da Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Como o próprio título indica, preside centralmente a este livro a ideia de *dialogismo*, um dos termos e conceitos mais importantes do pensamento bakhtiniano. Assim, a ilustrar esta noção, encontramos preciosos contributos de múltiplos investigadores (cujo número elevado impede a sua enumeração, por evidentes condicionamentos de espaço), cujas áreas de interesse, na reflexão que sobre Mikhail Bakhtine levam a cabo, se situam em domínios diversos, como a Teoria da Linguagem, a Teoria do Sujeito, a Teoria do Romance e a Narratologia (registre-se ainda uma última secção dedicada à "Questão da tradução da obra bakhtiniana").

«Le mot veut l'audition, la compréhension, la réponse», escreveu Bakhtine (num contexto marcado, entre outras, pela problemática da leitura). Pode dizer-se que, com iniciativas desta dimensão, 'ouve-se', 'procura-se compreender e oferecer novas leituras', assim como 'responder' às propostas de Mikhail Bakhtine.

Dionísio Vila Maior

- ▶ JÚLIO, M. JOAQUINA N. – *O Discurso de Vergílio Ferreira como Questionação de Deus*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, 346 pp.

Caracterizado pela própria autora como "ensaio interdisciplinar", este livro, que corresponde, «com ligeiras alterações», à sua tese de doutoramento em Teologia na Universidade Pontifícia de Salamanca, diz situar-se «naquele terreno em que confinam e se interpenetram discurso literário (narrativo), e discurso teológico (reflexivo)», pesando embora mais o último, como atesta a frequente mobilização de estudos teológicos e de discursos de teólogos contemporâneos. Atestado irrefutável da dominância da perspectiva teológica, explicitamente assumida, aliás, é a formação pessoal da autora, portadora, como ela própria diz na "Introdução", de toda uma carga de pré-juízos e um ângulo de visão próprio – «tudo o que Vergílio Ferreira chama o originário de um pensamento e que em Teologia constitui o *Sitz in Leben* de toda a interpretação» (p. 17).

A primeira parte deste livro é constituída por quatro capítulos e analisa o discurso romanesco de Vergílio Ferreira enquanto questionação de Deus, partindo da ideia central da "morte de Deus" que, segundo a autora, é a ideia mestra que organiza o discurso vergiliano, tendo como consequência a morte do mundo e a morte do homem.

Assim, no cap. I analisam-se os primeiros romances, onde se inicia a problematização de Deus e se anuncia a sua "morte", incluindo *Manhã Submersa* onde essa "morte" é consumada. *Manhã Submersa*, nas palavras da autora, instaura "um verdadeiro processo [...] contra a Igreja Católica, as suas instituições e a sua teologia, sobretudo a teologia da vocação, e consequentemente, ou principalmente, contra o Deus que a Igreja Católica proclama" (p. 46).

No cap. II fundamenta-se, romance a romance, esse processo contra a Igreja, a Católica em particular, e dá-se conta da polaridade antagónica e irreconciliável, para o herói vergiliano, entre a existência de Deus e a dignidade do homem. Quer dizer, para que o homem possa usufruir plenamente da sua liberdade e dignidade é preciso que Deus "morra".

"Uma permanência importuna" e "O grande ausente" são os títulos dos caps. III e IV respectivamente e tratam, um, da presença do Absoluto sob a forma da ausência ou da ocultação e o outro, da ausência quase total da figura de Jesus Cristo no universo romanesco vergiliano, com excepção da obra *Em Nome da Terra*.

A segunda parte do volume é dedicada aos ensaios e ao diário de Vergílio Ferreira e, depois de um capítulo introdutório sobre o estatuto existencial do sujeito pensante, analisa esses textos também do ponto de vista dos três objectos da metafísica: o mundo, o homem e Deus.

No cap. II são analisadas reflexões, dispersas pelos textos, sobre a relação do homem com o mundo, nomeadamente sobre a natureza, o cosmos, o espaço, o mistério do tempo e a eternidade.

O terceiro capítulo desta parte elabora-se à volta da centralidade da reflexão antropológica na obra de Vergílio Ferreira, com especial atenção ao corpo, à linguagem, ao pensamento e ao conflito autonomia/teonomia.

O último capítulo aborda alguns temas mais especificamente teológicos como, entre outros, o sagrado, o religioso e a questão da existência de Deus. O volume termina com as "Conclusões", onde a autora avalia em que medida cumpriu os propósitos que enuncia na "Introdução". Uma bibliografia de Vergílio Ferreira, uma bibliografia vergiliana seleccionada e uma bibliografia geral completam a obra.

Vivina de Campos Figueiredo

- **LANDSHEERE, GILBERT DE** – *A pilotagem dos sistemas de educação – Como garantir a qualidade da Educação?*, Porto, Edições ASA, 1997, 187 pp.

Resultado, em parte, de colaboração nas investigações da Associação Internacional de Avaliação do Rendimento Escolar (I.E.A.) e de participação nas actividades do grupo de peritos que, no âmbito da OCDE, preparou o lançamento do projecto "Indicadores do Ensino", esta obra de Gilbert de Landsheere, autor cujo prestígio constitui só por si garantia da mais alta qualidade, oferece ao leitor um panorama muito completo da

situação actual dos sistemas educativos em vários países do mundo (com exclusão do nível universitário).

Assente num riquíssimo manancial de dados estatísticos e ilustrado com esquemas e gráficos relativos aos parâmetros que melhor definem o “estado da questão” nas mais importantes áreas curriculares, com especial incidência no rendimento dos alunos em Matemática e em Língua Materna, estamos perante um texto cuja coerência e consistência teórica resultam do conhecimento da operatividade do conceito de *pilotagem*, entendido como a criação de condições para uma tomada de decisão, a nível macroscópico ou microscópico, na base de dados relativos à situação, ao funcionamento e aos produtos dos sistemas (em geral e, em particular, dos sistemas educativos). Estes dados não devem ser considerados em si, mas enquanto resultado de “construção de um parecer” apoiado em *indicadores*, isto é, a partir de informações qualitativas e quantitativas referentes aos *itens* objecto de estudo.

A análise da crise dos sistemas de ensino a partir do conceito de pilotagem corresponde, segundo o autor, a uma interpelação ao mundo da educação e inscreve-se, vista a questão de uma perspectiva mais vasta, na crise cultural contemporânea. O fraco rendimento escolar dos alunos surge, assim, como manifestação de disfuncionamentos inerentes ao processo global de massificação do ensino. Entre os muitos casos analisados, em termos cientificamente rigorosos e no quadro de uma teorização de tipo sistémico, avultam os que se referem à situação nos Estados Unidos. Saliente-se, a propósito, como indicador significativo, o facto de a maior parte dos alunos americanos do 5.º ano do secundário ser incapaz de se exprimir de forma a que a sua mensagem atinja o resultado pretendido (ao nível da *expressão escrita*), apresentando, também, “deficiências relacionadas com as competências cognitivas superiores” (em todos os níveis de ensino). Quer isto dizer, em linguagem corrente, que “analisam mal um problema e não têm poder persuasivo” (p. 54).

Em relação a muitas outras que sobre a mesma “matéria” têm sido publicadas nos últimos anos, a grande vantagem desta obra reside no rigor teórico-metodológico da análise, patente na descrição dos factos e no tratamento dos dados e, correlativamente, na consistência da dimensão explicativa e preditiva subjacente aos juízos formulados.

Pena é que, a par de tantas situações estudadas, não surja uma única referência ao sistema educativo português.

Júlio Taborda

- ▶ **MALHEIROS, JORGE MACAÍSTA** – *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, 238 pp.

O trabalho de Macaísta Malheiros está muito bem inserido no ritmo temporal, nas referências espaciais e nos contextos sociais característicos desta última década do século. Nela, muito aconteceu de realmente novo, tanto como o que resultou do

desenvolver de tendências anteriores mas agora com uma progressiva aceleração do passo de mudança, como se as sociedades se apressassem em preparar-se para um milénio novo.

À anterior contraposição entre rural e urbano veio a delinear-se uma problemática específica das grandes e mesmo gigantescas cidades, tornadas focos especiais de situações merecedoras de preocupação e de análise aprofundada: concentração excessiva de populações, desumanização das relações interpessoais, perda de qualidade de vida, exclusão social, desconforto e insegurança.

As megalópoles, tornadas centros visíveis de comunicação internacional, vieram a atrair e a conservar novos contingentes de habitantes provenientes das migrações internas e da imigração internacional, tanto como pólos de atracção e pontos de chegada como por oferecerem maior número e diversidade de oportunidades de trabalho, formal, paralelo ou subterrâneo.

Em termos internacionais, a globalização tecnológica, comercial e financeira foi igualmente acompanhada de diversas regionalizações económicas, culturais e políticas, agregando conjuntos de nações portadoras de interesses determinados pela Geografia mundial, entre elas harmonizando normas, circunscrevendo mercados e uniformizando estratégias capazes de melhor as defender perante um cenário de competitividade global.

Em termos político-ideológicos, diluiu-se quase totalmente a oposição/contradição entre as democracias representativas e as chamadas repúblicas socialistas, de que apenas remanescem (embora o termo "apenas" possa ser considerado excessivo) os casos da China, Coreia do Norte e Cuba. No entanto, se se pode hoje postular o triunfo da economia de mercado sobre as economias planificadas, estão longe de se ter consolidado em todo o mundo os valores da Democracia, da Liberdade e do respeito pelos Direitos Humanos.

As migrações internacionais fornecem um excelente quadro de análise de todas estas características – por vezes contraditórias – das sociedades do mundo moderno, resultantes de desequilíbrios demográficos, sociais, económicos e políticos entre Norte e Sul, Oeste e Leste.

A Diáspora Indiana, no âmbito da qual se insere a presente obra é, em termos quantitativos, uma das maiores e mais antigas do mundo, tendo merecido a atenção de uma plêiade de estudiosos de muitas e variadas proveniências nacionais. Portugal, como país de destino recente de uma fracção desta diáspora, é felizmente o objecto da atenção de um investigador português.

Macaísta Malheiros é um geógrafo integrado na longa e valiosa tradição de investigação científica do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa. Acompanhando a evolução que este domínio das Ciências Sociais tem vindo a conhecer ao longo das últimas décadas, a Geografia Humana vestiu a pele compósita da Sociologia, da Antropologia Cultural e da Ciência Política, assumindo deliberadamente uma

interdisciplinaridade absolutamente indispensável ao estudo dos fenómenos sociais contemporâneos.

Sem perder o recorte da sua especialidade de geógrafo humano, o autor integra-se plenamente nesta tendência, o que explica a riqueza conceptual e analítica da obra agora vinda a lume.

Prefere Jorge Macaísta Malheiros enquadrar esta procura de interdisciplinaridade numa Nova Geografia, com uma clara vertente de Geografia Social, onde são relevantes a análise da procura e oferta de trabalho em contexto de migração e a importância das decisões e dos protagonismos individuais na ocorrência do processo; daí, afirma a necessidade de considerar uma Geografia das Migrações como componente específica da Geografia da População.

Não contestando esta posição, antes a consideramos como confluyente com a nossa própria quando afirmamos a existência necessária de uma Sociologia das Migrações (cf. o nosso *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995) com argumentos semelhantes embora compreensivelmente simétricos, dadas as diferenças de perspectiva inicial. É, aliás, nossa convicção que as duas posições mencionadas constituem afinal dois avatares de uma mesma realidade de fenómeno social total...

A escolha do tema fulcral da pesquisa é particularmente feliz e oportuna. Na realidade, as comunidades de origem indiana migradas em Portugal representam uma singularidade no panorama genérico, não tanto pela sua dimensão estimada (cerca de 35 000) mas, sobretudo, pela especialização das suas actividades profissionais e ocupacionais que permitem defini-las como uma imigração de sucesso. O facto de, em grande parte, os imigrantes de 1.ª geração serem provenientes de territórios que então se encontravam sob administração portuguesa (do Estado da Índia, nos anos 60 e de Moçambique, a partir da década de 70) explica a forma discreta e sem roturas ou sobressaltos como a sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa se processou, com alguma continuidade das actividades profissionais anteriores.

A comunidade de origem goesa, em profissões liberais de prestígio ou em lugares da administração pública, revelou-se como capaz de uma verdadeira integração e diluição na sociedade de acolhimento. Os grupos originários de Moçambique, Hindus, Muçulmanos ou Ismailitas, essencialmente dedicados a comércio e serviços, mantiveram maior coesão espacial e social sem prejuízo de um eficaz processo de inserção (o que não significa, todavia, integração) na sociedade maioritária.

A estes grupos, outros têm vindo juntar-se, de diferentes proveniências vizinhas do sub-continentes indiano, sem que tal constitua significativa alteração da situação da comunidade genérica, nem da sua presença social no seio da população lisboeta.

Trata-se, efectivamente, de uma pesquisa metodologicamente rigorosa e muito completa, abordando tanto o enquadramento internacional como o quadro português das migrações, nos seus aspectos histórico e actual. No que ao objecto de estudo propriamente respeita, os factores de localização espacial, estrutura de emprego e de actividade e estratégias empresariais (designadamente no tocante ao chamado comércio étnico),

participação comunitária e ligações aos países de origem estão cuidadosamente apresentados e suportados num conjunto rico de mapas, diagramas e quadros numéricos.

A Nota Final, dedicada a uma tentativa de prospectiva do futuro da imigração para Portugal e da presença das comunidades indianas na Área Metropolitana de Lisboa, fecha adequadamente este trabalho, mesmo se formulado com a prudência característica de um investigador escrupuloso.

Em síntese final de apreciação, *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança* é uma obra bem-vinda, que faltava na bibliografia científica portuguesa na área das migrações.

Maria Beatriz Rocha-Trindade

- **MARTINHO, FERNANDO J. B.** – *Tendências dominantes da poesia portuguesa na década de 50*, Colibri, 1996, 490 pp.

O autor é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com um longo percurso de estudioso das literaturas portuguesa e africanas, possuindo um amplo conhecimento da literatura universal. A sua bibliografia não espelha a intensa actividade crítica e institucional no campo da literatura (recensões, estudos, júris de prémios literários, congressos, etc.). Por isso, a publicação deste livro, que, no fundamental, corresponde à sua tese de doutoramento, vem, por um lado, fazer jus à capacidade de investigação do autor, mostrando a minúcia, a argumentação e a argúcia com que expõe, documenta e comprova (com espírito escrupuloso), e, por outro, vem patentear o seu fascínio pela poesia portuguesa, mormente dos anos 50, coetânia da sua juventude.

Naquele que passa a ser o mais abalizado estudo sobre essa época poética, propôs-se o autor estudar, num lance de modéstia e cautela (logo a partir do título), as "tendências dominantes da poesia portuguesa da década de 50", mas, lendo o livro, facilmente se conclui que se trata, bem pelo contrário, de uma ampla e exaustiva investigação sobre toda a poesia relevante, e menos relevante, que então se produziu em Portugal.

O livro divide-se em seis partes, com uma introdução, uma conclusão e a bibliografia. A primeira parte refere-se a questões de periodização literária; a segunda, à poesia surrealista; a terceira, à tradição e modernidade em três publicações (*Távola redonda*, *Graale Tempo presente*); a quarta parte trata da "fidelidade ao *humano*", no que significa ater-se às "folhas de poesia" *Árvore*, à *Cassiopeia* e aos *Cadernos do meio-dia*, a quinta parte incide na 2ª geração neo-realista, ou seja, do "Cancioneiro Geral", de *A serpente* e de *Notícias do bloqueio*, finalmente, a sexta e última parte refere-se a *outras* tendências, que talvez possamos considerar, ao arrepio do autor, as *restantes*.

Numa linha de actuação expositiva que o caracteriza (em paulatino *work in progress* sobre uma lógica de factos discursivos), Fernando J. B. Martinho não receia o retorno a

uma concepção mais tradicional de história literária (construindo um *impiedoso* levantamento cronológico, editorial, documental). Sustenta-se, portanto, num encadeamento crono/lógico a minudente análise, interpretação e compreensão da casualidade factual e da lógica expressiva a dilucidar. Frequentemente, procede ao confronto entre as intenções programáticas e as contradições não só dos próprios termos da argumentação como também da prática poética, extraindo uma meticulosa e probatória lição textual. Não entra pelo campo do contexto sócio-histórico, biográfico ou, mais vastamente, institucional (num sentido alargado, que inclui o recepcional e o programático), que não tem sido essa a sua apetência. Aponta o trabalho de outros (por exemplo, de Fátima Marinho ou de Perfecto Cuadrado, para o estudo diacrónico ou a história interna do Surrealismo português), quando se trata de deixar claro que lhe interessam somente as "linhas de força" dessa prática poética.

Um trabalho como este não se faz sem o vasto conhecimento do terreno que se quer visitar (histórico-literário, dos bastidores e do anedotário), poupando-nos todavia ao efêmero, que, por vezes, se torna caricato. Interessam-lhe sobretudo as marcas do homem e da humanidade no texto, na escrita, no publicado, quer dizer, no que é do domínio público. Daí que a sua copiosa argumentação demonstrativa (plena de erudição, com um reforço teórico, um exemplo poemático brasileiro ou a aproximação a Cocteau, Césaire ou Brecht) passe pela citação, comparação e fruição permanente dos versos que tanscreve. Assim, o que poderia tornar-se numa teorização fundamental, transforma-se antes numa clara didáctica e pedagogia da explanação exemplificativa, isto é, exemplar, aplicada, apresentando-se como autêntica prática teórica secundadora da poesia de que arranca.

Temos à disposição, em suma, um trabalho de sólida fundamentação histórico-literária, que não dá a ver como puro espectáculo as teorias em que se ancora, mas entrega ao leitor um panorama das *poéticas-poiéticas* dos *fifty's*, com lições de escalpelização para uso diverso (do aluno universitário, professor do secundário ou leitor de bibliografia "passiva").

Pires Laranjeira

- **PESSOA, FERNANDO** – *Correspondência inédita* (organização e notas de Manuela Parreira da Silva), Lisboa, Livros Horizonte, 1996, 255 pp.

Integrando-se num conjunto de publicações que têm vindo a ser realizadas pelo grupo de trabalho que constitui o Instituto de Estudos sobre o Modernismo, este livro, organizado por Manuela Parreira da Silva, apresenta-se como um contributo de importância nuclear para o conhecimento de Fernando Pessoa. Tendo também em conta as conhecidas dificuldades que [desde sempre] têm acompanhado a leitura e a divulgação do espólio pessoano, Teresa Rita Lopes, no Prefácio, chama a atenção para a

mais-valia deste livro, atribuindo à organizadora qualidades de «rigor» e de «delicadeza com que manuseia os dados que recolhe» (p. 13). Neste sentido, Manuela Parreira da Silva, incidindo o seu trabalho de organizadora sobre o registo epistolar de Pessoa, pretende, com este livro, e como escreve na Introdução, responder a «três ordens de razões»: organizar e publicar cartas (dispostas segundo «uma certa cronologia», dentro de cada secção [p. 24]) «de carácter biográfico e circunstancial e de negócios» – enviadas a familiares, amigos, editoras, a empresas, etc. –, cartas que «ilustram [...] o processo criativo e a génese e evolução da obra do poeta, ensaísta e cidadão empenhado» – que giram, por exemplo, em volta da divulgação do *Orpheu* e da revista *Athena*, ou relacionadas com a colaboração em outras revistas – e cartas «de ficção» (p. 23) – interessante, nesta secção, a «Carta da Argentina».

Note-se, finalmente, que a inclusão de cartas de resposta a Pessoa, ou que motivaram uma sua resposta, ou já anteriormente publicadas não retira de modo nenhum (antes pelo contrário) a este livro o mérito e o valor, que desde logo devem ser atribuídos, por inerência, a Manuela Parreira da Silva; é que, como afirma a própria Manuela Parreira da Silva, com este livro procurou-se responder a um objectivo central: «recompor o *puzzle* que toda a correspondência [de Pessoa], afinal, é» (p. 25); e a relevância deste volume ilustra este objectivo.

Dionísio Vila Maior

- **TEIXEIRA, RUI DE AZEVEDO** – *A guerra colonial e o romance português*, Lisboa, Notícias, 1998, 386 pp.

Primeiro estudo extenso sobre a incidência da guerra colonial (1961-1974) no romance português, foi apresentado, primeiramente, como tese de doutoramento na Universidade Técnica da Renânia Vestefália (Aachen). O autor é professor da Universidade de Colónia e também responsável pelas cadeiras de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa e de Literatura Brasileira na Universidade Aberta (Lisboa). Enquanto alferes dos comandos, esteve em Angola, de 1973 a 1975, tal como tantos outros que passaram pelas colónias e transformaram as suas vivências em literatura. O autor esteve, pois, no terreno, fazendo parte dos que, com o sabor acrescentado da experiência, sabem do que falam num sentido diferente dos outros, independentemente das contingências próprias de uma visão pessoal.

O livro apresenta duas partes principais: uma introdução, com 90 páginas, e a Parte Central, com 230 páginas, a que se seguem as conclusões, a bibliografia geral e o índice onomástico, além de um curto prefácio de Eugénio Lisboa.

A parte central do livro divide-se em cinco capítulos, intitulados: «As estruturas romanescas», «As instâncias de enunciação e o tempo», «As linguagens», «Personagens e espaços» e «A temática da guerra (e do fim do império)». Nas conclusões, Rui de Azevedo

Teixeira expõe os tópicos de síntese conteudística que deitam raízes no pré-texto e se expandem do subtexto ao macrotexto.

O autor trabalhou essencialmente a partir de oito romances: *A costa dos murmúrios*, de Lídia Jorge; *Os cus de Judas*, de António Lobo Antunes; *Lugar de massacre*, de José Martins Garcia; *Nó cego*, de Carlos Vale Ferraz; *O capitão Nemo e eu*, de Álvaro Guerra; *Jornada de África*, de Manuel Alegre; *Os navios negreiros não sobem o Cuando*, de Domingos Lobo; e *Percursos (do Luachimo ao Luena)*, de Wanda Ramos. Destacando esse *corpus* de um muito mais vasto (ver, por exemplo, a antologia *Os anos da guerra*, 2 vols., organizada por João de Melo), o autor dedicou-se a provar a tese de que essa literatura portuguesa mostra as feridas agónicas do império colonial (é significativo o final do último capítulo, relativo ao romance de Lídia Jorge: 'é o Império que morre'), ao mesmo tempo que, enquanto escrita de crise, terá servido para a cura terapêutica do 'mal da guerra' que atingiu os seus autores. O final do livro constitui uma síntese feliz da tese: 'Tendo começado pela asfixia da ditadura (*Nemo*), este conjunto de romances canónicos da literatura da Guerra Colonial, nos seus movimentos de fundo que desenham a linha emocional da geração combatente, passou pelo excesso catártico, no tempo de estreia da liberdade (*Massacre e Judas*), continuou nas catarses domadas, quando o tempo já lançava a sua patine sobre África (*Percursos, Nó e Murmúrios*), e, antes do inevitável esquecimento - *tempus edax rerum* -, tem na nostalgia (*Jornada e, em particular, Negreiros*) o seu fim-.

O autor enriquece o texto com algumas comparações da literatura universal, não hesitando em estabelecer paralelismo com os livros dos chamados *Vietnam writers*, como Robert Stone, ou mesmo dos cineastas que, como Cimino, trataram os efeitos da guerra maior em que, neste século, os norte-americanos se atolaram.

O resultado é um texto explicativo das três frentes da guerra (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) e sua ficcionalização (do factual ao estético), simultaneamente usando com eficácia o didactismo e uma necessária erudição. Tal capacidade não obsta a que, pelo menos em dois pontos colaterais ao assunto do trabalho, haja algo de infundamentado, o que não afecta obviamente a essencial demonstração que se persegue. Em nota da página 100, o autor inclui o livro do moçambicano Honwana numa série de que notoriamente não faz parte. Já no final (p. 347), quando o autor refere a literatura colonial, inclui nela Alda Lara (poetisa angolana) e Reinaldo Ferreira (poeta português), o que não é correcto, na medida em que, hoje, existe o consenso de que a literatura colonial foi um tipo de discurso literário, geralmente da autoria de portugueses, com uma visão colonialista (muitíssimo exótica) de África e dos negros, o que não se verifica em qualquer dos casos. São apenas pormenores (irrelevantes), que não ferem a grande qualidade do livro. Aliás, do autor já conhecíamos um soberbo prefácio do romance *Nó cego*, de Carlos Vale Ferraz, ambos constituindo uma lúcida introdução (teórica e ficcional) ao assunto da guerra colonial.

Na linha de outras teses de mestrado e de doutoramento surgidas nos últimos tempos, nas universidades portuguesas e estrangeiras, com a evolução normalizada dos estudos literários relativos a África e ao que dela foi incorporado por Portugal, este livro

de Rui de Azevedo Teixeira aparece como uma síntese importante dos reflexos (melhor metáfora seria *estilhaços?*) da guerra colonial na vida portuguesa, vistos através da (des)focalização literária.

Pires Laranjeira



EM TEMPO



Encontros de Teatro

Os Encontros de Teatro de Tema Clássico de Conimbriga, Aeminium e Sellium, que já tiveram início em Maio passado e se prolongam até Outubro próximo, pretendem apresentar obras do teatro greco-romano ou espectáculos com ele relacionados, quer se trate de tragédias, quer de comédias.

Se o primeiro objectivo da organização destes Encontros de Teatro é divulgar o teatro, em especial o teatro clássico, contribuindo desse modo para a formação de um gosto pelo espectáculo teatral, também foi sua intenção animar espaços monumentais como Conimbriga, o Pátio da Universidade ou o Museu Machado de Castro.

Expovita 99

A **Invesvita**, uma empresa de serviços na Área da Saúde, vai levar a cabo, em Coimbra, de 28 de Junho a 4 de Julho, a **Expovita**, um certame exposicional e promocional de vertentes relacionadas com as Ciências da Vida. Para além das exposições em vários pontos estratégicos da cidade, realizar-se-ão diversas conferências também no âmbito da saúde e actividades correlatas.

Curso de Verão 99

Realiza-se este ano, de 8 a 10 de Julho de 1999, no Centro de Congressos da EXPONOR, a quinta edição do Curso de Verão, que será subordinada à temática geral "As pessoas que moram nos alunos. Ser jovem, hoje, na escola portuguesa".

Este curso será dedicado a olhar para as pessoas que os alunos são. -Um olhar que requer, por isso, o contributo de quem escuta as crianças e os adolescentes para além do quadro institucional escolar, nu-

ma abordagem interdisciplinar (...). Um olhar que tem também de atentar em todos quantos se dedicam, no quotidiano escolar, a construir práticas de ensino e de aprendizagem capazes de acolher e fazer desabrochar a autenticidade humana das pessoas que povoam cada um dos nossos alunos.»

Para mais informações, consultar o Secretariado Executivo (D. Paula Cristina, Apartado 4263, 4004 Porto Codex) ou consulte a Internet (www.Cursoverao.pt).

I Jornadas Científico-Pedagógicas da Língua e Literatura Portuguesas

O Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra encontra-se a organizar as I Jornadas Científico-Pedagógicas da Língua e Literatura Portuguesas, que se realizarão em 5 e 6 de Novembro de 1999.

O público-alvo destas Jornadas são professores do ensino básico e secundário e o seu objectivo é dinamizar o intercâmbio de práticas e saberes entre professores de língua e literatura portuguesas, nos vários níveis de ensino.

Mais informações podem ser solicitadas ao Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras (Tel.: 039-859900; Fax: 039-836733; Cor. elect.: ILLPFLUC@cygnus.ci-uc.pt)

7th International Pragmatics Conference

Vai decorrer em Budapeste entre 9 e 14 de Julho do ano 2000 a *7.ª Conferência Internacional de Pragmática*. O encontro será subordinado a um tema principal ("Cognition in language use"), embora esteja aberto a qualquer contributo que se enquadre no âmbito alargado da pragmática linguística. Mais informações poderão ser obtidas através do seguinte endereço da internet: <http://ipra-www.uia.ac.be/ipra/>.

Qualquer contacto deverá ser estabelecido com o Secretariado da Ipra (*International Pragmatics Association*, telefone/fax + 32 3 230 55 74; Cor. Elect. ipra@uia.ua.ac.be).

Diálogos De um quotidiano português

Trata-se de um produto multimédia em suporte CD-ROM para a aprendizagem de Português como Língua Estrangeira. Pretende servir as necessidades de aprendizagem de Português de um público de nível intermédio, através da apresentação de situações do quo-

tidiano. Destina-se a um público diversificado, jovem, englobando estudantes de Português como Língua Estrangeira, como Língua Segunda ou ainda para os que pretendam consolidar, desenvolver ou aperfeiçoar os seus conhecimentos de Língua Portuguesa.

Recorrendo a imagens, vídeo e som, este produto pretende oferecer uma aprendizagem diversificada, incluindo uma vasta área de actividades que trata as dificuldades específicas do aprendiz estrangeiro. Dispõe ainda de tradução em inglês e de possibilidade de inserção de voz e permite um trabalho comparativo de aperfeiçoamento da expressão oral, útil numa situação de aprendizagem autónoma. O CD-ROM inclui ainda informação cultural diversa.

Para mais informações, contactar a Universidade Aberta - CENTED (R. da Escola Politécnica, 147, 1250 Lisboa, Portugal, Fax: 01 397 3229; Cor. Elect.: numlib@univ-ab.pt).

FONOGRAFE. Software Para aprendizagem da Língua Portuguesa

O FONOGRAFE foi já reconhecido como um dos mais inovadores programas do seu género por instâncias europeias de reconhecida competência científica e pedagógica.

O FONOGRAFE destina-se a todos os estrangeiros, nomeadamente, indivíduos originários dos Países de Língua Oficial Portuguesa, assim como às crianças que frequentam o 2º ciclo do Ensino Básico. O Programa tem a chancela da Porto Editora e encontra-se à venda nas Livrarias.

Wordsmiths

O Wordsmiths é um produto desenvolvido no âmbito do Projecto NUM LIB (Multimedia Methodologies in Libraries) co-financiado pela União Europeia.

Trata-se de um Dicionário de escritores contemporâneos, portugueses, dinamarqueses e irlandeses, apresentados em CD-ROM. A sua apresentação multimédia oferece acesso a um vasto conjunto de informações relevantes relativas a cada um dos escritores incluídos - bibliografia, biografia, excertos de obras, críticas, fotografias, registos de som, entrevistas e videogramas. O texto é apresentado na língua original e em inglês

Para mais informações contactar a Universidade Aberta - CENTED (R. da Escola Politécnica, 147, 1250 Lisboa, Portugal, Fax: 01 397 3229; Cor. Elect.: numlib@univ-ab.pt)

Direcção, secretariado e assinaturas
Universidade Aberta - Delegação de Coimbra
R. Alexandre Herculano, n.º 52
3000-019 COIMBRA (Portugal)
Telefone (039)833300
Telefax (039) 829547

A Direcção e Redacção aceitam, para eventual publicação, os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Preços - 1997/98
Números avulso: 1.500\$00
Assinatura anual (2 números)
Portugal: 2.500\$00
Estrangeiro: Europa: \$32 dólares
Outros continentes: \$42 dólares
Cheques em nome de *Discursos*/ Universidade Aberta
Edição e propriedade
Universidade Aberta
Arranjo gráfico: Delegação Centro da Universidade Aberta
Impressão: Gráfica de Coimbra, Lda.
Depósito Legal n.º 55225/92
ISSN: 0872-0738